

Abril 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

| | |
|---|-----------|
| 1 Redução da Pobreza e Economia | 1 |
| 1.1 Redução da produção depende do acesso à água | 1 |
| 1.2 Crescimento sem reflexo no estômago..... | 1 |
| 1.3 Uma explosão que ainda não se traduziu em desenvolvimento | 1 |
| 1.4 «A luta contra a pobreza e a exclusão social devem estar no topo da agenda» | 2 |
| 1.5 Angola esta entre as 10 melhores economias | 3 |
| 1.6 Preços variam 0.8% em Luanda | 4 |
| 1.7 Não abrange "o povo do meio" | 4 |
| 1.8 Dois milhões de dolares para o fomento da agricultura | 5 |
| 1.9 Trocas comerciais entre Angola e a China atingiram 11 mil milhões em 2006..... | 5 |
| 1.10 Governo aumenta salário mínimo nacional em 12% | 6 |
| 2 Mercado Informal e Microfinanças | 7 |
| 2.1 Fiscais versus zungueiras | 7 |
| 2.2 BPC abre linha de crédito para jovens desfavorecidos | 7 |
| 2.3 Um financiamento que estimula a criatividade juvenil..... | 8 |
| 2.4 Créditos aos lavadores de carros e engraxadores de sapatos | 9 |
| 2.5 Cinco milhões para fins eleitoristas é um desperdício | 10 |
| 2.6 BPC: é o banco que mais crédito concede aos empresários dos país..... | 11 |
| 2.7 Cuidado! isto é um assalto | 12 |
| 2.8 Muita morosidade na criação de empresas..... | 12 |
| 2.9 Segurança nacional ameaçada pelo garimpo estrangeiro..... | 13 |
| 2.10 BPA tem USD 50 milhões para jovens | 14 |
| 3 Governação e Descentra-lização | 15 |
| 3.1 Governo vai criar zona económica especial..... | 15 |
| 3.2 Jornalistas participam em seminário sobre OGE | 15 |
| 3.3 Urbanismo perspectiva formação de quadros | 15 |
| 3.4 Tribunal de contas julga 50 gestores | 16 |
| 3.5 Fernando Pacheco da Adra questiona em toda a linha a sustentabilidade do projecto | 16 |
| 3.6 Jornalistas economicos dialogam com o presidente do tribunal de contas..... | 17 |
| 3.7 Orçamento participativo não é para já, diz economista | 18 |
| 4 Eleições e Educação Cívica | 19 |
| 4.1 JMPLA recolhe cartões de eleitores no Uíge..... | 19 |
| 4.2 SADC exige transparência no processo eleitoral Angolano..... | 19 |
| 4.3 Registo eleitoral | 20 |
| 4.4 Ladrão de cartões eleitoral a contas com a justiça | 20 |
| 4.5 Luanda controla excessivamente processo eleitoral | 21 |
| 4.6 Cinco milhões para fins eleitoristas é um desperdício | 22 |
| 4.7 MPLA e UNITA apostam na mobilização para um triunfo nas eleições | 22 |
| 4.8 Virgílio F. Pereira diz ter a situação controlada | 23 |
| 4.9 A chuva ja foi descontada..... | 23 |
| 4.10 Não é de lei recolha de cartões eleitorais por parte dos partidos..... | 24 |
| 5 Educação, Juventude e Criança | 25 |
| 5.1 João Teta afasta professores sem mestrado concluído | 25 |
| 5.2 Curso de português para criança refugiadas | 25 |
| 5.3 Governo estimula surgimento de Universidades Privadas | 26 |
| 5.4 Huambo precisa de mais 12 mil professores para um ensino para todos..... | 27 |
| 5.5 Certificação dos cursos e curriculos | 27 |
| 5.6 BPC abre linha de crédito para jovens desfavorecidos | 27 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 5.7 | Cerca de 75 mil alunos fora do ensino | 28 |
| 5.8 | Em 2006 ficaram 16 mil crianças sem escola | 28 |
| 5.9 | Núcleo do IMNE da Humpata necessita de 15 professores..... | 29 |
| 5.10 | Construídas mais 2 escolas para professores do futuro..... | 29 |
| 6 | Terra, Habitação e Urbanização | 30 |
| 6.1 | Engarrafamentos no trânsito "enlouquecem" os condutores | 30 |
| 6.2 | Luanda acolhe forum nacional urbano | 30 |
| 6.3 | Municípios denunciam falcaturas..... | 31 |
| 6.4 | Habitação e Terra no museu de História natural | 31 |
| 6.5 | Um problema que já não se resolve apenas com pás e picaretas..... | 32 |
| 6.6 | Nos (os vianenses) e a São Silvestre..... | 33 |
| 6.7 | Luanda está um caos..... | 34 |
| 6.8 | Benguela aposta na urbanização para atrair investimentos..... | 34 |
| 6.9 | Esperança continua moribunda nos centros de acolhimento | 35 |
| 6.10 | ONU quer maior comprometimento | 35 |
| 7 | Serviços Básicos | 37 |
| 7.1 | Redução da produção depende do acesso à água | 37 |
| 7.2 | Chuvas já mataram 121 pessoas..... | 37 |
| 7.3 | Odebrecht aumenta volume de água tratada para Benguela | 38 |
| 7.4 | Povo compra água mais cara..... | 38 |
| 7.5 | ENCIB cria lixeira na Mabuba..... | 39 |
| 7.6 | Advinha | 39 |
| 7.7 | Um sinal claro de que ninguém mais liga a conversa fiada | 40 |
| 7.8 | Luanda é um caso preocupante | 40 |
| 7.9 | Chuva agrava estado das estradas e alivia carência de água..... | 41 |
| 7.10 | Projectos vão aumentar abastecimento de água às populações de Luanda e Benguela..... | 41 |
| 8 | Paz e Reconciliação | 43 |
| 8.1 | FLEC quer reconhecimento internacional..... | 43 |
| 8.2 | Integração de refugiados deve ser cuidada..... | 43 |
| 8.3 | 22 mil ex-militares Kwachas enquadrados | 44 |
| 8.4 | A guerra transformou a Cáritas em agência de socorro..... | 44 |
| 8.5 | Ainda há armas a «cantar» em Angola | 45 |
| 8.6 | Altos riscos de uma desmobilização mal feita | 46 |
| 8.7 | Violentar para desencorajar | 46 |
| 8.8 | Huambo é um palco de disputa política..... | 47 |
| 8.9 | Angola, 5 anos de paz-exitos, forças, fraquezas, riscos e oportunidades | 47 |
| 8.10 | BM questiona transparência na reintegração de desmobilizados | 48 |

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Redução da produção depende do acesso à água

Terra Angolana...01-04-07

O comissário de Desenvolvimento da União Europeia (UE), Louis Michel, considerou "impensável" reduzir a pobreza no mundo sem facilitar o acesso à água potável, nos países mais pobres. Nessas nações, mais de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água e, a cada oito segundos, uma criança morre por essa causa. Michel fez a advertência na abertura da primeira Assembleia Mundial da Água para Representantes Eleitos e Cidadãos no Parlamento Europeu, que tem a presença de cerca de 600 representantes de mais de 80 países, entre eles Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina, México, Peru e Equador. A reunião visa o debate e a apresentação de propostas para melhorar o acesso à água.

"Como aceitar que, no século XXI, mais de 1,1 bilhão de pessoas não tenham acesso à água potável e que milhões de crianças morram todos os anos devido a doenças vinculadas à falta dela?", perguntou o comissário. "Não há desculpa para isso", afirmou Michel, que considera "impensável reduzir a pobreza" no mundo, sem levar a água às populações mais necessitadas.

"Quantas crianças passam o dia a carregar a água para as suas famílias, ao invés de irem à escola?", perguntou o comissário, antes de afirmar que o acesso à água potável deve vir com outras medidas em prol da educação e da alimentação, entre outros âmbitos. "As soluções técnicas existem", disse Michel, mas a sua implementação enfrenta problemas de governo, de falta de compromisso político e de capacidade financeira", acrescentou.

Nesse sentido, Michel recordou o compromisso assumido pela União Europeia, de facilitar o acesso à água nos países em desenvolvimento, uma tarefa para a qual destina cerca de 1,4 bilhão de euros por ano, o que a torna o principal doador internacional. Michel destacou "a importância capital" de uma boa gestão regional dos recursos hídricos na prevenção de conflitos e catástrofes naturais, que podem aumentar devido às mudanças climáticas.

1.2 Crescimento sem reflexo no estômago

A Capital...01-04-07

Muito recentemente, o académico português Amaral Pinheiro considerou não terem relevância as estatísticas que atribuem a economia angolana altas taxas de crescimento, quando, na prática, tal não se reflectem no bem-estar do cidadão.

«Não se justifica o entusiasmo das autoridades angolanas quando este crescimento ainda não se traduz em desenvolvimento», escreve o professor e economista luso num artigo por si assinado num jornal português. Amaral Pinheiro reportava-se ao facto de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e dignitários angolano considerarem, volta e meia, Angola como uma das economias mundiais que mais podia crescer em 2006, prevendo-se naquela altura que o Produto Interno Bruto do país viria a situar-se em torno 20 por cento, contra os cerca de 14 atribuído ao ano transacto.

«É um paradoxo» escreveu, numa alusão ao fosso existente entre o nível de crescimento da economia do país e o índice de pobreza da sua população que, de acordo com estatísticas, vai em cerca de 68,2 por cento. Não há dúvida que Angola figura entre os países que, à escala mundial, exhibe neste momento um crescimento económico considerável. Todavia, a preocupação do académico assenta no que considera «falta de uma distribuição justa da riqueza», o que segundo ele, faz com que «uma minoria apresente sinais de ostentação e uma maioria a viver abaixo do nível normal de pobreza». O facto de esse mesmo crescimento depender basicamente do sector mineral, com destaque para a produção petrolífera, mereceu igualmente reparo de Amaral Pinheiro, que, no seu entender, parece não haver, da parte das autoridades angolanas, políticas que levem ao aproveitamento dos recursos não renováveis, a favor do crescimento da economia real. «As noções mais elementares das ciências económicas recomendam que os recursos não renováveis devem servir para catapultar a economia não mineral», sublinhou.

1.3 Uma explosão que ainda não se traduziu em desenvolvimento

A Capital...01-04-07

Bastou o entendimento conseguido a 4 de Abril de 2002 para que a explosão económica acontecesse em Angola. Não foi preciso muito tempo, senão escassos cinco anos para que Angola fosse apresentada como a economia que mais cresce à escala universal.

Os seus indicadores de crescimento são, pelo menos, reveladores disso mesmo, havendo previsões de que a

tendência se venha a manter nos próximos anos, por força da dinâmica da sua indústria petrolífera, que já vai contando também com o concurso de sectores antes adormecidos.

No exercício de 2005, por exemplo, a economia do país conheceu um crescimento de 20,6 por cento e, em 2006, o salto não esteve longe disso (19,5%), ao contrário de 2001 em que o resultado não terá sido, de todo, animador.

Para quem só agora segue o evoluir da economia angolana pode não ter a noção de que, em décadas recentes, a economia angolana teve um desempenho muito sofrível, ao ponto de a taxa de inflação atingir a cifra de 12,035 por cento no fim de um ano. Até chegar ao actual estágio de economia que já permite projectar taxa de inflação anual de 10 por cento e, com perspectivas de, a curto prazo, se baixar tal indicador para um dígito, o esforço governamental não terá sido pouco, tendo a equipa económica do país cumprido um percurso bastante atribulado ao longo dos anos que antecederam 2002. Na verdade, o fim da guerra civil, conseguida há cinco anos, era, essencialmente o elemento que faltava aos angolanos para que iniciassem a empreitada de reconstrução do país, nas suas múltiplas vertentes, incluindo a económica, então marcada por sérias distorções. Mas para isso o país partiu sozinho sem o concurso da comunidade internacional, que, em condições similares, brindaria uma conferência de doadores em busca de recursos para reerguer o que o conflito armado deitou abaixo.

A comunidade internacional, com o beneplácito do Fundo Monetário Internacional (FMI), porém, negou simplesmente fazê-lo, alegando não se justificar uma tal conferência, por Angola se dispor de recursos suficientes e de que podiam se servir para financiar a sua própria reconstrução.

E é precisamente o que as autoridades angolanas decidiram fazer, depois do «não» redondo recebido dos potenciais doadores internacionais. A cooperação bilateral foi então um outro recurso, em que a China veio a se revelar parceiro mais valioso, ao entrar com um empréstimo de 2 bilhões de dólares com os quais o país assegura a reabilitação de uma série de infra-estruturas, nomeadamente caminhos-de-ferro, estradas, pontes entre outras.(...)

O sector financeiro parece ser mesmo aquele que mais fôlego terá ganho nesse período. Até 2002, o número de bancos comerciais era ainda diminuto, mas a estabilidade macroeconómica que, em parte se deveu a estabilidade política, animou o mercado propiciando a entrada de mais designações bancárias.

O mercado que na altura se conformava por pouco menos de dez bancos, hoje, conta já com um total de dezasseis. Estudos recentes, por exemplo, atribuíram ao sector da banca uma dinâmica, que se traduz em

lucros fabulosos.

E isso teve também reflexos ao nível do crédito que os bancos colocaram a disposição da economia. Dado do Banco Nacional de Angola (BNA) referem que a este respeito a tendência tem sido crescente de ano para ano, desde que o sector ganhou o actual ânimo .

O kwanza, que durante muitos anos consentiu sucessivas desvalorizações face ao dólar é hoje uma moeda com algum peso, estando gradualmente a apreciar-se na sua paridade com a moeda de maior referência nas transacções comercial angolanas.

1.4 «A luta contra a pobreza e a exclusão social devem estar no topo da agenda»

A Capital...01-04-07

O termo da guerra, em 2002, foi o melhor que poderia acontecer aos angolanos. Depois de muitos anos de cepticismo em relação ao culminar hipotético da guerra, hei-a terminada, com a determinação de não mais retomar a confrontos desse género para resolução de qualquer tipo de diferendo.

Do ponto de vista político, o fim da guerra trouxe consigo a possibilidade de diálogo entre compatriotas, apesar das diferenças de carácter político ou ideológico. Do ponto de vista económico, o calar das armas ocasionou a possibilidade de desenvolvimento, através do incremento da produção e das trocas comerciais entre regiões. O seu efeito poderá brevemente ser o esperado "boom" económico, desde que baja investimento no fomento da agricultura e da indústria. Sem investimento económico não será possível a criação de postos de trabalho convenientemente remunerados, a estabilidade do emprego e um cada vez maior recurso ao sector formal da economia. Por outro lado, a desminagem de campos agrícolas e a reconstrução de estradas e pontes são já factos que proporcionarão o incremento da produção e as trocas comerciais. A reabilitação dos caminhos-de-ferro, actualmente em curso, é outro dos sérios investimentos a favor do desenvolvimento económico e social que o fim da guerra proporciona.

Muito se pode dizer a respeito dos efeitos sociais do final da guerra. Um dos principais tem a ver com a possibilidade de se voltar a atribuir à vida humana o valor que lhe é devido. Para que isso possa ocorrer, são necessárias fundamentalmente duas coisas: investimento económico que fomenta emprego estável e um sério investimento no sector da educação, que traga de volta a qualidade de ensino e o amplo acesso à instrução, também por parte dos mais desfavorecidos. Enquanto isso não acontecer e enquanto se continuar fomentando a cultura da violência (em casa e nas

escolas), não é de estranhar que venha intensificando a delinquência urbana com recurso a actos de violência.

Outro efeito social sem precedentes tem a ver com a possibilidade de reunificação das famílias que a guerra afastou de forma abrupta. Será, contudo, necessário investir na avaliação e tratamento dos traumas de natureza psicológica que a guerra provocou em muitos de nós, bem como no acompanhamento psicológico e reabilitação daqueles que ficaram com sequelas físicas causadas pela guerra.

Cinco anos volvidos desde o calar das armas, os angolanos esperavam por muito mais. Temos de ter consciência de que muita coisa se fez neste espaço de tempo, mas era indiscutivelmente possível fazer ainda mais. Não se compreende, por exemplo, como é possível em meio urbano haver ainda escolas sem carteiras, falta de água nas torneiras ou falta de energia eléctrica nalguns pontos das cidades. Não se compreende também que haja, em províncias e municípios do interior do país, autoridades que não assumam uma actuação em prol dos anseios das populações e do desenvolvimento sadio das suas comunidades, como se vem denunciando através da comunicação social.

Neste momento, a luta contra a pobreza e a exclusão social deve estar no topo da agenda, não apenas do governo, como também das próprias comunidades. Já o fomento do sentimento de solidariedade pode ajudar-nos no combate à pobreza, para além de proporcionar o retorno do respeito pelos valores morais.

É preciso assinalar, a terminar, que a comunidade internacional continua sem assumir a sua quota-parte em relação à responsabilidade que deveria assumir pela guerra em Angola. Como se sabe, houve alturas em que a guerra angolana foi claramente fomentada a partir do exterior, esperando-se por isso que quem a fomentou assumia agora parte considerável dos seus efeitos. Não é isso que acontece, razão pela qual será a meu ver necessário que o governo angolano prossiga os esforços de procura de apoios financeiros e em termos de formação de quadros noutras paragens, rumo à prosperidade e ao bem-estar das famílias angolanas.

1.5 Angola esta entre as 10 melhores economias

Jornal de Angola...03-04-07

Angola está entre as dez melhores economias do continente, de acordo com o Relatório da Comissão Económica das Nações Unidas para África sobre a evolução da economia -africana no ano de 2006.

A economia africana manteve a dinâmica de crescimento que vem conhecendo nos últimos anos, tendo registado uma taxa global do crescimento real do

PIB na ordem dos 5,7%' contra os 5,3% registrados no ano de 2005 e 5,2 em 2004. Vinte e cinco países do continente africano registaram uma melhoria no seu crescimento em 2006, apenas o Zimbabwe registou um crescimento negativo. Não se deve ignorar o papel dos altos preços do petróleo bruto e dos recursos minerais para o crescimento económico que o continente registou. 57,5% da taxa de crescimento do continente deve-se aos países exportadores de petróleo, mas a boa gestão macro-económica também contribui de forma significativa. Apesar do crescimento da economia africana ser global, caso se faça uma análise particularizada de cada um dos países, sobressaem as disparidades. Apenas Angola, Moçambique e o Sudão figuram entre as 10 melhores economias de 2006 que já figuravam entre as 10 melhores em termos de taxa de crescimento durante o período de 1998-2006. Da lista, constam ainda a Etiópia, Líbia, Ubéria, RD Congo, Congo Brazzaville e Malawi . Angola aparece em segundo lugar no que concerne ao crescimento anual com 17,6% em 2006, apenas ultrapassada pela Mauritânia com um crescimento do PIB de 19,4% em 2006 contra os 5,4% em 2005. A nível da África Austral, Angola aparece no topo da lista, seguida por Moçambique (7,9%^{Al}), Malawi (6,9%) e da Zâmbia (6%). O Zimbabwe conheceu um crescimento negativo de -4,4% em 2006 contra os -7,1% em 2005, uma melhoria de 3,3% .

A nível da gestão monetária, Angola também -aparece entre os três países de África melhor cotados. O Kwacha conheceu uma apreciação de 8,5% na taxa de troca em relação ao dólar norte-americano no ano de 2006: O Kwacha zambiano e o Dinar sudanês conheceram as taxas de apreciação mais altas do continente com 23% e 12,5%, respectivamente. o Zimbabwe aparece no fundo da lista com uma depreciação de 87% e a inflação na ordem dos 1216%.

A estabilidade da economia angolana não se deve apenas ao aumento das receitas do petróleo bruto, mas também devido ao aumento do investimento estrangeiro directo, política monetária sustentada e uma gestão macro-económica adaptada à conjuntura, de acordo ainda com a fonte. Os efeitos do bom desempenho económico do país já se fazem sentir na prática, embora se reconheça ainda de forma tímida devido aos factores estruturais, perfeitamente compreensíveis, como é o caso da guerra, cujos efeitos até à data se fazem sentir. Os custos dos serviços públicos tiram a maior fatia do Orçamento: Geral do Estado (OGE) com 22,65% em 2001 contra os 19,2:2% em 2006 (OGE revisto e os encargos financeiros captaram 22,44% do OGE no corrente ano contra os 14,54% em 2006. Apesar de o Estado suportar sozinho a distribuição da riqueza nacional, o OGE de 2007 aumentou as verbas dos sectores que constituem o

núcleo do desenvolvimento social de forma geral. A saúde passou de 5,56% em 2006 (OGE registo) para 5,61% em 2007; Habitação e serviços comunitários 7,19% em 2006 para 7,51 em 2007; Agricultura, Pescas e Ambiente 2,57% em 2006 para 2,96% em 2007.

Esses sinais são encorajadores e merecem incentivos. Os impactos sociais dessas medidas não são perceptíveis sem uma análise profunda e académica, mas a médio prazo todos angolanos poderão sentir no seu dia-a-dia a melhoria da sua condição de vida devido às transformações estruturais positivas que o país está a sofrer. Os estudos mostram que os países recém saídos de longos anos de conflitos armados levam 22 anos, em média, para recuperar a sua economia.

1.6 Preços variam 0.8% em Luanda

Jornal de Angola...12-04-07

O nível geral de preços no consumidor da cidade de Luanda registou uma variação de 0,80% entre o mês de Fevereiro e Março de 2007, de acordo com uma nota do Instituto Nacional de Estatística.

A classe de transportes foi a que registou o maior aumento com 2,96%, influenciado, fundamentalmente pela subida do preço do táxi colectivo com 6,09%.

Destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes de lazer, recreação e cultura com 1,98%, bebidas alcoólicas e tabaco com 1,17% e Vestuário e Calçado com 1,06%.

A variação homóloga situa-se agora em 12,36%, o que equivale a uma subida de 0,01 pontos percentuais com relação ao mês anterior. Esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa do IPC iniciada em meados do ano 2002. O quadro com a taxa de variação do IPC, por classes de consumo, mostra que das doze classes, quatro apresentam taxas de um dígito, sendo a classe de transportes a que apresenta a taxa mais elevada com 2,96% e as restantes classes apresentam uma taxa inferior à unidade. As classes comunicações, educação e bens e serviços diversos tiveram uma variação nula (0,00%).

As classes de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas, apesar de não apresentarem a taxa mais elevada na variação do IPC de Março de 2007, foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços; seguida as classes transportes, vestuário, calçado, habitação, água, Electricidade e Combustíveis.

Uma perspectiva de maior detalhe apresenta a incidência inflacionária em Março de cada um dos 24 produtos do cabaz com maior contribuição para a taxa de variação do IPC que, no seu conjunto, representam menos de 11% do total, mas concentram cerca de 73,53% da taxa global de variação do IPC em Março de

2007.

Durante o mês de Março do ano de 2007 foram tratados 14 mil e 740 preços observados contra 14.737 do mês anterior.

1.7 Não abrange "o povo do meio"

Folha8...14-04-07

A concentração da maior parte da riqueza nacional nas mãos e poucos angolanos endinheirados, a falta de políticas exequíveis, a débil cabimentação de recursos financeiros ao sector social e falta de transparência na exploração petrolífera, são apontados como os factores fundamentais dos salários míseros de muitos angolanos que poderão continuar a mendigar por muitos anos, devido à ganância de uma minoria castrense sob a égide de José Eduardo dos Santos, presidente angolano.

O cálculo económico nacional compreende técnicas obscuras, utilizadas para formalizar as opções económicas que beneficiam uma casta de pessoas ligadas ao poder presidencial em detrimento da grande maioria de angolanos que continuam a viver abaixo do nível da pobreza. Em vez de deduzir soluções óptimas para os diferentes problemas com se debatem as populações em todo o território nacional nas suas funções respectivas, o executivo de José Eduardo dos Santos, permanentemente vai adiando o sonho dos autóctones. O desenvolvimento económico com base na teoria do equilíbrio entre a riqueza explorada e o nível de vida das pessoas ávidas de satisfazer as suas necessidades estão aquém de responder a curto e médio prazo de melhorar o actual quadro miserável. Os governantes angolanos esquecem-se de que a satisfação das necessidades por um bem diminui quando a quantidade deste (bem) aumenta. Este é o princípio da utilidade, que não mora no vocabulário das autoridades competentes. Outro elemento base, dentro do quadro actual da nossa economia, que está a receber elogios a nível nacional e internacional, é o esforço necessário para a produção de uma unidade de bem. Assim, longe de satisfazer as necessidades prementes o estado agravou, e de que maneira, a aquisição da cesta básica nacional avaliada em 6,940.00, no novo projecto do Estado angolano para assegurar a logística nacional com o projecto PRESILD, visto por muitos iluminados como sendo um embuste do Governo de José Eduardo dos Santos, tendo em conta as anteriores iniciativas. Face à opção de uma decisão entre várias possíveis em que se destaca, o consumo de bens e serviços, produção e poupança, os angolanos estão a assistir a um projecto de governo que não se interessa com o País real.

No entanto, o relativo crescimento económico-financeiro registado o ano passado, dominado excessivamente pelas exportações de petróleo e

exploração dos diamantes, não se reflecte na vida das pessoas. Só para lembrar que desde Novembro de 2006 até ao momento actual, os habitantes da periferia de Luanda enfrentam as caminhas de 15 quilómetros por dia à pé por falta de transporte e o trânsito congestionado. Esta situação revela o quanto as autoridades angolanas se distanciaram das pessoas para se fixar apenas nos escritórios e apartamentos na baixa de Luanda.

De acordo com algumas opiniões, a maior parte da riqueza do país ficou concentrada nas mãos de alguns indivíduos. "Esta conjuntura poderá comprometer o futuro da nação, visto que as pessoas deixaram de determinar qual a parte dos rendimentos a consagrar respectivamente ao consumo e a poupança. Na melhor das hipóteses, a pessoa prefere o consumo, porque os recursos não chegam para criar um certo monopólio ao passo que os governantes insistem a enriquecer-se em detrimento da grande maioria dos cidadãos"

De recordar que embora a actividade comercial e agrícola nas zonas urbanas e rurais tenha aumentado desde o fim da guerra, 70 por cento da população, de aproximadamente 13 milhões, continua a viver na pobreza. No entanto, aproximadamente 85 por cento da população que vive fora de Luanda, nos últimos anos dedicou-se à agricultura, sobretudo à agricultura de subsistência, o que revela o quanto o País precisa de definir os mecanismos de desenvolvimento sócio económico para assegurar a vida das populações em todo o território nacional.

Outro mal que o presidente da república, José Eduardo dos Santos, não conseguiu dirimir do colectivo do seu executivo é a corrupção, a falta de transparência nos contratos e o cumprimento incorrecto dos regimes fiscais e de regulação, aspecto que continua a favorecer os ricos de investimento estrangeiro. A má governação limitou a prestação de serviços básicos à maior parte dos cidadãos. Embora as condições tenham melhorado em muitos pontos do país. As críticas constantes feitas a este método de gestão da coisa pública parece em nada ajudar para mudar o quadro actual. Como consequência actualmente, a maioria dos assalariados depende do sector informal, da agricultura de subsistência ou do apoio do estrangeiro para aumentar os seus rendimentos.

Contudo, vale recordar, que cerca de 1,3 por cento dos angolanos, num universo estimado em 13 milhões de pessoas, vive em condições favoráveis de habitabilidade, ensino, saúde, saneamento básico o que eleva o nível de vida deste estrato da sociedade angolana.

As receitas das suas exportações, sobretudo do petróleo e dos diamantes crescem diariamente mas não se reflectem na vida das pessoas. Os recursos minerais fornecem ao governo os meios necessários para

implementar de maneira efectiva a sua estratégia de combate à pobreza e de se transformar num novo pólo de estabilidade e de desenvolvimento regional o País se houver empenho dos gestores públicos.

1.8 Dois milhões de dolares para o fomento da agricultura

Semanario.Angolense..21-04-07

Dois milhões de dólares é o valor atribuído pelo BDA para o fomento da produção de milho e de feijão no Huambo. A este valor somam-se outros do governo angolano. O projecto piloto de multiplicação bovina existe há 2 anos, integra 10 agricultores e é financiado pelo estado angolano.

Respondendo à uma questão formulada pelo Semanário Angolenses, Joaquim António, Director Provincial da Agricultura descarta a possibilidade de as grandes fazendas apoiadas pelo estado virem a asfixiar os pequenos camponeses, até porque, disse, a Mecanagro tem estado a desbravar e a preparar terras para os camponeses. Para o último ano agrícola, foram preparados 3 mil hectares. Por outro lado os grandes projectos absorverão sempre a produção das pequenas famílias.

Neste momento o Huambo tem défices em arroz e trigo. Estas culturas não estão na lista do «fomento» por falta de indústria transformadora no país, mas a auto-suficiência, na província, é uma realidade nas batatas, cenoura, feijão e outras leguminosas. Nas frutas para a indústria e para a mesa, o Huambo está com excedentes de abacate e é auto-suficiente em manga, abacaxi e goiaba. Os citrinos ainda estão em falta. A aposta na fruticultura tem sido, aliás, pouca e a razão está no investimento. Na fruta devese esperar e tratar a árvore até que dê boas colheitas, não é caso de poucos meses.

Para Joaquim António a forte aposta no fomento da agricultura levou a que o Huambo ultrapassasse já subnutrição severa a que estavam sujeitas milhares de pessoas na província. Estivessem bem as vias de comunicação e o Huambo seria das primeiras províncias e exportar produtos agrícolas para a África Central e para outras partes do mundo, aproveitando o espaço deixado pela queda da produção zimbabweana.

1.9 Trocas comerciais entre Angola e a China atingiram 11 mil milhões em 2006

Angop...25-04-07

O volume das trocas comerciais entre Angola e a República Popular da China atingiu, durante o ano económico de 2006, a cifra de 11 mil milhões de dólares norte-americanos, disse segunda-feira, em

Luanda, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA), António dos Santos. Falando no encontro entre empresários angolanos e chineses, para contactos comerciais e empresariais, o responsável salientou que no período em referência Angola importou do país asiático, principalmente, bens industriais, electro-domésticos, equipamentos e materiais de construção civil e exportou petróleo.

De acordo com o gestor, fruto do aumento do volume de negócios, Angola é actualmente o primeiro parceiro comercial da China na África Subsahariana, posição que anima as autoridades a manter relação empresarial privilegiada com os empresários chineses, com base no princípio de reciprocidade de vantagens. Para António dos Santos, a cooperação comercial, financeira e empresarial entre as duas nações tem sido exemplar, pois a troca de missões empresariais e a realização de bolsas de negócios conjuntas são exemplos marcantes desse intercâmbio. Segundo o presidente da CCIA, a presença visível do sector financeiro chinês em Angola, para apoiar as trocas comerciais e os investimentos constitui um sinal claro de apoio da China à reconstrução das infra-estruturas de Angola.

Alcançada a paz, salientou, o Governo angolano relançou a reconstrução das infra-estruturas para o desenvolvimento do país, visando recuperar a posição de Angola no mundo dos negócios.

O encontro, em que participaram o vice-director-geral do Banco da China, Cheong Chi Sang, e empresários chineses da Associação Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos (ACIML), foi promovido pelo Banco de Fomento Angola (BFA) e a Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA). Em 2006, o BFA abriu uma linha de crédito de 100 milhões de dólares para o financiamento do comércio entre importadores angolanos e exportadores chineses

cujas finalidades são o desenvolvimento e a promoção social dos seus associados.

Entretanto, o Governo tomou conhecimento do relatório de balanço do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básico às Populações para 2005-2006, considerado "um dos instrumentos fundamentais para o suprimento das carências das populações, através da construção e reabilitação de infra-estruturas produtivas e sociais".

O relatório, de acordo com o comunicado à imprensa saído da reunião, "considera satisfatório o cumprimento do programa que previa inicialmente um conjunto de mil e 432 acções, tendo sido realizadas, até ao final de 2006, cerca de duas mil e 280. Esta cifra, de acordo com o documento, representa um incremento de 748 acções, para além do previsto.

1.10 Governo aumenta salário mínimo nacional em 12%

Jornal de Angola...26-04-07

O Governo incrementou ontem cerca de 12% ao salário mínimo nacional, em função da inflação prevista para o presente ano. O aumento foi feito com base na aprovação do reajustamento do salário da função pública pelo Conselho de Ministros.

O órgão colegial do Governo aprovou igualmente o subsídio de pensões atribuídos aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou pericidos e das autoridades tradicionais.

O Conselho de Ministros atribuiu, na reunião de ontem, o estatuto de utilidade pública, à ASCOFA Associação de Apoio aos Combatentes das ex-FAPLA, instituição

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Fiscais versus zungueiras

Agora...07-04-07

Joaquim, fiscal do governo provincial de Luanda, agarrou a kinguila pelo braço e ordenou que ela pousasse no chão a caixa de artigos diversos que tinha na cabeça.

-Me larga. - Gritou a mulher

Ante a sua resistência, levantou o outro braço que agarrava o purete.

-Pois a a caixa no chão, estou a te avisar, senão vou te bater. -Avisou

-Eu comprei o negócio com o meu dinheiro. Não estou a roubar nem estou na prostituição. Estou a lutar pelo pão dos meus filhos. Me arranja emprego então ou arranja para o meu marido que está em casa sem fazer nada.

Esta resposta fez Joaquim hesitar. O purete mantinha-se em riste mas o braço recusava-se a baixar. O dever impedia-o de largar a mulher porque a ordem do seu superior era bem clara. Todo o indivíduo apanhado a vender na zunga, fora dos mercados, tinha que ser confiscada a mercadoria. Em caso de resistência a autoridade, não hesitar em usar a coacção física para fazer valer a ordem.

Mas a sua consciência pesava. Como baixar o purete a uma mulher que apenas queria ganhar a vida? Mulher do outro que estava na mesma condição que ele algum tempo atrás? Na verdade, tinha ficado cinco anos desempregado, depois da desmobilização das FAPLA, e aquele furo de fiscal tinha sido como uma benção, depois de Ter usado aquele tempo todo sem dignidade, vivendo a custa da mulher, kinguila, que chegava sempre cansada em casa, sem qualquer atitude de camaradagem ou vontade de dizer uma palavra amável ou sequer com educação. O trabalho dela era um disputa permanente com as colegas por cada cliente que redundavam em discussões e até ameaças e lá em casa ela descarregava com a maior brutalidade, com as palavras mais ordinárias o stress que trazia. Bater não lhe devolveria a autoridade, apenas o trabalho. Últimamente assaltava-lhe constantemente a idéia de ir para a rabata como último recurso quando lhe surgiu o furo providencial, através de um ex-colega de tropa que se alistara e a ele para ser fiscal. Era o seu melhor amigo, companheiro de infortúnio a quem desabafava e ouvia-as mágoas exactamente iguais, normalmente acompanhado de um quentaço num quintal qualquer, entremeadas de velhas recordações de antigos

episódios de guerra em que tinham participado. As mágoas do outro até eram piores porque falava em cornos certos mas ele não podia garantir que o mesmo não lhe acontecia.

Agora, estava agarrado a mulher indeciso. Pensou que mais de cinquenta por cento das zungueiras eram chefes de família porque os respectivos maridos não tinham emprego e eram elas que sustentavam a família. o resto autodenominavam a sua actividade como ajuda marido, porque complementavam com a zunga o, salário insignificante do companheiro.

Sem dúvida que competia ao governo provincial tomar as medidas necessárias para manter a ordem e fazer cumprir a lei e os regulamentos mas de igual modo competia implementar programas para combater a pobreza.

Venha kapanda e das meras intenções de investimento, os empresários passarãoas vias de facto, porque ninguém in-veste na indústria a contar com geradores. Sem energia é impossível procurar gerar empregos e diminuir a taxa de desemprego de forma decisiva. O problema é que essa questão ultrapassava as competências do governo provincial. Entretanto o estômago não espera pela instalação da terceira e da quarta turbina de kapanda. E o estômago das zungueiras e das suas famílias são tão angolanos como as de qualquer outro cidadão. Ver as zungueiras deambulando pelas ruas do interior de um luxuoso prado é bastante desagradável porque dá sinais de anarquia e mau aspecto a cidade, etc, mas viver numa cubafa sem luz nem água poltável, sair quase de madrugada a procura do pão nosso de cada dia consagrado constitucionalmente a todo o cidadão e voltar a noite cansada, violentada na sua integridade física sem ter cometido qualquer desonestidade e ver o seu piá chorando de fome e não lhe poder dar nada para comer porque o seu negócio foi confiscado, é terrível. Por isso, Joaquim tomou uina decisão. Tinha que arranjar outro furo na primeira oportunidade. Entretanto largou-a, e ficou a vê-la afastar-se com uma expressão pensativa como quem se interroga: quid iuris. Sua excelência, senhor governador.

2.2 BPC abre linha de crédito para jovens desfavorecidos

Angop...10-04-07

Os jovens financeiramente desfavorecidos, tais como carregadores de mercadorias, lavadores de carros, trabalhadores de sexo, portadores de deficiência e outros, contam, a partir deste mês, com uma linha de financiamento avaliada em cinco milhões de dólares, resultante de uma convenção financeira rubricada hoje, em Luanda, entre o Banco de Poupança e Crédito

(BPC) e o Ministério da Juventude e Desportos (MJD). Do montante financiado, dois milhões e 500 mil dólares norte-americanos estão já disponíveis para o arranque do projecto, sendo que o remanescente será disponibilizado na segunda fase de execução do programa, cujo período de implementação piloto é de dois anos.

O acordo, cuja assinatura enquadra-se no âmbito do Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ) abrangerá, numa primeira fase, um universo de vinte mil jovens, dos dezoito aos trinta anos, organizados em pequenas cooperativas, devendo o mesmo iniciar a título experimental nas províncias de Luanda, Cabinda, Bié, Bengo, Kwanza Sul e Kwanza Norte. Posteriormente estender-se-á gradualmente nas demais regiões do país.

Os micro-créditos solicitados por cada cooperativa integrada por jovens serão cedidos em forma de equipamentos de trabalho e não em dinheiro, e terão juros bonificados na ordem dos oito a dez por cento por ano, com horizonte largo para o devido reembolso. Não existe um valor mínimo nem máximo determinado, pois, a cedência dependerá em função dos níveis e tipos de projectos apresentados.

De acordo com o ministro da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, os jovens beneficiários da linha financeira deverão frequentar, antes de receberem os créditos, pequenos cursos de gestão no Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - Inapem, havendo para tal já rubricado um acordo de apoio e monitorização entre as duas instituições.

"Por forma a aproveitar da melhor forma os recursos disponibilizados, o ministério vai garantir, através do Inapem, formação gratuita aos jovens interessados e que estejam organizados em cooperativa, para que possam traçar correctamente os seus programas e habilitarem-se ao crédito", referiu o governante.

Disse que o financiamento reveste-se de importância para o Governo porque vai permitir o enquadramento positivo de muitos jovens envolvidos em acções menos dignas.

Por seu lado, o Presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, disse que as verbas ora disponibilizadas serão colocados de forma indirecta ao MJD, através do fundo nacional de apoio à juventude, cabendo, no entanto, ao banco coordenar estritamente o processo em conjunto com aquele ministério.

Salientou que o banco financiou este projecto por considerá-lo importante para o Governo e, por conseguinte, fundamental para o desenvolvimento socio-económico do país, que depois de longos anos de guerra vai procurando formas de reverter o quadro negativo.

2.3 Um financiamento que estimula a criatividade juvenil

A capital...14-04-07

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Ministério da Juventude e Desportos (MJD) assinaram, nesta terça-feira, 10, uma convenção que disponibiliza uma linha de financiamento, a favor de jovens que, exercendo pequenas iniciativas lucrativas, vêm-se, todavia, limitados por não se disporem de uma ferramenta financeira que relançasse os respectivos negócios.

São os casos de jovens que, aqui e acolá, se dedicam a lavagem de carros, assim como engraxadores e outra franja de jovens a viverem de pequenas actividades informais.

A linha ora anunciada está valorizada em cinco milhões de dólares americanos, cuja concessão será, não propriamente em dinheiro vivo, mas em forma de equipamento de trabalho, tal como conforme ficou dito pelos signatários da convenção. E a iniciativa foi recebida na praça com alguma satisfação. Entidades como o economista Fiel Constantino tomam tal a iniciativa como que vem minimizar um problema que se apossa da juventude, sugerindo, todavia, a necessidade de os jovens candidatos ao crédito, organizarem-se antes em pequenas cooperativas. E é precisamente o que o Governo, através do MJD, perspectiva, com a novidade de os jovens beneficiários do financiamento se obrigarem, antes, a frequentar, pequenos cursos de gestão no Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

São, para já, as bases que permitirão, a curto prazo, a multiplicação de pequenas e médias empresas (PME's), traduzidas no seguimento de actividade, que em qualquer economia tem sido de alguma valia na redução da pobreza, por via do emprego que este permite criar.

Experiências mostram que aquelas que hoje se apresentam como grandes economias mundiais cresceram com o concurso de pequenas médias iniciativas. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, elas representavam cerca de 2/5 do Produto Nacional Bruto, durante os últimos anos do período da guerra-fria, e proporcionaram emprego para metade da força de trabalho do sector privado. A parcela das pequenas e médias empresas no PIE alcançou a cifra de 1,3 triliões de dólares. De 1990 a 2000, as pequenas e médias empresas foram o berço dos cerca de 6 biliões de empregos gerados, fazendo com que a economia americana tenha, actualmente, o nível mais baixo de desemprego da história.

Na União Europeia, a presença das PME's é considerada fundamental para o volume e a qualidade da produção. Sem perder o seu carácter informal, elas

participam activamente na solidificação da economia da União Europeia. Dos 18,6 milhões de empregos existentes até o início de 2000, noventa e nove por cento eram gerados por esse segmento de empresas. A economia japonesa, por seu turno, deu o seu grande salto no século passado, tendo por bases a complementação entre as PME's e as grandes empresas, que contaram sempre com o apoio do governo. Isso, porém, permitiu o fortalecimento das actividades deste segmento de produção. Num passado recente, as pequenas e média empresas, no Brasil, respondiam por 40 por cento do PIE, empregavam 84 por cento da mão-de-obra e pagavam 70 por cento da massa salarial do país. Nos países desenvolvidos e em alguns em desenvolvimento, as PME's estão a proporcionar uma energia vital para a reestruturação económica, no sentido de criar emprego e riqueza.

NÃO SERIA O MOMENTO PARA A INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

A disponibilização da presente linha de crédito levanta a questão sobre se não será a altura de se iniciar a implementação do chamado sistema de incubação de empresas que, em tempos, se propunha ensaiar no mercado.

Há dois anos, um estudo sobre a viabilidade de implementação de um sistema de incubação de empresa em Angola havia sido apresentado em Luanda. A brasileira Maria Alice Lahorgue, consultora da Associação Nacional de Gestores de Incubadoras do Brasil, que apresentou o estudo garantiu, na altura, que a criação de um sistema de incubação de empresas em Angola poderia permitir o aparecimento de 90 pequenas e médias empresas (PME) rentáveis no prazo de três anos.

Diferentes experiências sugerem que a implementação de um sistema de incubadoras de empresas ajuda, na verdade, a criar e garantir a continuidade de projectos empresariais de pequena e média dimensão.

A criação de incubadoras de empresas é uma das componentes do Programa Empresarial Angolano (PEA), uma parceria público - privada entre o governo de Angola, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a companhia petrolífera norte-americana Chevron. O PEA tem como objectivo o fortalecimento do sector das micro, pequenas e médias empresas em Angola, através da criação de um ambiente propício aos negócios, da expansão do crédito, da promoção da formação profissional e da introdução de novos serviços para o desenvolvimento das empresas, entre os quais, o sistema de incubadoras de empresas.

Uma incubadora de empresas é um local que acolhe empresas em fase de criação, ajudando-as na obtenção de financiamentos e na implantação do mercado, disponibilizando ainda formação aos jovens empre-

endedores. O projecto de incubadoras visa, no fundo, aumentar a produtividade, os rendimentos e os postos de trabalho, garantindo formação de base para a criação de pequenas e médias empresas de que o país necessita para impulsionar o seu crescimento.

2.4 Créditos aos lavadores de carros e engraxadores de sapatos

A capital...14-04-07

«Sempre esperei por uma mão que me ajudasse», «não sou simplesmente lavador de carro, também sou estudante, por isso, estou ansioso em receber dinheiro», foi assim que muito jovens do grupo social visado acolheram a decisão do Ministério da Juventude e Desportos de conceder-lhes créditos bancários



Abilio Quintas, Engraxador

Eu acho que será muito bom para mim, porque assim já não vou ter que lutar muito para conseguir repor o dinheiro gasto, já vou ter um lucro maior e também vou poder ajudar em casa. Também vai ser para comprar material escolar e realizar o meu sonho de ser contabilista. Agradeço muito este gesto do Ministério.



Constantino Chiloia, Lavador de Carro

Investiria no meu sonho de ser jogador de futebol. Sou natural do Huambo e fiquei órfão durante a guerra. Estou cá em Luanda a me virar sozinho. Tudo o que faço é para me sustentar. Para conseguir o que quero saio madrugada para os treinos de futebol e quando regresso, vou lavar carros. Eu agradeço por estarem a pensar em nós. É de louvar mesmo o que estão a fazer.



Domingos Faustino, Lavador

Vou investir todo dinheiro que me derem nos estudos, porque quero ser uma pessoa formada e respeitada. Só lavo carros porque não tenho outra forma de sustentar os meus estudos. A minha mãe já não tem muito para nos dar então, eu tenho que fazer alguma coisa. Nunca pensei que tinha que lavar carros para comer, mas agora já tenho muito orgulho no que faço.



Marcolino Fernandes, Lavador de Carro

Não sou simplesmente um lavador de carro, também sou estudante, e tudo o que faço é para ajudar a minha mãe e os meus estudos. Esperei sempre por uma mão. O que vão nos dar é pouco mas, ainda assim, vou esperar com muita confiança, porque vai tirar-me algumas preocupações. O Ministério sempre se ocupou mais com o desporto, mas se agora está a pensar nos jovens necessitados, muito bem.



José Inácio, Lavador de Carro

Sou natural de Malange, saí de lá por causa da guerra e fiquei órfão. Vim para cá tentar a sorte, me viro sozinho. Se for abrangido, usaria este dinheiro para investir na minha realização profissional. Sempre quis ser médico e lutar para conseguir um lugar no mundo da medicina. Saio de manhã cedo de casa para lavar carros, levo as compras das pessoas até as respectivas casas. Este financiamento é um grande investimento.



Gilberto Adilson, Lavador de Carro

Eu sou de Moxico e vim para Luanda em busca de uma vida melhor. Saí de lá no tempo de guerra e pensava encontrar aqui a solução de todas as necessidades. Este empréstimo vai-me ajudar muito, pois, já tenho mulher e dois filhos. Vou poder dar-lhes um pouco mais do que tenho dado até ao momento. Estou ansioso em receber o dinheiro, porque sofremos muito, mas temos esperança de dias melhores.



Feliciano Ngila, Lavador de Carro

Estou ansioso em receber o dinheiro, porque vai ajudar-me muito. Sou o filho mais velho, a minha mãe não trabalha eu é que luto para pôr comida em casa, e ao lavar carros consigo levar, não muito, mas algo que ajuda. Este dinheiro que pode parecer pouco para muitos, para mim é muito, vou fazer uma divisão que me ajude no meu serviço e o resto dou a minha mãe.



César Augusto, Lavador de Carro

Vai ajudar-me a sustentar a minha mulher e o meu filho. Tenho sonho de ser cantor, e também vou usar parte deste dinheiro para gravar algumas músicas, com o «dj» mais barato que me aparecer. Agradeço muito esta iniciativa por que eu sei que este é o princípio da realização do meu sonho.

2.5 Cinco milhões para fins eleitoralistas é um desperdício

A Capital...14-04-07

Para uma abordagem político-económica do programa «Crédito Jovem» abordamos o economista e analista

político Justino Pinto de Andrade, tendo considerado tal iniciativa como uma alavanca da propaganda eleitoral do MPLA.

«Embora com a aparente intenção de ajudar a criar negócios juvenis, o crédito jovem não deixa de ser uma proposta eleitoralista, com vista a passar uma ideia de que o Partido no poder está preocupado com a juventude», interpretou, para mais adiante interrogar-se «porque é que só quando se aproximam as eleições é que se institui crédito jovem, constroem-se estradas, enfim, faz-se um "show off" para passar a ideia de que o futuro começa agora?».

O economista compreende que há um grande risco na concessão dos créditos, a julgar pelos possíveis graus de baixo aproveitamento dos, recursos financeiros e materiais por parte dos revendedores ambulantes, lavadores de carros, engraxadores de sapatos e trabalhadoras de sexo. «O programa pode contemplar mil jovens e apenas 500 obtiverem êxitos na sua acção de investimento», observou, acrescentando que «se a percentagem de jovens com êxitos for baixa, poderá acontecer que parte dos cinco milhões de dólares se perca sem retorno algum». Entre as ferramentas disponíveis para se evitar o desaire do projecto, o também decano da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola, admite que os cursos de capacitação e gestão de pequenos negócios a serem levados a cabo pelo INAPEM «podem não ser eficazes para capacitar os jovens e tornarem rentáveis os negócios diante dos problemas e da complexidade do mercado que se nos apresenta».

A preocupação de Justino Pinto de Andrade é ainda maior por achar que «o crédito jovem produz conformismos e pode perpetuar os cidadãos nestas meras ocupações de recurso, uma realidade que choça com a intenção de alguns lavadores de carro abandonarem a lavagem artesanal de viaturas». Considerou, por outro lado que a iniciativa veio atrasada demais, pois, «ao invés de estarmos a dissipar cinco milhões de dólares em actividades puramente eleitoralistas e mediáticas, podia-se prestar atenção à criação de autoempregos através de formação profissional e académica dos ambulantes, lavadores de carro e trabalhadoras de sexo».

Justino Pinto de Andrade mostrou-se «muito chocado com a prática dos governantes do país. «Faço jus à conduta santomense, diante do crédito jovem; quero esperar para ver, para depois crer», concluiu.

2.6 BPC: é o banco que mais crédito concede aos empresários dos país

Angolense...14-04-07

Apesar de se verificarem algumas melhorias, o empresariado nacional debate-se ainda com dificuldades de ordem burocrática na obtenção de créditos e de falta de oportunidade.

Fonte empresarial denunciou a este jornal a existência de algumas dificuldades na obtenção de créditos no Banco de Poupança e Crédito (BPC).

O banco, de acordo com a fonte, criou uma área específica para concessão de crédito ao empresariado nacional, as médias e pequenas empresas, denominada "expansão de crédito", segundo a fonte. «A respectiva área alega não ter dinheiro», disse a fonte.

O comerciante disse que muitos projectos deram entrada naquela área, mas que aguardam por um deferimento.

O BPC foi acusado de ser um dos bancos que poucos créditos concede aos empresariado nacional, mas uma fonte ligada ao Conselho de Administração do mesmo, que falou sob anonimato disse que não é bem assim.

Em sua defesa, afirmou que o BPC é o banco que mais concede créditos a economia. "É falso e é errado pensar assim porque o BPC é o banco que mais crédito concede", afirmou. A fonte disse que os projectos são analisados antes de serem aprovados para que se possa estudar que tipo de apoio se pode dar, além de outras garantias como ter conta no referido banco. "O cidadão deve consultar o melhor banco, uns são mais rigorosos que outros. São doze bancos, o cidadão não pode ficar sem fazer nada porque o BPC ainda não aprovou o seu projecto", aconselhou. O nosso interlocutor garantiu que em nenhum momento aquele banco deixou de apoiar o sector empresarial do país. "Nos vários escalões, direcção de particulares, pequenas e médias empresas, o banco tem hoje 350 mil clientes", assegurou a fonte para quem o volume de créditos que concedem é superior. Mais adiante acrescentou que a estratégia daquela instituição bancária é o apoio ao sector informal, particularmente, a juventude. Para o efeito, criou o "Credito Jovem" que está avaliado em cinco milhões de dólares. Podem habilitar-se ao mesmo jovens de cinco a vinte elementos que constituam um grupo solidário.

Assim sendo, foi rubricado esta semana em Luanda, um acordo entre o ministério da Juventude e Desportos e o BPC. O acordo foi assinado pelo presidente do Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito, Paixão Júnior e pelo director nacional da Juventude e Desportos Cardoso José. O referido crédito destina-se, segundo apuramos, a financiar projectos dos jovens inseridos no mercado informal.

Numa primeira fase, o banco vai disponibilizar dois milhões e 500 mil dólares. Para a eficácia do projecto, o ministério da Juventude e Desportos assinou um contracto com o Instituto nacional de Apoio às

Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) que consiste na formação dos jovens com vista a gerirem melhor os seus negócios.

Para o presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, a implementação do programa de apoio à juventude no mercado informal poderá minimizar a situação de milhares de jovens necessitam de emprego.

Defendeu a necessidade dos jovens ambulantes organizarem-se em pequenas cooperativas ou em grupos de pequenas empresas para dar mais credibilidade ao crédito. Já para Marcos Barrica, ministro da Juventude e Desportos, o programa vai estimular os jovens ao mesmo tempo que poderá reduzir os índices de pobreza e delinquência no seio da juventude.

2.7 Cuidado! isto é um assalto

Agora...14-04-07

Assaltar as pessoas que acorrem às agências bancárias espalhadas por algumas artérias das zonas periféricas de Luanda, parece estar a tomar-se moda. Em algumas agências, é visível o "entra e sai" dos meliantes, sob o olhar silencioso dos seguranças e dos outros funcionários dos bancos que aí se encontram.

O exemplo mais vivo e chocante foi acompanhado pela nossa equipa de reportagem, durante três dias seguidos, na nova agência do Banco de Fomento Angola (BFA), que se encontra na Avenida Brasil, a' escassos metros da Direcção Nacional de Invesúgação Criminal (DNIC).

Nesta agência, os meliantes ficam espalhados em frente à porta principal e no meio das viaturas que normalmente se encontram aí estacionadas, à espera dos cidadãos que vão fazer o levantamento de dinheiro. Enquanto isso os integrantes do outro grupo estacionam as motorizadas, do tipo Rápida, ao lado da porta e ficam durante muito tempo a fazer mímica como se estivessem á retirar dinheiro de um múlticaixa. Quando estes notam a entrada de uma possível vítima no estabelecimento, seguem e ficam na ma por detrás da vítima, como se fossem para levantar dinheiro. Os clientes mais atentos, que se apercebem de-imediato da presença destes indivíduos no estabelecimento, saem antes de levantarem o montante. No entender de alguns deles, os seguranças deste banco agem como se fizessem parte do esquema, ou como se esúvessem com medo de sofrer represálias na calada da noite. As constantes falhas do sistema computadorizado desta agência têm servido de salvação para os clientes, já que a maior parte deles só da por cmlta que está prestes a ser assaltada depois de receber a informação de que há avaria no sistema. Quem não têm tido a mesma sorte . são os cidadãos que uilizam as agências bancárias que se encontram .no município do Cazenga. Os assaltantes actuam principalmente na época em que as empresas

públicas estão a pagar os seus funcionários. Madalena de Almeida (nome fictício), funcionária do Hospital Neves Bendinha, diz que já foi duas vezes assaltada quando saía da agência bancária do Baoco de Poupança e Credito (BPC), que esta localizada na Avenida Deolinda Rodrigues, depois de levantar o salário.

"Na altura não fazia ideia que este tipo de assaltos acontecia em plena luz do dia e num local onde há seguranças annados, como no banco. Mas depois disso já não acredito que há locais onde os marginais não actuam", enfatizou. Acrescentou que "durante os dois assaltos os meliantes levaram o meu salário. Eles nem sequer imaginam o quanto uma pessoa sofre para conseguir receber aquele dinheiro".

Como relatou a nossa interlocutora, a estratégia utilizada pelos marginais para seleccionar as suas "presas" é a mesma. Para impedir que fosse assaltada pela segunda vez, Madalena de Almeida atesta que teve de vestir mais de duas roupas e teve que guardar o dinheiro na roupa interior, mas mesmo assim esta medida não foi suficiente.

"Os assaltantes levantaram-me no ar e sacudiram as minhas vestes como se estivessem a sacudir roupa. Ao verem que o dinheiro não caía, tiveram a audácia de meterem as mãos dentro da roupa. Foi a pior coisa que já me aconteceu", contou. Os clientes que frequentam a agência do BFA que está localizada na Vila Alice, também já sofreram na pele este tipo de situações. Os meliantes apareciam com métodos mais sofisticados. Enquanto que os que actuam nas agências da periferia fazem-no com matas rápidas, estes utilizavam viatura, cujas placas de matriculas eram falsas. Apesar da enchente que actualmente se regista neste estabelecimento, há ainda muitas pessoas que sentem-se inseguras nesta agencia. No entender dos clientes, "com o andar da carruagem" é possível que estas agências sejam assaltadas pelos grupos de marginais que aí actuam. O facto de os seguranças nada fazerem para afastar os meliantes das redondezas dos estabelecimentos e permitir que eles observem com a maior facilidade a maneira como estão instalados os sistemas de segurança poderá facilitar que eles façam um estudo para tentar manip.ular a rede de pagamentos.

Recorde-se que, no ano passado, a polícia prendeu dois jovens que estiveram envolvidos numa fraude sistemática e contínua ocorrida numa das agencias do BFA, na qual terão se apoderado de cerca dois milhões de dólares.

2.8 Muita morosidade na criação de empresas

Agora...14-04-07

De algum tempo a esta parte, as autoridades têm vindo

a ensaiar alguns mecanismos visando tornar mais céleres os procedimentos para a criação de empresas. O primeiro passo para se alcançar esse objectivo terá sido dado com a instalação do Guiché Único da Empresa (GUE), em 2003.

A ideia da entrada em funcionamento do Guiché resulta da necessidade de se desanuviar o pesado processo de constituição de empresas. O excesso de burocracia provoca uma morosidade que também condiciona em parte, segundo especialistas, o investimento interno e estrangeiro.

O "Guiché" está a funcionar, mas ainda assim, ao que tudo indica, há muitas lacunas a cobrir, já que a sua operacionalidade não tem estado ainda ao nível das exigências do mercado, onde a cada dia avultam projectos novos para a criação de empresas. Os empresários de diferentes áreas de actuação têm sido unânimes afirmando que gostariam de ver um Guiché mais dinâmico. Na opinião geral, "o Guiché ainda não é capaz de atender a demanda porque, com o clima de paz, a necessidade de investimento subiu em flecha e tinha de haver uma instituição a altura desse crescimento em flecha", notaram empresários abordados por este jornal. Quem também embarcou no mesmo diapasão foram alguns empresários do interior do país que tem lutado nos últimos anos para legalizar as suas empresas, principalmente as que tem a ver com a actividade agro-pecuária.

AB, diz que sempre que chega a Luanda para entregar o processo para legalizar alguma coisa, encontra sempre entraves que seriam desnecessários. O empresário é proprietário de uma fazenda onde se dedica, além do cultivo de cereais, à fruticultura. Ele diz que sempre que se desloca à Gabela para resolver o problema da legalização das áreas de cultivo, tem tido muitos embaraços.

"Para nós, que temos o ganha-pão no município, fica muito mais difícil por causa de muitos passos que têm de ser dados com o reconhecimento dos documentos no notário, declarações de bairro, entre outras aspectos", frisou.

O ministro da Justiça, Manuel Aragão, veio recentemente a público ressaltar que o Governo iria tratar de encontrar instrumentos mais céleres para evitar os excessivos atrasos que dificultam a instalação de empresas em tempo útil no país. Para esse fim, uma equipa de especialistas portugueses esteve recentemente em Luanda para elaborar, em conjunto com homólogos angolanos, um projecto de diploma de enquadramento legal para facilitar a vida aos empreendedores. O programa que está enquadrado no plano bilateral de cooperação lusoangolano chama-se "Empresa na Hora" e pensa-se que venha a ser uma réplica do sistema já em curso em Portugal. O programa nasceu de um pedido feito pelo ministro

Manuel Aragão ao seu homólogo português, Alberto Costa. Em Outubro do ano passado, os dois ministros assinaram um protocolo visando a adaptação do sistema luso de criação de empresas ao mercado angolano. As autoridades manifestaram o desejo de arrancar com o programa rapidamente, já que a ideia é de remover os obstáculos na criação de empresas inerentes à activação do tecido económico nacional. O protocolo assinado entre ambos ministros da Justiça prevê da parte portuguesa prestar apoio técnico, fornecimento de software, enquadramento jurídico e formação de quadros.

Actualmente, para se constituir uma empresa comercial percorrem-se cerca de treze passos, passando por nove serviços diferentes. "É preciso conseguir o carimbo das administrações municipais e comissões de bairro, da conservatória do registo comercial, da imprensa nacional. Tudo isso tem um custo médio que ronda os 100 mil kwanzas, mais de mil dólares, portanto. Alguma coisa deve ser feita no bom sentido", desabafou a nossa fonte.

O Ministério do Comércio, através da Direcção Nacional do Comercio Interno (DNCI) também havia anunciado a entrada em funcionamento do registo electrónico de empresas, mas ao que tudo indica ainda é necessário muito caminho a percorrer para se chegar à perfeição neste serviço particular.

2.9 Segurança nacional ameaçada pelo garimpo estrangeiro

A capital...21-04-07

A prova disso é o crescente número de imigrantes estrangeiros, muitos deles de forma ilegal, que se implantam no território nacional. Pelos vistos há cada vez mais espaços livre nas entranhas do país, ou seja, enquanto os nacionais se apinham nos centros urbanos, os estrangeiros vão-se ocupando das vagas.

Nos últimos tempos Angola se vê a braços com a avalanche de estrangeiros das mais diversas nacionalidades que se fixam no interior do país.

Na sua maioria, começa-se agora a descobrir, perseguem interesses meramente comerciais, com acento na prospecção, exploração e consequente comercialização ilegal de diamantes, em conluio com alguns cidadãos nacionais, quer da alta esfera de dirigentes, quer cidadãos comuns para mão-de-obra. As províncias das Lundas Norte e Sul foram desde sempre as mais visadas pelos garimpeiros imigrantes, na sua maioria de proveniência dos Congos, do Mali e do Senegal.

Entretanto, devido ao aperto das autoridades nacionais com vista a sua expulsão e respectivo repatriamento, os

exploradores ilegais de diamantes voltam as suas atenções para as províncias do centro, centro-sul e sul de Angola. Nos dias que correm, a província que mais trabalho tem dado às Forças de Segurança, polícia e FAA é o Bié onde se têm desencadeado buscas constantes e recolhas, com vista a redução do fluxo de estrangeiros que procuram lucros fáceis, por meio da exploração e venda de diamantes nas localidades da Nharea e do Andulo.

Nesta parcela do país, segundo as autoridades locais, a maior parte dos estrangeiros apanhados são dos Congos Democrático e Brazzaville, Mali e Guiné Conakri. Por causa desse fenómeno, os Serviços de Migração e Fronteiras (SEM) no Bié pretendem reforçar o controlo de entrada e saída de estrangeiros ao nível da região, principalmente através das fronteiras com as províncias de Malanje, Kwanza Sul, lundas Norte e Sul. E a síndrome já contagiou a província planáltica do Huambo onde, recentemente caíram nas malhas das autoridades três cidadãos portugueses acompanhados de uma angolana na região do Hengue, município do Bailundo, por prática ilícitas de exploração de diamantes. Trata-se dos cidadãos, identificados apenas com um nome cada, designadamente, Rui, Orlando e Manuel. A identidade da angolana que os acompanhava não foi revelada, mas soube-se que é natural da Huíla, faltando também a de outros dois trabalhadores, aparentemente recrutados localmente para a act-ividade de escavação do solo.(...)

A proliferação de armas aliada à prática do garimpo incentivado pela imigração de estrangeiros à propósito, são aspectos interligados que de uma ou de outra forma, ameaçam a segurança nacional, por isso se recomenda mesmo a intensificação da expulsão dessas zonas dos garimpeiros.

A riqueza diamantífera de Angola oferece um admirável contraste com as condições de vida da população: é o terceiro maior produtor de diamantes do mundo, mas ocupa a 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2004, entre um total de 177 países avaliados. As maiores reservas, inclusive inexploradas, ficam na região das Lundas, no nordeste de Angola. São cerca de 180 mil km² delimitados como Zona de Reserva Diamantífera, com mais de um milhão de habitantes.

2.10 BPA tem USD 50 milhões para jovens

Jornal de Angola...26-04-07

O Banco Privado Atlântico (BPA) dispõe de 50 milhões de dólares para os jovens empresários angolanos, que apresentarem projectos viáveis para o país.

De acordo com a nota da instituição, o concurso vai iniciar no dia 1 de Julho, sendo antecedido por informações detalhadas nas próximas semanas.

Segundo o presidente do BPA, Carlos da Silva, com esta carteira de crédito, a instituição visa fomentar o empreendedorismo dos jovens angolanos, disponibilizando apoios e condições concretas para a criação de projectos que rentabilizem o seu capital humano e experiência ao serviço do desenvolvimento sustentado em Angola. Com cinco meses no mercado, a instituição que inaugura hoje a sua sede em Luanda, já captou mais de 150 milhões de dólares de recursos de clientes. Na óptica do seu presidente, o banco constitui o modelo de negócio que tecnicamente melhor responde aos desafios das economias emergentes, em que mais do que financiar a economia, é preciso assegurar que os projectos estruturantes se materializem atempadamente e com rigor.

a BPA centra-se "no suporte à dinamização dos sectores produtivos de base e das infra-estruturas, promovendo o desenvolvimento sustentado da economia real angolana", sublinha Carlos da Silva, para quem a sua instituição serve de forma diferente uma faixa da população angolana que historicamente foi tratada de forma indiferenciada pelos bancos. "São pessoas que estão preocupadas em crescer rumo ao futuro, que pouparam para investir nos seus pequenos negócios, que são empreendedores, que sabem que o actual estágio do país lhe pode dar oportunidades de forte crescimento".

O gestor aponta como enfoque do seu negócio "jovens, muitos deles que, com sacrifício, estudaram e hoje são quadros intermédios nas empresas e que necessitam de suporte ao investimento na melhoria da sua vida pessoal, bem como empresários empreendedores, que necessitam que um banco não so os apoie na gestão da sua tesouraria, mas que também esteja ao seu lado a planificar e a suportar o crescimento do seu negócio".

Além de cobrir a maioria das capitais do país, até 2009, o banco prevê expandir-se para as principais praças financeiras mundiais, até 2012, nomeadamente, Lisboa, Londres, Madrid, Hong Kong e São Paulo.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Governo vai criar zona económica especial

Jornal de Angola...02-04-07

O Governo vai criar uma zona económica especial Luanda-Bengo, tendo em conta a "necessidade urgente" de adoptar um modelo de desenvolvimento institucional, administrativo e económico para a região.

Para o efeito, o Presidente da República criou uma Comissão Inter-ministerial, coordenada pelo ministro das Finanças, José Pedro de Morais, que vai trabalhar na criação de condições de instituição e desenvolvimento do projecto da referida zona económica especial. De acordo com o boletim oficial, o Diário da República, de 21 de Fevereiro, há uma "necessidade irremediável de se estabelecer um mecanismo que contribua para a elaboração do projecto desta zona económica especial".

A comissão inter-ministerial, que integra ainda os titulares do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e da Indústria, Joaquim David, tem 60 dias para apresentar o projecto de instituição e desenvolvimento da zona económica especial Luanda-Bengo. No mesmo documento deverá constar o cronograma de trabalho e orçamento, constituindo estes parte do projecto. A comissão terá ainda de apresentar estudos sobre os modelos a serem implementados nas restantes zonas económicas especiais a serem identificadas pelo Governo. Fazem ainda parte do grupo de trabalho o director do Gabinete de Reconstrução, Manuel Hélder Vieira Dias "Kopelipa", o secretário do Conselho de Ministros, Joaquim Carlos dos Reis Júnior, o secretário de Estado para o Sector Empresarial Público, Augusto da Silva Tomás.

A comissão será apoiada por um grupo técnico coordenado por Manuel Hélder Vieira Dias (Kopelipa) e irá ainda conceber o sistema de gestão futura do projecto e submetê-lo ao Conselho de Ministros para apreciação e aprovação.

O coordenador da comissão pode solicitar a intervenção de outros especialistas para participarem dos trabalhos da comissão sempre que for necessário.

3.2 Jornalistas participam em seminário sobre OGE

Jornal de Angola...12-04-07

Trinta jornalistas dos diferentes órgãos da comunicação social do país, começam, de 14 a 24 de Abril, no Instituto de Formação Bancária de Angola-Ifba, em Luanda, a frequentar um seminário sobre o Orçamento Geral do Estado.

A terceira a ser organizada pela Associação de Jornalistas Económicos de Angola-Ajeco, organiza, desde 2004, a acção de formação e compreenderá várias palestras a serem animadas por quadros seniores dos Ministérios das Finanças e do Planeamento, de acordo com fonte ligada à organização.

Introdução à Política Económica, Noções sobre OGE, Metodologia de Elaboração do OGE e do Programa do Governo e do Plano de Investimentos, Relação Empresas e OGE, este e os sectores sociais, Metodologia de Discussão do OGE, Programa do Governo e Investimentos Públicos na especialidade e generalidade, por parte da Assembleia Nacional serão as principais matérias a serem ministradas durante o seminário.

A Ajeco, Associação de Jornalistas Económicos de Angola, foi proclamada a 12 de Agosto de 1996 com objectivo de contribuir para a superação técnico-profissional dos jornalistas, visando a sua especialização, através da realização de cursos e seminários na vertente da ciência económica e outras, bem como na promoção de conferências sobre temas da actualidade. O seminário será enriquecido com uma visita ao Tribunal de Contas, durante a qual os participantes manterão um encontro com o presidente da instituição e, ainda, um frente-a-frente com Joana Una, presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional. Durante a acção, os jornalistas serão submetidos a teste de avaliação e os dois melhores beneficiarão de prémios. As acções de formação, que a Ajeco tem realizado, resultam da sua iniciativa e de parceiros que apostam nos projectos da Associação.

A Direcção Nacional das Alfândegas é uma das muitas instituições que trabalha com a Ajeco na vertente de formação.

3.3 Urbanismo perspectiva formação de quadros

Jornal de Angola...12-04-07

A elaboração de uma visão estratégica de formação de quadros qualificados para a activação dos serviços de ordenamento do território a nível do país, constitui um dos principais objectivos da realização de um seminário relacionado à temática. O referido seminário foi

promovido pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente. Ao intervir na abertura do fórum, em que participam técnicos dos Órgãos provinciais do Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (INOTU) e representantes provinciais do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) , o ministro de tutela, Sita José, referiu-se à necessidade de se diagnosticar a situação do ordenamento territorial a nível de todas as províncias do país.

"Precisamos de informações reais e precisas que nos permitam fazer urna avaliação concreta da situação do ordenamento do território para a tomada de decisões neste contexto" frisou.

Durante o encontro, que decorreu de terça a quarta-feira, o fórum perspectivou além da reactivação das estruturas provinciais do INOTU a nível de todo o país, dotar os responsáveis do sector de conhecimentos técnicos, organizativos e funcionais e orientações metodológicas para o cumprimento das suas tarefas, à luz dos desafios da reconstrução do país.

Tutelado pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA), o INOTU é um órgão de direito público, criado para assegurar a execução da política do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano.

3.4 Tribunal de contas julga 50 gestores

Jornal de Angola...13-04-07

Mais de cinquenta gestores públicos foram já a julgamento no Tribunal de Contas, desde a altura da sua criação, em 2001. Além disso, no quadro da fiscalização prévia de actos que envolva a disposição do erário, o Tribunal visou cerca de 400 mil processos.

O facto foi anunciado ontem, em Luanda, pelo porta-voz daquele órgão fiscalizador da coisa pública, Gilberto Magalhães, aquando da cerimónia do sexto aniversário daquele órgão do Poder Judicial.

Segundo Gilberto Magalhães, a média de julgamento demonstra um sinal positivo, uma vez tratar-se de um órgão jurisdicional novo, que tem permitido algum rigor na gestão financeira pública, já que os gestores tomaram consciência do dever que têm perante a coisa pública. Apesar de ter reconhecido as dificuldades que o Tribunal teve ao desenvolver as suas actividades, durante os primeiros anos de exercício, afirma que o desempenho daquele órgão fiscalizador na sociedade angolana é já uma realidade inegável.

"Penso que os seis anos do Tribunal permitem-nos ter uma perspectiva de que algum trabalho foi feito e que estamos no bom caminho", realçou o porta-voz, tendo acrescentado que o Tribunal tem pautado pelo estrito cumprimento da lei. Em 2006, o TC registou 82 mil

366 processos constituídos de actos de admissão de funcionários públicos, dos quais 356 contratos de emprego e oito processos conclusos ao nível da responsabilidade financeira reintegratória. A actividade do tribunal iniciou efectivamente em 2002, com o empossamento de juizes conselheiros, que exercem a actividade jurisdicional naquele órgão. Na óptica de Gilberto Magalhães, a celeridade processual não depende unicamente da actividade do tribunal, mas dos demandados em sede de responsabilidade reintegratória ou sancionatória. Questões relacionadas com a defesa interposta pelos advogados dos gestores públicos chamados a juízo, constituem algumas das razões da morosidade processual. O também contador geral disse que toda actividade fiscalizadora é difícil, facto agravado pela particularidade de o Tribunal de Contas tratar da fiscalização da coisa pública.

Criado em 1996, o Tribunal de Contas começou a funcionar em Abril de 2001, e neste mesmo ano tornou-se membro da Comunidade Internacional dos Tribunais de Contas do Mundo e dos Tribunais de Contas de África. Tomou-se igualmente membro dos tribunais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa .

3.5 Fernando Pacheco da Adra questiona em toda a linha a sustentabilidade do projecto

Angolense...14-04-07

O Engenheiro Fernando Pacheco, Presidente da ADRA, fez recentemente em Luanda uma avaliação muito pouco auspiciosa do projecto Aldeia Nova, implantado no município do Waku Kungo, província do Kwanza Sul.

A abordagem do agrónomo foi feita a poucos meses do final do contrato de assistência técnica que o Governo assinou com os especialistas israelitas que "produziram" a nova coqueluche da agro-pecuária angolana, nos moldes dos seus "kibutzes". Na visão do especialista não há neste momento capacidade para os angolanos tomarem conta do projecto conforme estava previsto.

"Durante todo este tempo contam-se pelos dedos os angolanos que trabalharam com os israelitas.

Como vai ser possível, interrogou-se, dar continuidade a uma proposta tão complexa como aquela, se os quadros não foram treinados para isso. Não vai ser agora em dois meses que isso vai acontecer

O lógico, apontou Pacheco, é que o contrato seja prolongado porque não vai haver, obviamente, pessoas, angolanos, para o receber".

Com o volumoso investimento público que já terá ultrapassado os 80 milhões de dólares, o projecto é

hoje uma realidade muito questionável do ponto de vista da sua sustentabilidade a vários níveis, desde o económico passando pelo tecnológico até ao institucional. F.Pacheco que falava durante a Segunda Semana Social da Igreja realizada recentemente pela CEAST foi particularmente incisivo na dissecação que efectuou das diferentes componentes que integram o projecto que foi concebido para a reintegração sócio-profissional de desmobilizados do Governo e da UNITA. Entre o positivo e o negativo de qualquer balanço, a conclusão de FP é que a Aldeia Nova pode vir a envelhecer mais rapidamente do que se pensava, havendo mesmo o perigo de se registar uma morte prematura da menina bonita de Higinio Carneiro. Pacheco questiona, por exemplo, a dependência institucional do projecto do MINOPU, quando o normal seria a sua tutela pelo Ministério da Agricultura, o que segundo ele só veio "criar ainda muito mais confusão". "A sustentabilidade do projecto é muito questionável quer do ponto de vista económico-financeiro, por causa dos custos, quer do ponto de vista social por causa dessas tensões dos semeados, plantados e cultivados"-apontou.

Para Fernando Pacheco a proposta tecnológica dos israelitas sendo muito interessante do ponto de vista da modernização da agricultura, é altamente complexa não estando para já ao alcance das capacidades locais.

A proposta tecnológica feita pelos israelitas é muito interessante do ponto de vista de modernização da agricultura, muito interessante mesmo. Só que é demasiado complexa para a nossa capacidade actual. Quando nós entrevistamos alguns dos beneficiários, eles tinham a informação escrita facultada pelo Banco e pelo Projecto, mas aquilo é muito difícil de ler. É quase tão difícil como ler o OGE. Eu confesso que eu próprio tive algumas dificuldades em entender aquilo que estava ali.

Não consigo entender como é que aqueles agricultores vão chegar lá. Eles vão acabar por entender, porque as pessoas são inteligentes e vão fazer um esforço nesse sentido."

Pacheco acha grave não se terem tido em conta os estudos que já existiam porque de facto se houve coisas positivas que os portugueses deixaram foram os estudos que eles fizeram nos últimos anos.

"Estes estudos foram completamente postos de lado. Os israelitas ou não conheciam ou menosprezaram. Os angolanos que deveriam fazer valer isto junto dos israelitas não quiseram ou tiveram pouco poder, pouca força. O que é cerro é que se cometeram alguns erros tão graves como por exemplo o de não se ter feito a drenagem por causa do alagamento do rio Kussoi, problema que os portugueses já tinham enfrentado.

Depois para além dos 78 milhões de dólares há agora mais vinte e tal porque se teve de contratar uma

empresa sul-africana, salvo erro, para fazer a drenagem." Fernando Pacheco constatou que os beneficiários foram mal seleccionados e que há um baixo nível de diálogo e de informação. As pessoas dialogam muito pouco. Há muito secretismo, falta de transparência e autoritarismo. As pessoas não podem comprar nada fora do projecto como por exemplo adubos, que lhes são vendidos na Aldeia Nova a um preço superior ao do mercado.

"Aquilo é dinheiro público que também é meu. E de todos nós.

Quando procuramos saber como é que aquilo funciona as pessoas não dizem ou dizem que não podem dizer. O que é no mínimo preocupante"- denunciou o Presidente da ADRA.

Na sua intervenção FP avançou outras considerações e informações sobre o Projecto Aldeia Nova que o Angolense, dado o seu interesse público, pensa reproduzir numa próxima oportunidade, desafiando desde já todos aqueles que façam uma avaliação diferente desta a enviarem-nos as suas opiniões.

Está aberto o debate!

3.6 Jornalistas economicos dialogam com o presidente do tribunal de contas

Jornal de Angola...19-04-07

Um "diálogo franco e aberto" é o que os jornalistas dos diferentes órgãos da comunicação social auguram do presidente do Tribunal de Contas, Julião Antónlo, quando visitarem hoje, ao princípio da tarde, as instalações daquela instituição. A visita surge no âmbito do seminário sobre Orçamento Geral do Estado, que decorre desde o último sábado (termina dia 24 deste mês), no Instituto de Formação Bancária de Angola.

Segundo uma nota distribuída ao Jornal de Angola, durante o encontro, os profissionais da comunicação social esperam ser elucidados sobre o funcionamento e a estrutura organizacional do Tribunal de Contas e as relações de trabalho entre este órgão e as diferentes instituições do país.

A visita, uma iniciativa da Associação de Jornalistas Económicas de Angola (AJECO) visa criar e estabelecer um mecanismo de cooperação e de trabalho em termos da circulação de informação para os jornalistas.

O Jornal de Angola soube também da mesma fonte que à margem do evento, que a Associação de jornalistas Económicos organiza para dotar os profissionais da comunicação social e não só de conhecimentos sobre o OGE e o Programa do Governo, está previsto um ciclo de palestras a ser animado por renomados economistas da "praça".

Logo pela manhã, o economista e consultor interna-

cional Fernando Heitor dissertará sobre a "Metodologia de elaboração e execução do Orçamento Geral do Estado". A presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Joana Una, debruçar-se-á sobre "A metodologia de discussão e aprovação do OGE e Programa do Governo na especialidade e generalidade"

Amanhã, entrarão em cena os académicos Vicente Pinto de Andrade e Amândio Kelezi que falarão também sobre o OGE e o OGE e a transparência.

"As palestras estão abertas a todos os interessados, desde jornalistas, estudantes, empresários, académicos e até gestores", clarificou um membro da AJECO.

A AJECO foi proclamada a 12 de Agosto de 1996 e tem como propósitos organizar e contribuir para a especialização dos jornalistas, através da realização de cursos e seminários, bem como conferências para debater questões da actualidade.

3.7 Orçamento participativo não é para já, diz economista

Jornal de Angola...21-04-07

Em Angola, o modelo de orçamento participativo, em voga em muitos países que escolheram a democracia como modelo político, será posto em prática apenas quando estiverem criadas as condições políticas. Quem o diz é a economista Ofélia Gouveia, do Ministério das Finanças, quando respondia a uma pergunta colocada

Por um participante ao seminário sobre orçamento geral do estado promovido pela Associação de jornalistas Económicos de Angola- AJECO. Como a própria designação indica, este modelo consiste na participação do cidadão na elaboração e acompanhamento do OGE.

"Países como o Brasil, onde o sistema está mais desenvolvido ao nível das autarquias já existe este modelo clarificou.

Ofélia Gouveia dissertava sobre "Metodologia de Elaboração e Exercício do OGE". A acção de formação decorre desde o passado sábado, no Instituto de Formação Bancária de Angola. Outras matérias abordadas pela interveniente referem-se a despesas de capital, correntes, dívida externa, receitas locais, conta geral do Estado e financiamentos. Filomeno Vieira Lopes, assistente da AJECO para formação e principal formador falou sobre Política económica e OGE. Os participantes constatarão graves lacunas, em termos legislativos, sobre as modalidades e políticas que são adoptadas pelas instituições do Estado no que diz respeito à promoção dos trabalhadores. O seminário encerra terça-feira com duas palestras a serem animadas pelos economistas Vicente Pinto de Andrade, Amândio Kelesi e Filomeno Vieira Lopeso

Um vai dissertar sobre a "Relação entre empresas públicas" e o outro sobre o "OGE e a Transparência do OGE".

Os participantes mais assíduos e o melhor trabalho resultante do teste feito serão premiados. Por outro lado a AJECO vai promover em junho um seminário sobre o "papel do jornalista na promoção de transparência e no combate à corrupção", anunciou quinta-feira em Luanda, uma fonte da direcção da instituição. O evento vai congrega jornalistas que tratam de: assuntos económicos na região Austral e Central e terá duração de dois dias e já tem a confirmação dos profissionais de seis países, nomeadamente Ruanda, Gabão, Burundi, São Tomé e Príncipe, RDC e Congo Brazzaville.

"A intenção não é transformar o fórum para julgar os Estados", disse a fonte. À margem da conferência, de acordo com um dos responsáveis da AJECO, serão ainda abordados temas como a Nepad, a economia na comunidade de Estados da África Central e da SADC.

O responsável da Ajeco falava à margem do encontro. com Gilberto Magalhães, contador geral do Tribunal de Contas, em representação do presidente João António durante uma visita dos jornalistas económicos àquela instituição.

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 JMPLA recolhe cartões de eleitores no Uíge

Terra Angolana...01-04-07

De acordo com as nossas fontes, no acto de recolha são anotados o nome e número do cartão dos cidadãos, a exemplo do que ocorre noutras parcelas do país, nomeadamente Malange, Kamakupa - Bié, Moxico e outras onde foram feitas denúncias desta operação levada a cabo por militantes do MPLA.

Membros do Secretariado Comunal da UNITA na Vista Alegre disseram ao Terra Angolana que o caso será levado às instâncias competentes, por violar a lei de registo eleitoral e prenciar fraude.

O PRS, na voz do seu Secretário para Informação Lindo Bernardo Tito também veio a público denunciar estas atitudes de militantes do MPLA, envolvidos na recolha de cartões de eleitores, catalogando o número do cartão e nome do eleitor visado. Entretanto, Terra Angolana tentou contactar com o Secretário-geral do MPLA Dino Matross, que por razões de calendário não se mostrou disponível. Num outro desenvolvimento, o Secretário Comunal da UNITA, Cláudio Armando disse que o seu partido tem trabalhado para vencer as próximas eleições legislativas e presidenciais. O nosso interlocutor deu a conhecer que para o efeito, o seu elenco tem estado envolvido em campanhas de mobilização e enquadramento de novos membros, tendo mesmo assegurado que apesar de haver ainda um caminho a percorrer, a vitória do seu Partido na Vista Alegre vai confirmar apenas a popularidade que o Galo Negro tem na região, pois as populações foram sempre estimadas e bem dirigidas pela UNITA". Cláudio Armando falou também da intolerância política na região, tendo dito que a mesma baixou de intensidade, graças a intervenção pontual da igreja metodista e também da polícia judicial. Ainda assim, segundo Cláudio Armando, existem constrangimentos políticos para estender as suas actividades nos bairros onde ainda não foram reimplantadas as estruturas da UNITA.

O Dirigente comunal da UNITA na Vista Alegre asseverou que tem havido bom relacionamento com os demais partidos da oposição, promovendo um clima propício para a reconciliação nacional genuína e acredita que melhores dias vilão mesmo no relacionamento com o MPLA.

O que tange ao registo eleitoral o responsável do Galo Negro disse haver uma grande expectativa das

populações em afluir aos postos de registo eleitoral, apesar da distância que separa as aldeias à sede da Comuna onde está fixada a única brigada enviada para o terreno.

4.2 SADC exige transparência no processo eleitoral Angolano

Terra Angolana...01-04-07

No final da visita efectuada, ao nosso país os parlamentares da SADC disseram à imprensa que a sociedade civil, os partidos políticos da oposição e as ONGs não participam efectivamente no processo porque o governo chamou para si a essência das actividades eleitorais, o que na sua óptica contraria as recomendações da comunidade de países da África Austral de que Angola é signatária.

A delegação em referência, que integrou membros do Parlamento da SADC, vindos do Botswana, Namíbia, Zimbabwé, Zâmbia, Suazilândia, Moçambique, Malawi e África do Sul, foi chefiada por, Gobombang Lophopo.

Da sua agenda de trabalho, constaram vários encontros de auscultação com Partidos Políticos, Deputados, Associações Cívicas, Jornalistas, e Organizações não Governamentais.

Entretanto, do encontro efectuado com as Associações e ONGs, na Assembleia Nacional, Gobombang Lophopo, destacou a importância do Fórum Parlamentar da SADC e o papel que tem vindo a desempenhar, não só no apoio à implementação da democracia na África Austral, mas também na observação de eleições, para que sejam livres, justas e transparentes. Referindo-se a Angola, no caso eleitoral, revelou que a presença da sua comitiva no país, teve por objectivo concentrar-se na questão do registo eleitoral como primeiro passo, acompanhar a sua transparência e o seu desenvolvimento, quanto à participação e o afluxo da população aos locais de registo. "Estamos para acompanhar todas as etapas das eleições começando pelo processo do regis to em todo o país". Rematou o chefe da missão da SADC.

Presentes ao encontro estiveram várias Associações e ONGs, destacando a Associação, Terra Mãe, AMPA, "Associação Mulher Polícia", ANGOBEFA, "Associação para o Bem Estar da Família", Associação da Mulher Sindicalista da Saúde, Rede Eleitoral Angola, Plataforma Nacional da Sociedade Civil para questões Eleitorais, de entre outras. Durante o encontro, as Organizações em destaque, apresentaram um resumo dos trabalhos desenvolvidos no cumprimento das suas obrigações e deveres quanto ao processo de registo e de educação cívica da população. Colocaram por outro lado preocupações ligadas à falta de meios de

comunicação, financeiros e outras que têm travado o bom funcionamento dos trabalhos. No mal da reunião, a delegação tomou em consideração todas as preocupações apresentadas e agradeceu o ânimo e o desempenho das organizações presentes na busca de uma solução pacífica para a paz, liberdade e democracia em Angola.

Por outro lado, a mesma delegação prometeu influenciar junto do governo, no sentido de apoiar, não só os Partidos Políticos, mas também às associações cívicas e ONGs, para um incentivo aos trabalhos eleitorais.

Recorde-se que o Fórum Parlamentar da SADC já acompanhou eleições na Namíbia, Moçambique, Zimbabué e Maurícias.

4.3 Registo eleitoral

Semanario Angolense..01-04-07

Exmo. Senhor Director do Semanário Angolense
Sou uma cidadã de 24 anos de idade, licenciada em gestão de empresas e gostaria de manifestar o meu desagrado relativamente à forma como os serviços de registo eleitoral têm agido.

Decidi registar-me num sábado, dia 24 de Março de 2007, aproveitando o mês da mulher e da qualidade prioritária que a mesma (supostamente) usufrui. Cheguei a brigada eleitoral do Projecto Nova Vida, local onde resido, pontualmente às 8h00 da manhã onde prontamente dei o meu nome para uma lista que, segundo a funcionária, servia para que as pessoas fossem chamadas por ordem de chegada.

Após 3 horas em pé e ao sol à espera da minha vez, eis que se me depara uma situação que me deixou profundamente indignada. Por favor, aceitem as minhas desculpas no caso de vir a ferir susceptibilidades, mas a verdade é que me sinto no dever de relatar o que de facto aconteceu. Vi um casal de raça caucasiana a passar a frente de toda a gente, de uma forma desrespeitosa. Havia mulheres grávidas e idosos em situação desconfortável, no entanto, para as pessoas a quem me referi, há pouco, isso em nada importou. Decidi sair da fila e dirigir-me ao escritório do registo, mas fui impedida pela segurança. Esta foi a minha segunda indignação, pois para o casal a quem havia passado segundos antes tal acto não aconteceu. O responsável pela brigada, ao ver a situação a quem provoquei, pediu-me que entrasse e esclareceu-me (muito educadamente) que as pessoas a quem haviam passado eram moradores do Projecto Nova Vida, pelo que deveriam ter prioridade. Foi então que expliquei que eu também era moradora da referida área de residência, bem como algumas outras pessoas a quem se encontravam na fila. A minha indignação não poderia ser maior, quando o responsável pela brigada me

alertou para o facto de que eu deveria ter falado com um outro responsável pelo registo, que por acaso é meu vizinho. Se eu o tivesse feito, disse-me ele, a situação teria sido muito mais facilitada para mim.

Concluindo, só tenho a lamentar que vivamos num país em que toda a gente já se rendeu aos facilismos e às cunhas. Um país em que os direitos humanos são desrespeitados violentamente e ninguém faz nada. Apercebi-me que o meu acto de nada serviu, pois mais ninguém, além de mim, reclamou. Infelizmente as pessoas que se encontravam na fila, ao meu lado, na sua humildade, já se resignaram à sua situação de inferioridade perante situações do género. Julguei que vivia num país livre, onde os meus direitos como cidadã estariam salvaguardados. Cruelmente, no sábado de 24 de Março de 2007, descobri que isto não é verdade.

De uma leitora devidamente identificada

4.4 Ladrão de cartões eleitoral a contas com a justiça

Crusero do Sul..01-04-07

“Razão” assim se conhece apenas o cidadão que alegadamente ordenou a retirada de cartões de registo eleitoral no bairro do Calumbiro arredores da cidade do Lubango.

A detenção deu-se na noite de domingo quando depois de sucessivas queixas de populares a Polícia Nacional entrou em acção através da Esquadra localizada no bairro da Mapunda. Eugénio Álvaro da Silva, jovem de 19 anos foi detido acusado de roubo de cartões eleitorais alegadamente a mando do cidadão “Razão” que segundo apuramos é responsável do Partido Angolano de Desenvolvimento Social PADS.

Contas feitas por testemunhas apontam que a custa do malabarismo, Eugénio Álvaro da Silva conseguiu extorquir cerca de 21 cartões eleitorais, não se sabendo ao certo qual era o argumento e destino a dar. No primeiro interrogatório, Eugénio da Silva confirmou estar a cumprir apenas ordens superiores e deixou escapar o dado de que faz parte de uma rede composta por cerca de 60 elementos que se dedicam a tal prática, só não especificou se seria em toda a extensão da província e se composta por membros ou activistas da mesma formação política. A Polícia Nacional confirma o vínculo do detido com Partido Angolano de Desenvolvimento Social, ao mesmo tempo que anunciou estarem em marcha diligências para dismantelar a rede e encontrar o “Razão” que se especula seja o mentor da ideia.

Esta detenção surge quase duas semanas depois do Presidente do Conselho Provincial Eleitoral, Joel Leonardo ter apelado a seriedade da comunicação social no

desempenho da sua missão no desenrolar do processo e apelado ao contributo da igreja católica nas campanhas de sensibilização no que Dom Zacarias Camuenho respondeu com o apelo ao voto de livre consciência. No início processo a polícia, também com a colaboração da população deteve dois cidadãos que planeavam o duplo registo e igual número de estrangeiros que ilegalmente pretendiam proceder o registo eleitoral. O caso registado no bairro do Calumbiro é mais um incidente no caminho de um processo que na Huíla marcha a bom ritmo depois que a Comissão Provincial Eleitoral alargou para sábado o período de atendimento para facilitar. O outro factor positivo foi a prioridade dada para o registo de mulheres durante o mês de Março e cujos resultados revelam considerável nível de aderência sobretudo na zona rural. Recentemente, o Secretário para Assuntos Políticos do Comité Provincial do MPLA na Huíla lamentou a fraca aderência da camada intelectual aos postos de registo eleitoral.

O comité municipal de Caconda do MPLA, está a sensibilizar e mobilizar as populações do município, sobre a necessidade de participarem activamente no registo eleitoral.

4.5 Luanda controla excessivamente processo eleitoral

LuandaDigital...02-04-07

Uma delegação do Fórum Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC-FP) realizou entre 19 e 24 de Março uma visita a Angola para avaliar o andamento do recenseamento eleitoral. No relatório agora publicado, a delegação aponta para um excessivo controlo do processo eleitoral por parte do governo angolano.

A delegação de vinte e um membros, que era chefiada pelo deputado do Botsuana Duke Lefhoko e incluía membros de sete outros países da SADC, visitou Luanda e as províncias do Bengo, Huambo e Namibe. Reuniu-se com membros de ONGs nacionais e internacionais, meios de comunicação, parceiros internacionais de cooperação, partidos políticos, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o Ministério da Administração do Território (MAT) e a Comissão Inter-Ministerial Para o Processo Eleitoral (CIPPE). O relatório publicado no portal da organização inclui doze recomendações, muitas das quais incidem sobre o excessivo controlo do governo da supervisão e organização do processo eleitoral. Os critérios eleitorais internacionais, que a SADC subscreve, defendem uma separação rigorosa entre o governo e a comissão nacional eleitoral de cada país, por forma a garantir a

sua independência política e a transparência do processo eleitoral e reforçar, assim, a confiança nas eleições.

No caso de Angola, não existe apenas uma entidade responsável pela organização de eleições, sendo a CNE a escolha natural, mas três entidades, dado que o MAT e a CIPPE também estão envolvidos no processo através do recenseamento eleitoral.

A composição da CNE revela o peso do partido do governo nesse organismo. Seis dos seus onze membros provêm directamente de partidos políticos, sendo três do partido do governo, dois do maior partido da oposição e um do segundo partido da oposição. Dos restantes membros, dois são nomeados pelo Presidente da República, outros dois são membros de ministérios (Comunicação Social e um Ministério da Administração do Território) e, por último, o Presidente. Por vezes verifica-se mesmo a acumulação de funções de membros da CNE e outros organismos. É o caso do Ministro da Administração Interna, também presidente da CIPPE, o caso de alguns funcionários ao nível regional da CIPPE que pertencem também à CNE, e o caso do juiz do Supremo Tribunal, nomeado para Presidente da CNE. Para além do controlo que tais sobreposições de funções permitem ao governo, poderão gerar-se consideráveis conflitos de interesses entre entidades que deveriam ser separadas e independentes, sobretudo no caso de disputas eleitorais.

O relatório da SADC lembra outros aspectos que poderiam contribuir para uma maior transparência e eficiência do processo eleitoral. É neste sentido que recomenda a criação, por parte do MAT, de gabinetes de informação ao nível nacional, provincial e distrital e, por outro lado, uma participação mais activa dos meios de comunicação no “tratamento de informações sobre educação cívica e eleitoral de modo mais acessível e em línguas diferentes”. A criação de meios de comunicação privados e a formação de profissionais em jornalismo de investigação poderia igualmente contribuir, segundo o mesmo relatório, para os jornalistas “desempenharem um papel de vigilância, não apenas no que diz respeito ao desenvolvimento de uma cultura democrática, mas em outras áreas de desenvolvimento nacional”. O Fórum Parlamentar da SADC deixa ainda as seguintes recomendações adicionais: maior participação dos observadores, partidos políticos e ONGs no acompanhamento do processo eleitoral, incluindo a compilação do recenseamento eleitoral; a criação de comités de representantes de partidos e mediação de conflitos; o reforço da formação de políticos para atingir a quota de participação de 50% de mulheres; o recenseamento geral da população logo após as eleições, para permitir uma melhor implementação de estratégias de desenvolvimento.

Apesar de reunir o que considera “boas práticas” de recenseamento constatadas em Angola, o relatório da SADC-FP não deixa de assinalar que algumas práticas não estão de acordo com “as Normas e Padrões Eleitorais na região da SADC”, nomeadamente manter-se em segredo a data das eleições e competir ao Chefe de Estado anunciá-la em momento definido subjectivamente.

A necessidade observada pela delegação da SADC de marcar uma data para as eleições vai ao encontro do que já tinha sido assinalado por inúmeras organizações nacionais e internacionais desde Setembro de 2006, data originalmente fixada como prazo limite para a realização de eleições em Angola, após cerca de dois anos de paz decorridos sobre o fim do conflito armado que opôs as forças da UNITA e MPLA.

4.6 Cinco milhões para fins eleitoralistas é um desperdício

A Capital...14-04-07

Para uma abordagem político-económica do programa «Crédito Jovem» abordamos o economista e analista político Justino Pinto de Andrade, tendo considerado tal iniciativa como uma alavanca da propaganda eleitoral do MPLA.

«Embora com a aparente intenção de ajudar a criar negócios juvenis, o crédito jovem não deixa de ser uma proposta eleitoralista, com vista a passar uma ideia de que o Partido no poder está preocupado com a juventude», interpretou, para mais adiante interrogar-se «porque é que só quando se aproximam as eleições é que se institui crédito jovem, constroem-se estradas, enfim, faz-se um "show off" para passar a ideia de que o futuro começa agora?»

O economista compreende que há um grande risco na concessão dos créditos, a julgar pelos possíveis graus de baixo aproveitamento dos, recursos financeiros e materiais por parte dos revendedores ambulantes, lavadores de carros, engraxadores de sapatos e trabalhadoras de sexo. «O programa pode contemplar mil jovens e apenas 500 obtiverem êxitos na sua acção de investimento», observou, acrescentando que «se a percentagem de jovens com êxitos for baixa, poderá acontecer que parte dos cinco milhões de dólares se perca sem retorno algum». Entre as ferramentas disponíveis para se evitar o desaire do projecto, o também decano da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola, admite que os cursos de capacitação e gestão de pequenos negócios a serem levados a cabo pelo INAPEM «podem não ser eficazes para capacitar os jovens e tornarem rentáveis os negócios diante dos problemas e da complexidade do mercado que se nos apresenta».

A preocupação de Justino Pinto de Andrade é ainda maior por achar que «o crédito jovem produz conformismos e pode perpetuar os cidadãos nestas meras ocupações de recurso, uma realidade que choca com a intenção de alguns lavadores de carro abandonarem a lavagem artesanal de viaturas». Considerou, por outro lado que a iniciativa veio atrasada demais, pois, «ao invés de estarmos a dissipar cinco milhões de dólares em actividades puramente eleitoralistas e mediáticas, podia-se prestar atenção à criação de autoempregos através de formação profissional e académica dos ambulantes, lavadores de carro e trabalhadoras de sexo».

Justino Pinto de Andrade mostrou-se «muito chocado com a prática dos governantes do país. «Faço jus à conduta santomense, diante do crédito jovem; quero esperar para ver, para depois crer», concluiu.

4.7 MPLA e UNITA apostam na mobilização para um triunfo nas eleições

Angolense...21-04-07

Se tivermos como referência os anos de 2008 e 2009 para a realização das eleições legislativas e presidenciais, respectivamente, o MPLA, partido que diz estar preparado para os desafios eleitorais, prefere começar pela mobilização dos seus militantes para o processo de Registo Eleitoral. Indigitado por Jeremias Dumbo Tchilelevika, o secretário, que se mostrou indisponível quando contactado pelo Angolense, o porta-voz do Comité Provincial, Zacarias Davoca, disse ser de extrema importância a adesão da população ao exercício cívico acima referenciado.

Desta forma, segundo o nosso interlocutor, o partido no poder pretende ver renovada a confiança que a população depositou em si nas primeiras e únicas eleições realizadas até ao momento no país.

Certo de que a conquista do poder esteve sempre no horizonte dos outros partidos, adiantou que o MPLA está a fazer um exercício para preservar o poder e apresentar aos cidadãos a justeza dos seus objectivos e princípios.

"O partido está, portanto, relançado para os desafios de 2008 e 2009, com a determinação de que é preciso trabalhar mais para que os resultados sejam favoráveis", afirmou o secretário para informação do Comité Provincial de Benguela. De resto, fez saber que o trabalho realizado, mormente nos domínios da mobilização e sensibilização, oferece garantias para uma "cambalhota" nos resultados eleitorais registados em 1992 nesta parcela do país, tanto mais que o próximo pleito vai ocorrer num cenário diferente, a julgar pelas "alterações na composição do eleitorado".

De acordo com o político, a preparação cívica para as próximas eleições decorre de uma forma mais sistemática e participativa em relação ao período que antecedeu a amarga experiência de há alguns anos atrás. "As pessoas têm, efectivamente, a possibilidade de compreender o objectivo das eleições e, nesta senda, acho que o nosso partido parte com esta convicção", justificou Zacarias Davoca, para quem o momento actual está longe do clima de tensão e da timidez que caracterizaram o ontem.

Dados fornecidos por responsáveis deste partido apontam para mais de 260 mil o número de militantes em toda a extensão da província.

4.8 Virgílio F. Pereira diz ter a situação controlada

Semanario Angolense...21-04-07

Só em meados do próximo mês é que os responsáveis da CIPE estarão em condições de analisar a possibilidade do período de registo eleitoral ser ou não alargado, algo que está em sintonia com os propósitos de vários partidos da oposição, sobretudo extra-parlamentares, que na última semana vieram a publico solicitar o alargamento do período.

Consciente das interpretações políticas que implicam um pronunciamento contrário, o coordenador da CIPE e ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, fez saber na conferência de imprensa realizada na passada terça-feira, 17, que ainda não é tempo para pensar na dilatação do tempo, porque tem a situação sob controlo.

Segundo assegurou, por enquanto a solução passa, apenas, pela conjugação de esforços suplementares, como a melhoria das condições de trabalho das brigadas e respectivos brigadistas, reparação dos equipamentos que são utilizados, independentemente dos estragos que as chuvas têm provocado.

As fortes enxurradas, que caem intensamente em quase todo o território tornaram-se no inimigo «número 1» do próprio registo eleitoral. Destruíram materiais como zebras, computadores, as tendas não resistiram à velocidade dos ventos e os produtos de consumo corrente deterioraram-se.

A intensidade das chuvas tornou praticamente impossível a circulação em algumas regiões de províncias como Úige, Malange (esta é a pior de todas), Kuanza-Norte, Bié, Moxico e Kuando-Kubango, ao ponto de viaturas todo terreno das marcas Land Cruiser e Land Rover não se adaptarem ao estado em que se encontram as estradas de terra batida. Por esta razão, muitos destes veículos serão substituídos por outros de marca Unimog's.

Uma das soluções encontrada pela CIPE para

ultrapassar os problemas criados pela chuva, entre os quais a pouca aderência de pessoas às brigadas de registo, será a criação de outras 164 brigadas, ao passo que aqueles que estão em locais «desertos» serão transferidas para localidades onde existem maiores concentrações populacionais.

Virgílio de Fontes Pereira não compreende a indiferença de pessoas em localidades como Catete (Bengo), Lobito e a cidade de Benguela, onde pouco menos de 20 pessoas efectuam os registos diariamente. Em Luanda, tida por todos como a maior praça eleitoral, também notou-se uma fraca afluência em Marco, algo que é sobretudo atribuído às chuvas e ao crescente desencanto das populações com o calamitoso estado da cidade.

O coordenador da CIPE acha que a pouca adesão dos luandenses ao registo eleitoral também pode dever-se ao facto de eles, geralmente, preferirem empurrar as suas obrigações para os últimos dias. Ele entende, ainda, que a forma como foi desencadeado o início do registo em Luanda também pode ter influenciado a adesão das pessoas.

«O estilo de funcionamento já não se adequa. Vamos instar as comissões executivas provinciais e municipais a trabalharem em full-time. Pensamos que nos próximos 10 dias podemos atingir os 4 milhões de cidadãos registados, para nos aproximarmos do tecto, que são 7 milhões de indivíduos registados», avançou o ministro da Administração do Território, tendo acrescentado ainda que «neste momento estamos a promover reuniões para melhorarmos a situação e uma melhor organização da logística».

Para alcançar as suas metas, a CIPE ensaiará uma nova forma de actuação nos próximos dias, com a abertura de postos de registo nas zonas de grande concentração populacional, entre as quais mercados, campos de futebol, igrejas e em supermercados, como o «Nosso Super e o recém-inaugurado «Belas Shopping». No interior do país far-se-á o desdobramento das brigadas, algo que poderá ser garantido com a introdução de novos meios e postos de emergências, que se ocuparão da reposição de zebras e outras tecnologias utilizadas.

4.9 A chuva ja foi descontada

Cruseiro do Sul...21-04-07

Semana que hoje termina foi eleitoralmente, marcada por várias reflexões sobre o andamento do cadastramento dos cidadãos em idade eleitoral activa acto que os permitirá votar em 2007 e 2008m, para as eleições legislativas uns e presidenciais como está Superiormente indicado.

O grau de dificuldade que as brigadas e os brigadistas enfrentam para o exercício das suas funções, devido às

chuvas que se abatem um pouco por todo o país, afigura-se como um empecilho que, efectivamente, poderá frustrar os prazos pelos quais o Governo se propôs registar até 8 milhões de eleitores.

Por essa razão, um naipe de políticos da oposição e alguns líderes de igrejas cristãs defenderam esta semana o alargamento do prazo do registo eleitoral para lá do inicialmente previsto, como forma de contornar esses constrangimentos.

Há quem se atreviu mesmo a sugerir o dilatamento do tempo até aos primeiros meses de 2008. A ideia não é de todo retrograda, se emendarmos o argumento pelo qual esses defensores se apoiam. Estamos todos de acordo sobre a necessidade de ver-se registado todos os angolanos em idade permitida por lei.

O secretário executivo da CPO, Anastácio Finda ao sugerir tal desiderato esqueceu-se de que o processo eleitoral, iniciado com o registo a 15 de novembro de 2006, tem parâmetros, regras e qualquer passo que se pretenda dar deve estar de acordo com o pacote legislativo eleitoral.

Depois de muitos meses sobre a indicação da data para o registo, o Governo havia proposto três meses que por razões de o acto ocorrer no período chuvoso, a Comissão Nacional Eleitoral contrapropôs para seis meses. Deste modo ficou descontado o empecilho chuva e outros.

Partindo deste pressuposto, a defesa do alargamento do prazo, para 2008, fere completamente a Lei do Registo Eleitoral. É por este tipo de pensamento político que a nossa oposição aceitou, eventualmente por desconhecimento da legislação eleitoral, a proposta da CIPE em alterar uma cláusula do referido diploma, que permite o cadastramento de cidadãos de 17 anos que completem 18 em Dezembro de 2007.

De acordo com a Lei do Registo Eleitoral, possuem capacidade eleitoral activa, os cidadãos que tenham 18 anos de idade ou que tenham a completar no mês das eleições. A alteração feita pela CIPE não obedeceu qualquer parâmetro legal, se entendermos que "as dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação da presente lei são resolvidas pela assembleia nacional", lê-se no artigo 76.

A oposição tinha em mãos um "trunfo" legal para forçar a marcação da data das eleições ou pelo menos o mês. A oportunidade passou-lhes entre os dedos. Portanto, meus senhores, a CNE já descontou a chuva!

4.10 Não é de lei recolha de cartões eleitorais por parte dos partidos

Jornal de Angola...26-04-07

Não é de lei a recolha de cartões de registo eleitoral

pelos partidos políticos, tal como tem vindo a ser prática nos últimos dias e a provocar alguma polémica entre os protagonistas da cena política nacional, afirmou em entrevista à Rádio Ecclésia Agostinho Lima, coordenador da Comissão Executiva Provincial para o registo eleitoral.

Agostinho Lima fez este esclarecimento quando questionado terça-feira pela rádio sobre este procedimento. "Não há nada na lei (a estabelecer isso) primeiro para dizer que não é de lei. Nós nos deparamos com estas informações nos encontros que temos tido mensalmente com os partidos políticos, nomeadamente de recolha do número de cartões de eleitores junto às brigadas. Nós seguimos isso também com alguma inquietação e pedimos aos partidos para pararem com essa prática nas brigadas de registo eleitoral", disse Agostinho Lima. "Não é apenas um partido, são vários partidos e são os partidos que encomendam a recolha dos números dos cartões de eleitor dos seus militantes que estão a se registar na tentativa de contabilizar quantos deles estão registados. Quer dizer, os partidos vão fazendo contas do produto do registo para terem mais ou menos a ideia do número de votos que vão conseguir nas eleições", revelou.

O coordenador da Comissão Executiva Provincial, que afirmou ter conhecimento deste procedimento de alguns partidos políticos, descartou entretanto a possibilidade deste processo ser de fórum policial.

"Nós pedimos para que este processo seja feito fora das brigadas de registo eleitoral porque isso embaraça, em certa medida, o nosso trabalho. Este trabalho não pode ser feito nas brigadas, é contraproducente e não é de lei", disse peremptório Agostinho Lima. O coordenador da Comissão Executiva Provincial defendeu o princípio segundo o qual "o militante de cada partido é um cidadão maior, é responsável, tem consciência de que quando ele se regista e se quiser dar conta do seu registo ao seu partido deve ir às organizações do partido e lá fornecer o número do seu cartão de eleitor, e não fazer isso nas brigadas".

"Nós pedimos no encontro nacional que tivemos com os partidos políticos para que terminem com esta prática junto das brigadas", disse.

Agostinho Lima esclareceu ainda que o assunto "não é caso de polícia porque isso não está previsto na lei". A lei não prevê, actualmente não é caso de Polícia - disse, mas acrescentou entretanto que "como forma de melhor trabalharmos organizadamente e de modo a que não haja perturbações, pedimos aos partidos políticos que esse controlo seja feito nas suas organizações".

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 João Teta afasta professores sem mestrado concluído

Semanario Angolense...01-04-07

A aplicação de uma medida adoptada pela Comissão Permanente do Senado da Universidade Agostinho Neto, em Agosto de 2006, no Huambo, estará a ter consequências alarmantes em alguns lares, uma vez que muitos chefes de família estariam a ser afastados dos seus postos de trabalho e os seus nomes riscados das folhas de salários das faculdades onde leccionavam, como soube o Semanário Angolense de boas fontes.

Tudo porque, no encontro do Planalto Central, se decidiu que os professores assistentes da UAN só podem ser indivíduos que tenham concluído o mestrado. Ao contrário, não poderão mais exercer a docência na universidade pública. Apesar da carência de professores em algumas unidades orgânicas da UAN, o reitor João Teta não se abalou e nos últimos meses terá colocado a medida em prática, para desgraça daqueles que ainda não fizeram o mestrado. Um grupo de professores nessa condição diz ter transitado para a categoria de assistentes durante o consulado da então reitora Laurinda Hoyggard, mas, ao que parece, os seus direitos adquiridos não estão a ser tidos em contas pelo actual homem-forte da UAN.

Só que alguns dos afastados, segundo informações chegadas ao Semanario Angolense, acham que esta medida não abrangeu todos os docentes na mesma condição. Por isso, falam em dois pesos e duas medidas, já que haverá docentes sem os respectivos mestrados que continuam a leccionar sem problemas. As nossas fontes dizem ainda que também há casos de docentes que foram ao exterior para efectuar o mestrado, mas não o concluíram, tendo sido subsequentemente «perdoados» pelo Reitor, não obstante o facto de terem esbanjado o dinheiro do Estado.

«Achamos que estas pessoas são intocáveis por parte do Magnífico Reitor, o ProfessorDoutor Engenheiro João Teta. Há inclusive uma pessoa cuja responsabilidade no Centro Universitário da Huíla obrigaria pelo menos a licenciatura, mas nem esta sequer tem. Como é que ele fica e a nós exigem um mestrado em tão pouco tempo?», acusou, interrogando-se, um dos professores «expulsos».

Curiosamente, o processo de alguns docentes, sobretudo na Faculdade de Engenharia e no Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda, seguiu um curso contrário. Em vez de partirem dos

respectivas unidades, as decisões de afastamento «indeterminado» ou «definitivo» saíram directamente da Reitoria. Alguns receberam-nas a partir do gabinete da responsável pelos Serviços de Investigação Científica e Pós-graduação da UAN, Luzia Pitra Milagre.

De acordo com um documento exarado por Luzia Pitra Milagre, o retorno à docência está condicionado à conclusão do mestrado de cada professor afastado, mas às suas expensas, quer seja na UAN ou noutra instituição qualquer. Por enquanto, eles podem apenas concorrer à carreira técnica da função pública, até que o regresso seja possível.

«Acreditamos que a Reitoria está a ferir a Constituição do país e a própria Lei Geral do Trabalho. A Lei deveria afectar os que entraram depois da publicação do decreto e não as pessoas que estão na Universidade Agostinho Neto há mais de 15 anos, a maioria dos quais nunca beneficiou de qualquer pós-graduação às custas do Estado, como seria de esperar e de bom tom, desabafou um dos excluídos.

5.2 Curso de português para criança refugiadas

Angolense...01-04-07

Das 456 mil pessoas que se encontravam em exílio nos países vizinhos, cerca de 409 mil regressaram ao país de forma espontânea provenientes da República Democrática do Congo, Zâmbia, Namíbia, África do Sul e Botswana.

Os dados apontam para milhares de crianças pertencentes a um grupo de mais de 500 mil refugiados angolanos que pelas estatísticas deverão representar cerca de 4 por cento da actual população angolana.

Ainda neste particular, as crianças deixam de falar a sua língua de origem adaptando-se a do país de exílio, uma dura realidade que dificulta a reintegração ou integração dos retomados.

Esta, aliás, tem sido a grande dificuldade que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Governo têm enfrentado na integração dos retomados a sociedade.

Em resposta a esse desafio, o Banco Espírito Santo Angola (BSA) doou esta semana ao ACNUR 3.743. 245 Kz, o equivalente a 50 mil dólares norte americanos. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres foi quem recebeu a doação em nome daquela instituição de protecção e assistência de milhões de refugiados e pessoas vulneráveis. O ACNUR protege e assiste em todo o mundo 20,8 milhões de refugiados, cujo orçamento para o presente ano é de 1,3 biliões, ao passo que em Angola o orçamento desta agência é de USD 8,3 milhões.

A doação se destina a financiar um projecto de rein-

tegração de repatriados angolanos na província do Moxico e o início está previsto para este ano.

O referido projecto consiste em leccionar dois cursos de língua portuguesa com a duração de cinco meses cada. Os cursos serão ministrados a cerca de 2,500 crianças repatriadas nos municípios do Luena, Luau, Cazombo, Lumbala N'Guimbo e Calai, consideradas como sendo as principais zonas de retorno daquela província.

No âmbito deste projecto, o ACNUR em parceria com o Governo angolano e a JRS uma ONG americana vai ainda fornecer material didáctico aos alunos, assim como recrutar e formar cerca de 20 professores que deverão assegurar a instrução dos dois cursos.

A doação, de acordo com o Presidente do Conselho de Administração daquele banco, Álvaro Sobrinho, faz parte da estratégia do Grupo Banco Espírito Santo, de assumir um compromisso de responsabilidade social com a comunidade. (...)

Por seu turno, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Amónio Guterres, disse que iniciativa do género visa facilitar a reintegração das crianças repatriadas através do ensino da língua portuguesa. "Quando se vive num país durante vime anos, as crianças falam a língua do país que os acolheu", afirmou.

O comissário anunciou ainda que mais de um milhão de pessoas no mundo regressaram para os seus países de origem.

Amónio Guterres apontou o Zaire, Uíge, Moxico e Kuando-Kubango como sendo as províncias identificadas com graves problemas de infra-estruturas no que diz respeito a reintegração dos refugiados. "Essas províncias têm enormes desafios para se desenvolverem e o Governo angolano está engajado neste projecto", recordou.

5.3 Governo estimula surgimento de Universidades Privadas

Angolense...01-04-07

Na sua 2ª Sessão Extraordinária, o Conselho de Ministros aprovou o projecto de investimento privado denominado "Palanca Cimento", que integra a construção de um complexo industrial para a produção de "clinker" e cimento, e outras infra-estruturas afins, como instalações comerciais, ponte cais para carga e descarga de produtos, centros de distribuição, central de energia eléctrica e central de tratamento de água.

O investimento será executado durante 24 meses e terá um valor aproximado de 200 milhões de dólares, localizando-se na comuna da Hanha, município do Lobito, Província de Benguela.

De acordo com o comunicado a que tivemos acesso, os

principais investidores do projecto "Palanca Cimento" São o grupo GEMA, S.A., empresa angolana, e o consórcio americano BGGG Group Ventures 1, LLP.

No entanto, o Conselho de Ministros, no âmbito do Programa de Investimento Público, autorizou a outorga do contrato de empreitada entre o Instituto de Estradas de Angola e a CCL Peninsular, para a reabilitação das pontes localizadas no Saurimo, Dala-Muconda, Luau e Quibala - Ponte sobre o rio Keve. Segundo apurámos, esse contrato de empreitada permitirá a reabilitação de 17 pontes que totalizam uma extensão de 874 metros, e devem estar concluídas no prazo de 18 meses. Na sua 2ª sessão Extraordinária o Conselho de Ministros aprovou a criação da Escola Superior Agrária do Kwanza-Sul, do Instituto Superior Técnico de Angola, da Universidade de Belas e da Universidade Gregório Semedo. Numa outra reunião, o Conselho de Ministros aprovou a universidade privada Oscar Ribas. A criação destes novos estabelecimentos de ensino superior irá contribuir para o progresso do conhecimento científico e técnico, estimular e promover a investigação científica, capacitar quadros nacionais e aumentar a oferta de profissionais habilitados, lê-se no comunicado produzido no fim do encontro. Nesta ordem de ideias, o Governo aprovou ainda um decreto que visa regular a gratuitidade dos registos de nascimento e de óbito para crianças dos zero aos cinco anos de idade. Este decreto estabelece também a atribuição gratuita do bilhete de identidade a menores dos oito aos onze anos de idade.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente o orçamento da Secretaria de Estado do Sector Empresarial Público para o ano de 2007, bem como a sua estratégia e plano de actividades para o período de 2007-2008.

A estratégia aprovada incumbe à Secretaria de Estado do Sector Empresarial Público a estimular a rede empresarial pública por forma a prestar serviços de qualidade aos cidadãos, e contribuir para o desenvolvimento da economia nacional.

Para o efeito, de acordo com a estratégia, as empresas públicas deverão ser orientadas de acordo com os valores de eficiência, sinergia, abertura, competência, ética e responsabilidade.

Neste sentido, o Governo aprovou uma resolução sobre a Caracterização do Sector Empresarial Público, que visa recensar a generalidade das empresas que o integram e obter delas os dados essenciais que conduzam ao quadro real do sector.

5.4 Huambo precisa de mais 12 mil professores para um ensino para todos

Cruzeiro do sul...01-04-07

Os actuais doze mil e oitenta e seis professores que a província tem já no activo são insuficientes e o director em exercício da direcção provincial da educação José Chamuene, quer dobrar o numero de professores. A província necessita de um numero para cima dos vinte mil professores, ou seja o dobro dos actuais, para atenuar a carência de professores que se regista devido à cifra de alunos matriculados.

Segundo José Chamuene, a falta de professores tem vindo a criar vários embaraços à direcção provincial da educação tendo em conta o número reduzido de vagas que o ministério tem disponibilizado para a província.

"No último concurso realizado para admissão de novos professores, foram somente admitidos 500 novos professores, quantidade que consideramos ínfima, a julgar pelo número de alunos matriculados no presente ano lectivo, o que de resto tem para nós direcção provincial de Educação constituído uma grande preocupação", afirmou o director provincial em exercício. Aquele responsável afirmou ainda que ao nível local tem sido estudadas formas de sensibilizar o Ministério para que nos próximos tempos o número de vagas de novos professores para a província aumente, tendo, sobretudo em conta q potencial académico para o país.

Segundo o responsável, a par da dificuldade de professores, a província enfrenta igualmente carência de salas de aulas. "Contamos actualmente com cerca de mil e duzentas e seis mil oitocentos e três espaços improvisados fazendo a vez de salas de aulas", explicou.

Servindo-se da oportunidade, Chamuene solicitou das entidades competentes que se multiplicassem os esforços no sentido de se aumentarem mais salas de aulas e professores para o êxito da educação e ensino daquela que já foi considerada de celeiro académico de Angola.

5.5 Certificação dos cursos e curriculos

Cruzeiro do Sul...01-04-07

Outro dos graves problemas do nosso ensino superior é a certificação dos cursos. De um modo geral, as universidades angolanas não têm um meio termo na escolha dos modelos científico e tecnologico a seguir.

Ou transcrevem linha a linha, virgula a virgula curriculos vindos do ocidente ou, na ansia de criar algo

novo, tendem a criar algo sem atender a preceitos internacionais.

Não há, genericamente falando, uma adequação dos curriculos estrangeiros à nossa realidade e uma adequação dos cursos às necessidades actuais e futuras do mercado angolano.

A contribuir para a fraca qualidade dos cursos está também o desempenho dos professores e a sua fraca formação técnica. Professores, sindicalistas e até alunos têm defendido acções de formação aos professores mas também a criação de um conjunto de instrumentos de auto-regulação do sector.

Reclama-se por exemplo pela existencia de um conselho de reitores que seja eficaz e permita a concertação entre universidades. Reclama-se ainda pela criação de conselhos temáticos inter universidades, o que levaria que mesmo tendo cada um o seu curriculo de economia por exemplo, existissem cadeiras estruturas obrigatorias em todas as faculdades da área.

Há mesmo quem reclame também pela criação de um conselho técnico do ensino superior destinado a opinar sobre a qualidade das universidades, a atribuir um ranking e a premeiar a excelencia.

5.6 BPC abre linha de crédito para jovens desfavorecidos

Angop...10-04-07

Os jovens financeiramente desfavorecidos, tais como carregadores de mercadorias, lavadores de carros, trabalhadores de sexo, portadores de deficiência e outros, contam, a partir deste mês, com uma linha de financiamento avaliada em cinco milhões de dólares, resultante de uma convenção financeira rubricada hoje, em Luanda, entre o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Ministério da Juventude e Desportos (MJD). Do montante financiado, dois milhões e 500 mil dólares norte-americanos estão já disponíveis para o arranque do projecto, sendo que o remanescente será disponibilizado na segunda fase de execução do programa, cujo período de implementação piloto é de dois anos.

O acordo, cuja assinatura enquadra-se no âmbito do Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ) abrangerá, numa primeira fase, um universo de vinte mil jovens, dos dezoito aos trinta anos, organizados em pequenas cooperativas, devendo o mesmo iniciar a título experimental nas províncias de Luanda, Cabinda, Bié, Bengo, Kwanza Sul e Kwanza Norte. Posteriormente estender-se-á gradualmente nas demais regiões do país.

Os micro-créditos solicitados por cada cooperativa integrada por jovens serão cedidos em forma de equipamentos de trabalho e não em dinheiro, e terão

juros bonificados na ordem dos oito a dez por cento por ano, com horizonte largo para o devido reembolso. Não existe um valor mínimo nem máximo determinado, pois, a cedência dependerá em função dos níveis e tipos de projectos apresentados.

De acordo com o ministro da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, os jovens beneficiários da linha financeira deverão frequentar, antes de receberem os créditos, pequenos cursos de gestão no Instituto Nacional de Apoio as Pequenas e Médias Empresas - Inapem, havendo para tal já rubricado um acordo de apoio e monitorização entre as duas instituições.

"Por forma a aproveitar da melhor forma os recursos disponibilizados, o ministério vai garantir, através do Inapem, formação gratuita aos jovens interessados e que estejam organizados em cooperativa, para que possam traçar correctamente os seus programas e habilitarem-se ao crédito", referiu o governante.

Disse que o financiamento reveste-se de importância para o Governo porque vai permitir o enquadramento positivo de muitos jovens envolvidos em acções menos dignas.

Por seu lado, o Presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, disse que as verbas ora disponibilizadas serão colocados de forma indirecta ao MJD, através do fundo nacional de apoio à juventude, cabendo, no entanto, ao banco coordenar estritamente o processo em conjunto com aquele ministério.

Salientou que o banco financiou este projecto por considerá-lo importante para o Governo e, por conseguinte, fundamental para o desenvolvimento socio-económico do país, que depois de longos anos de guerra vai procurando formas de reverter o quadro negativo.

5.7 Cerca de 75 mil alunos fora do ensino

Semanario Angolense...21-04-07

Cerca de setenta e cinco mil crianças com idade escolar encontram-se fora do sistema de ensino por falta de professores e salas de aulas, na província na Bié, disse a semana recentemente no Kuito, o governador em exercício Antonio Gomes da Conceição Gonçalves

O governante teceu estas declarações no discurso alusivo ao 14 de abril dia nacional da juventude, sublinhando que o governo local vai construir cerca duzentas novas salas de aulas este ano no âmbito do programa de melhoramento e aumemo dos serviços básicos e sociais na província.

Para o ano lectivo de 2007, adiantou o governante, foram matriculados mais de oitocentos mil alunos, do primeiro ao ensino médio, com um universo de 11 mil

796 professores e mais de mil 500 salas de aulas.

Salientou igualmente que o governo local, desdobra esforços na criação condições mais condignas de alojamento, e outras para reforçar a presença do pólo do instituto superior de educação (ISCED) do Huambo, na cidade do Kuito.

A acção visa, acrescentou, aumentar alguns cursos que ainda não são frequentados nesta circunscrição, tais como, pedagogia, geografia, biologia e evitar que os jovens desloquem-se para outros pontos do país de modo adquirir a formação desejada.

Frequentam o pólo do ISCED no Kuito, mais de duzentos estudantes, nos cursos de matemática e psicologia respectivamente. Exortou ainda na ocasião, a juventude na província, a manter-se mais calma, sublinhando que tempos melhores estão prestes a chegar. Com a conquista da paz os jovens terão muitos benefícios, tais como, formação-profissional, emprego, habitação, e assistência medica, outros, enfatizou.

5.8 Em 2006 ficaram 16 mil crianças sem escola

Semanario Angolense...21-04-07

Dois milhões de dólares é o valor atribuído pelo BDA para o fomento da produção de milho e de feijão no Huambo. A este valor somam-se outros do governo angolano. O projectopiloto de multiplicação bovina existe há 2 anos, integra 10 agricultores e é financiado pelo estado angolano.

Respondendo à uma questão formulada pelo Semanário Angolenses, Joaquim António, Director Provincial da Agricultura descarta a possibilidade de as grandes fazendas apoiadas pelo estado virem a asfixiar os pequenos camponeses, até porque, disse, a Mecanagro tem estado a desbravar e a preparar terras para os camponeses. Para o último ano agrícola, foram preparados 3 mil hectares. Por outro lado os grandes projectos absorverão sempre a produção das pequenas famílias.

Neste momento o Huambo tem défices em arroz e trigo. Estas culturas não estão na lista do «fomento» por falta de indústria transformadora no país, mas a auto-suficiência, na província, é uma realidade nas batatas, cenoura, feijão e outras leguminosas. Nas frutas para a indústria e para a mesa, o Huambo está com excedentes de abacate e é auto-suficiente em manga, abacaxi e goiaba. Os citrinos ainda estão em falta. A aposta na fruticultura tem sido, aliás, pouca e a razão está no investimento. Na fruta devese esperar e tratar a árvore até que dê boas colheitas, não é caso de poucos meses.

Para Joaquim António a forte aposta no fomento da agricultura levou a que o Huambo ultrapassasse já

subnutrição severa a que estavam sujeitas milhares de pessoas na província. Estivessem bem as vias de comunicação e o Huambo seria das primeiras províncias e exportar produtos agrícolas para a África Central e para outras partes do mundo, aproveitando o espaço deixado pela queda da produção zimbabweana.

5.9 Núcleo do IMNE da Humpata necessita de 15 professores

Angop...25-04-07

O núcleo do Instituto Médio Normal de Educação (INME) da Humpata, na província da Huíla, necessita de quinze professores para as especialidades de biologia, química, e língua estrangeira, com objectivo de cobrir as dificuldades de carência de docentes. O facto foi avançado à Angop pelo coordenador da referida instituição, Tomás Chimbiaputo, que se mostrou preocupado face ao quadro que a instituição atravessa.

Actualmente o estabelecimento dispõe de 50 professores que leccionam as várias disciplinas. O coordenador explicou que as 11ª e 12ª classes dos cursos de linguísticas inglesa e francesa estão comprometidos devido a falta de professores especialistas nestes ramos do saber. Sendo uma instituição vocacionada a formação de futuros professores, para melhorar tal situação, Tomas Chimbiaputo sugeriu que os próximos candidatos sejam pelo menos licenciados ou bacharéis, com domínio dos conteúdos da reforma educativa, bem como com capacidade de transmitir os conhecimentos de forma mais adequada. Do leque de dificuldades, constam ainda laboratórios de química e biologia, com vista a avaliar as aulas teóricas com as práticas. Para o presente ano lectivo, estão matriculados 750 alunos da nona a 12 classe

5.10 Construídas mais 2 escolas para professores do futuro

Jornal de Angola...26-04-07

Mais duas escolas de formação de professores do futuro arrancam este ano nas províncias de Malanje e Uíje, com 180 alunos. Estas escolas foram construídas no âmbito do plano de expansão destas instituições no país, sob a égide da ONG Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP).

Com estes estabelecimentos, eleva-se para nove o número de escolas já edificadas nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Zaire, Bié, Benguela e Huambo.

As obras estão orçadas em quatro milhões de

dólares. Cada uma delas custou dois milhões, valor que inclui a construção e apetrechamento dos imóveis. A escola da província de Malanje conta com financiamento da Agência de Cooperação Espanhola (IECI). Já a escola do Uíje está a ser financiada pelo governo holandês.

Uma escola de professores do futuro ocupa uma área de três mil e 560 metros quadrados e é constituída por dormitórios, oficinas pedagógicas, salas de aulas, espaço de lazer e administração.

Com o início das aulas, em Agosto próximo, estima-se que cerca de 800 estudantes frequentem as escolas construídas pela ADPP em todo o país. O curso de formação de docentes tem o apoio da embaixada da Noruega, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Ministério da Educação de Angola.

A ADPP é uma organização que tem como propósito ajudar os carentes, bem como contribuir para a elevação do nível de vida da população rural em termos de educação, saúde e agricultura.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Engarrafamentos no trânsito "enlouquecem" os condutores

Angolense...01-04-07

Para quem vive nos bairros mais recônditos, como Viana e Cacucaco, que se desloque com frequência à cidade tem a noção do drama que a cidade vive. Numa madrugada de segunda-feira saímos à rua para mais uma vez enfrentar este caos.

O nosso percurso começou em Viana, no bairro da Regedoria. No mercado da Sanzala encontramos inúmeras pessoas que aguardavam expectantes a chegada de um "candongueiro". Na falta de transporte a solução foi caminhar até a zona dos quartéis, num percurso que deixou para trás vários automóveis presos ao engarrafamento.

"Isto está cada vez pior, aqui também estão pessoas que têm carros e dinheiro, mas preferem caminhar para não ficarem retidas no engarrafamento. Este é o meu caso", desabafou um desconhecido que sequer quis parar, para não perder a passada. No momento os carros que vinham de Viana rumo ao centro da cidade não respeitavam o Código de Estrada, sendo que a habitual rotunda já não fazia parte da circulação rodoviária, o que conferia maior drama ao cenário. A estrada se encontra totalmente inundada. Os transeuntes repartiam a estrada esburacadas com as viaturas, ignorando o risco de serem atropelados. António João foi um dos companheiros de caminhada, que em conversa disse não compreender o motivo da situação. "É triste e lamentável o estado em que nos encontramos, as pessoas têm de andar a pé. Isto prova que o país tem grandes problemas", lamentou.

O congestionamento no trânsito é tal que os automobilistas gastam até sete horas para fazer o trajecto de Viana até ao centro da cidade. Henrique Manuel também é um dos elementos que faz o percurso diário naquela estrada, quando o abordamos naquela madrugada disse que só não desistiu porque a sua caminhada tem como objectivo chegar ao serviço e posteriormente à escola. Isaura Domingos, 45 anos, moradora do bairro 500 Casas, trabalha na Ilha de Luanda. À semelhança da maior parte dos habitantes do município Satélite também carrega a cruz do caos no trânsito. "As pessoas chegam tarde à casa e têm de acordar de madrugada, é muito penoso para a saúde", lamentou. Enquanto algumas pessoas marchavam, outras decidiam esperar até que o engarrafamento diminuísse. Naquela manhã a grande causa do

engarrafamento era o buraco na estrada que se encontra entre a rua do Hospital Sanatório de Luanda e a Estrada de Catete.

Como é da praxe os taxistas aproveitaram a ocasião para encurtar as rotas e aumentar o preço da corrida. Assim procedeu Gilson, como forma de protesto contra o estado das vias e para amealhar mais algum dinheiro. "As estradas estão péssimas, mesmo assim o Governo continua a cobrar a taxa de circulação.

Os motoristas não sabem onde colocar o carro, lamentou, tendo realçado que os buracos no pavimento contribuem para as avarias na viatura. A mesma posição foi tomada por André Soares, taxista há mais de cinco anos. "Trabalho na rota dos congolenses-Estalagem, mas como há um grande buraco cheio de água ali na zona do Cavalão Branco, sou obrigado a encurtar a linha, senão ainda sou capaz de partir o carro e ficar sem o pão para os meus filhos", afirmou, enquanto apontava para um buraco que tentava passar pelo local.

Este quadro sombrio não se assiste apenas no município de Viana, mas também em Cacucaco.

Com uma história igual, na sua maioria funcionários públicos, estudantes e vendedores ambulantes optam por fazer o percurso a pé.

6.2 Luanda acolhe fórum nacional urbano

Cruzeiro do Sul...01-04-07

A organização não governamental LUPP em colaboração com o ministério do urbanismo e ambiente vai promover no dia 9 de abril de 2007 o primeiro fórum nacional urbano subordinado ao tema "Habitação e Terra, capacidade de intervenção das administrações Locais" fez saber o responsável pelas políticas públicas da LUPP Adérito Mohamed.

De acordo com Adérito Mohamed o encontro tem como objectivo principal a partilha de conhecimentos em relação ao provimento de terra e habitação para a população de baixa renda, o aconselhamento sobre aquilo que é possível fazer entre o governo e a sociedade civil na resolução dos principais problemas da habitação e terra nas áreas peri-urbanas, onde as construções tem estado neste momento a ganhar terreno, sobre a ausência inclusive de uma fiscalização mais contundente do próprio governo em relação a este tipo de construções.

"Não queremos com isto dizer que as construções devem parar, queremos pois dizer que as construções devem ser maximizadas devem ser naturalmente protegidas, deve se encontrar mecanismos que permitam hoje que o cidadão sintase seguro dentro daquilo que ele está a fazer em termos de construção da casa própria, dentro do terreno que ele vai

conseguindo. É preciso que a aplicação da lei da terra e da lei de ordenamento do território seja conciliada com a prática da ocupação efectiva e o aproveitamento útil destes mesmos espaços"- salientou Adérito Mohamed. O fórum a ser presidido pelo ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José, contará com a presença do relator especial das Nações Unidas para as questões de habitação e terra Miloon Khotari. Participarão do encontro estudantes da faculdade de direito, organizações da sociedade civil, técnicos do governo da província de Luanda, técnicos do Ministério da Energia e Águas, membros do ministério da Família e Promoção da Mulher e membros do ministério das Obras Públicas.

6.3 Municípes denunciam falcatruas

Folha8...01-04-07

Os funcionários da Administração Municipal da Samba são acusados de exigirem aos municípes a pagarem, para a regularização dos documentos referente ao cadastro de terra, pressuposto exigido pelo GPL no âmbito do programa de reordenamento territorial. A acusação pende contra os funcionários da área técnica do referido órgão, segundo alguns municípes, inventaram regulamentos alegadamente obscuros, com o objectivo de extorquir dinheiro aos cidadãos preocupados em legalizar a propriedade que ocupam. Nestas circunstâncias, os municípes que pretendam registar os seus prédios rústicos (terrenos) são obrigados a pagar 150,00 Dólares para a execução do croquis de localização, mais 5 mil K wanzas pela deslocação do técnico, que por obrigação deve ser afecto à Administração Municipal da Samba. Esta cláusula descarta a possibilidade do cidadão requisitar o croquis de localização em um técnico estranho à Administração Municipal da Samba, ainda que esteja inscrito no Governo Provincial de Luanda, e a sua assinatura não é motivo de qualquer suspeição. A medida chateou a maioria dos municípes, porque os croquis projectados pelos técnicos "extra Samba" foram pura e simplesmente anulados, causando assim prejuízos monetários aos aspirantes dum prédio rústico (terreno) legal. "A Administração Municipal da Samba é a única instituição do género que instituiu esta regra. Iremos nos bater contra aqueles que pretendam se emiquecer de forma ilícita, ou através da' extorsão do pacato cidadão", reclamou Horácio António Marcelo, municípe que pretende recorrer junto do GPL contra a medida tomada pelo executivo da Samba. A reclamação destes municípes da Samba pode ser considerada justa, visto que responsáveis ligados a Direcção Provincial do

Planeamento e Gestão Urbana de Luanda desconhecem a medida instituída pelo governo da Samba. Debruçando-se sobre o assunto, o director da direcção citada, Hélder José disse ser um acta administrativo fabricado pelo executivo municipal da Samba, desconhecido pelos os demais órgãos do Governo Provincial de Luanda. Em gesto de advertência, aquela responsável disse, "todo processo que antecede o cadastro do prédio rústico é gratuito". Continuando no diapasão de Hélder José, depois de completo o dossier é remetido à Direcção Provincial, que por sua vez observará minuciosamente lisura do mesmo para o enviar ao Governador de Luanda, a fim de ser concedido o título de concepção. Convito de averiguar a veracidade dos factos contactamos a área técnica da Administração Municipal da Samba, através do seu responsável, Rosário Neto mas este recusou-se a prestar qualquer informação sobre o assunto, alegando que é de carácter provincial. "Se quiseres saber algo dos cadastro de terra debes contactar o Administrador municipal, não posso fazer nada", respondeu Rosário Neto, que se mostrou desalentado por estar adiante dum repórter do Folha 8. A atitude do chefe da área técnica foi reprovada por um dos funcionários da secretaria da Administração, "deveria ser ele a responder e não o administrador porque é ele que domina o assunto".

6.4 Habitação e Terra no museu de Historia natural

Agora...07-04-07

Esta segunda-feira, 9, será realizado no Museu de Historia Natural um fórum subordinado ao tema "Habitação e terra, capacidade de intervenção das administrações locais". O encontro será orientado pelo ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José, e contará com a presença do relator especial das Nações Unidas para as questões de habitação e terra, Miloon Khotari. Espera-se por uma intensa discussão acerca dos direitos sobre terras nas Zonas peri-urbanas, mecanismos de participação da sociedade civil na definição de políticas afins e o alcance do Decreto-Lei 02/07 no reforço das capacidades das administrações locais e na participação dos cidadãos. Além do ministro do Urbanismo e Ambiente e do funcionário das Nações Unidas, vai intervir também neste certame o vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, e Pacheco Ilinga, coordenador da unidade de pesquisas e políticas da organização não-governamental Development Workshop. "Esta é uma oportunidade ímpar para abordagens

complementares sobre a questão da terra, participação e poder local e vai marcar o início da preparação para a participação de Angola no Fórum Mundial Urbano marcado para Junho deste ano", disse ao AGORA fonte da organização. Este encontro é organizado pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente em colaboração com o escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Programa de Luta Contra a Pobreza Urbana (LUPP).

6.5 Um problema que já não se resolve apenas com pás e picaretas

Semanario Angolense..07-04-07

Ao aprovar um investimento de 1,1 biliões de dólares, a serem afectados em um ano ou pouco mais na reabilitação da rede viária de Luanda, o Governo está a tomar isso como o antídoto radical para o caótico problema do congestionamento do trânsito em Luanda.

Tudo indica, contudo, que a medida adoptada poderá nem sequer resolver em mais de 50 por cento as preocupações dos luandenses numa matéria que atingiu dimensões ciclópicas. É que o Governo está a encarar o assunto numa perspectiva redutora, ao colocar o acento tónico nas vias rodoviárias - isto é, nas acessibilidades -, como se o problema residisse somente na falta de estradas ou nas artérias de tal forma esburacadas que mais parecem cartões de ovos.

Tal como a situação se mostra, não é preciso ser-se «mago» para concluir que a solução tem de ser encontrada numa perspectiva integrada e sistémica. Quer isto dizer que já não basta construir estradas ou alargar vias, quando o problema, ao ponto que atingiu, também já se coloca num relativo excesso de veículos automóveis e num descuidado sistema de transportes urbanos.

Na realidade, há muito que a questão deixou de ser apenas um caso de pá e picareta. A par das estradas, faz falta pensar melhor em comboios e metro de superfície (por que não?) que contribuiriam em grande medida para desincentivar o uso constante de automóveis particulares (ler mais sobre este assunto noutra página). A estrada de Catete, claramente um dos pontos de estrangulamento da cidade no eixo Luanda-Viana, já parece um caso irremediavelmente perdido, se a perspectiva for somente alargar. É que ali já não há nada para alargar, a menos que o Estado queira entrar em onerosos e desgastantes litígios.

Existem muitos mais trechos da cidade com o mesmo problema, que certamente tem raiz histórica, pois que os administradores coloniais conceberam Luanda com ruas na sua maioria estreitas. Mas este é um problema

que se agudizou com a actual explosão demográfica que faz da capital angolana uma desorganizada e descontrolada megalópole.

Faz todo o sentido que se melhorem as vias secundárias e terciárias, que se criem alternativas como a execução de vias rápidas e circulares externas ou internas (se isso for possível), mas a experiência já nos ensinou que é trabalho demais para ser concretizado num único ano. Mas mesmo quando vierem a ser concluídas as obras viárias projectadas nas zonas periurbanas, esbarraremos sempre num gigantesco Adamastor: a elevada cifra de automóveis particulares existentes. (...)

Propostas do género não têm nada de extraterrestre, embora seja verdade que dificilmente encontram exemplos similares pelo mundo a fora, já que o modelo universal seguido tem sido a concentração dos grandes órgãos governamentais em latitudes únicas, como sejam as capitais administrativas.

Porém, no ponto em que o país está, não seria despropositado considerar, ao menos, a deslocalização de departamentos e órgãos ministeriais de carácter mais especificamente ligado à execução de programas no terreno. No caso do aludido Ministério da Agricultura, departamentos ligados aos programas de desenvolvimento florestal, extensão rural e comercialização agrícola podem perfeitamente ser fixados nas regiões onde eles mais necessários se mostram.

Advoga-se que além de contribuir para o descongestionamento da capital, este tipo de propostas tem outras virtualidades como as de levar o desenvolvimento e centenas de trabalhadores para outras paragens do país, atenuando igualmente as assimetrias sociais e económicas.

Seria, por isso, um bom ponto de meditação ver se conglomerados como a Sonangol e a Endiama não teriam maior serventia se estiverem localizados em regiões como as do Soyo (ou Cabinda) e das Lundas, respectivamente.

Em suma, quer tudo isto dizer que os problemas viários de Luanda não se resolvem apenas com a criação de mais acessos, mas também com uma política encadeada de transportes, descentralização administrativa, criação de novos pólos urbanos, etc.

Não constituiria, pois, pecado algum que as autoridades comecem a ponderar a criação de uma nova capital política e administrativa. Se o mundo nos dá exemplos como os do Brasil (Rio de Janeiro e Brasília), dos Estados Unidos da América (Nova Iorque e Washington), da nossa vizinha África do Sul (Joanesburgo e Pretória), Angola bem pode ter Luanda e outra cidade qualquer!

6.6 Nos (os vianenses) e a São Silvestre

Semanario Angolense...07-04-07

Foi em busca da casa própria que decidi, mais cedo do que esperava, que deveria rumar para uma outra área, que não passasse necessariamente pelo lugar onde passei parte da minha infância e adolescência. Entre estabelecer-me mais a sul, norte ou leste de Luanda, preferi a terceira opção, rumando assim para o km 9, concretamente nas imediações das unidades militares do Grafanil, onde ergui um «casebre» (como diria o nosso António Fiel Didi, director do GPL de apoio às administrações municipais) com algum esforço à mistura.

Concretizado o almejado sonho da casa própria, estava assim cumprida uma das primeiras batalhas que qualquer homem - ou mulher - almeja, para poder ter noites mais tranquilas, sem que ninguém bata a sua porta nas primeiras horas da manhã para solicitar o pagamento de rendas atrasadas.

Passei os primeiros meses numa espécie de lua-de-mel comigo mesmo, sem muitos constrangimentos, embora algumas vezes pudesse faltar qualquer coisa em casa. Mas o que era antes um motivo de grande alegria, para mim e outros moradores de Via na, tornou-se um assunto de tristeza e frustração nos últimos tempos, sobretudo após as últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda e arredores.

A satisfação por ter um canto particular nestas paragens e estar um bocadinho afastado da azáfama da cidade, contrasta ultimamente com a vontade férrea, que se abate sobre a minha cabeça, de um dia poder regressar às minhas origens. Seguramente, este deverá ser também o propósito de muitos «vianenses» que são obrigados a acordar mais cedo (às 3 ou 4 horas da manhã) do que o faziam antes (às 5 horas) para poderem chegar a tempo nos locais de emprego, por causa dos constantes congestionamentos de viaturas que já requerem a urgente intervenção de Deus.

Até mesmo alguns estudantes de tenra idade, que deveriam descansar um pouquinho mais, são obrigados a sair com os seus encarregados de educação às primeiras horas da manhã e aguardam o raiar do sol em largos públicos ou ao lado dos vigilantes das escolas onde estudam. Só depois é que vão à escola, onde muitos deles acabam por adormecer em vez de ficarem atentos à lição.

E os automobilistas (como eu) que ainda não têm o hábito de acordar às 3 ou 4 horas da manhã, para chegarem à cidade sem nenhum problema, só encontram duas alternativas: aguentar o engarrafamento a partir das 5 horas, sem saber quando chegará ao serviço, ou apanhar um táxi até à Base Central de Abastecimentos (BCA) e depois caminhar a pé até à

FTU.

Mesmo assim, geralmente não há táxis na fábrica de cigarros e a solução passa por andar mais alguns metros até ao Mercado dos Congolenses, que nos últimos dias virou mesmo um autêntico Congo. Há pessoas em todos os cantos à procura de transportes, que nunca mais chegam. Mas, como estou pertinho, prefiro aguentar mais um pouco até chegar aos nossos escritórios, à Vila Alice.

Sorte minha, já que há muitas pessoas que têm de prosseguir a caminhada em direcção à Maianga, Maculusso e, pasmese, à Marginal, suadas e com uma parte da manhã praticamente comprometida.

Engana-se quem pensa que o regresso dos vianenses à casa acontece de outra forma, porque a «nossa São Silvestre» é diária. Quanto a mim, depois do táxi rumo ao Cemitério da Santa Ana, poiso habitual de quase todos, e então começa outra fase da maratona. Caminhada até à Fermat ou ao desvio que dá ao mercado do Asa Branca, onde seguramente encontramos um candongueiro, mas com um preço sempre a dobrar.

Confesso que sou daqueles que preferem deixar o carro em casa, do que aguentar cinco ou seis horas no engarrafamento, como tem acontecido, mas não tinha noção de que essa ousadia seria paga com tanta andança, mesmo com uns tostões furados no bolso. Assim como eu, milhares de outras pessoas percorrem, diariamente, mais quilómetros para poderem chegar ao serviço.

Alguns destes pedestres, com quem cruzo, também são automobilistas. Uns até possuem mais de uma viatura, mas não têm outra hipótese, uma vez que as vias alternativas estão praticamente intransitáveis: contornar pelo Palanca é uma miragem, ir pelo Cazenga (este município de que, disse alguém, o governador Capa pinha se esqueceu) nem vale a pena gastar aqui letras e pela Estrada do Golfe é outro Deus nos acuda). Por isso, a caminhada é a única saída para a maioria e melhor sobre a linha férrea, antes que alguém seja atropelado por um motorista já frustrado com o engarrafamento no asfalto.

O comboio, que poderia servir de alívio para muitos, não passa àquela hora, com excepção de um experimental que cruza cedo com alguns transeuntes, frustrando assim as expectativas daqueles que acreditavam que a partir de Setembro do ano passado poderiam circular nele. Quem conta com ele, ainda terá de aguentar mais uns bons meses.

E com o andar das coisas, em que o Governo tem-se mostrado incapaz de entulhar alguns buracinhos nas estradas (que nem precisavam de sair num pacote de 1 bilião de dólares), não admira que dos milhares de caminhantes, que todos os dias percorrem dezenas de quilómetros a pé entre Viana e a cidade capital, possam

sair os vencedores das próximas edições da São Silvestre.

E ninguém ficará espantado quando um dos nossos governantes vir a público agradecer o feito e dizer, alto e bom-tom, que «fizemos um grande investimento para que isso acontecesse». Afinal, a preparação física deste povo sofredor só vai terminar nos próximos dois anos, altura em que, provavelmente, estará concluída a esperada via-expresso Luanda-Viana.

6.7 Luanda está um caos

Semanário Angolense...07-04-07

Terça-feira, 03 de Abril. 08H00 da manhã, bairro da Cuca. O céu está limpo e ensolarado. A agitação é muito grande. Àquela hora da manhã, o trânsito já era insuportável. Uma nuvem de poeira entra-nos pelas narinas. O calor aperta. Como o engarrafamento é infernal, algumas pessoas preferem abandonar os carros sem ar condicionado, esperando do lado de fora, enquanto aguardam pela circulação normal do tráfego. Os «azuis e brancos», como também são conhecidos os candongueiros, tentam furar por tudo quanto é canto. Outros motoristas, impacientes, seguem-lhes as pisadas e ensaiam também uma «fuga» para dentro do bairro, para não se atrasarem ao serviço.

Um aglomerado de pessoas espera impaciente na paragem dos táxis para o bairro Mabor e Kikolo, enquanto do outro lado, no sentido inverso, pouca gente aguarda pelos candongueiros a caminho do mercado do São Paulo. Neste lado, o melhor mesmo é andar a pé.

Juntamo-nos a elas e tentamos saber de uma rapariga que aparentava ter 18 anos, para onde ia. Respondeu-nos que estava a caminho do colégio Sacriberto, onde estuda, mas que já se encontrava atrasada. Apesar de ter saído cedo de casa, de nada adiantou, uma vez que os candongueiros, de repente, haviam ficado raros em Luanda.

Paula, é assim que se chama, aponta para o outro lado da rua e mostra-nos um grupo de senhoras, com pastas ao ombro, em direcção ao centro da cidade. «O transporte está muito difícil. Olhe só que estas senhoras estão a vir a pé de muito longe, do Kikolo e do Hoji-ya-Henda».

Atravessamos a estrada, onde o engarrafamento não dá mostra de querer terminar. Tivemos de ser rápidos, porque um candongueiro, na tentativa de fugir ao congestionamento, quase atropela uma criança que vem atrás de nós.

Deste lado, encontramos a Dona Conceição, moradora no bairro Kikolo, que ultimamente se tem levantado às quatro da manhã, para poder chegar cedo ao serviço. «Minha mana estamos a sofrer bué. Eu venho a pé todos os dias, do Kikolo até ao Kinaxixi, onde trabalho. Não sei o que aconteceu com os candon-

gueiros, nem com os autocarros. Os taxistas só estão a fazer rotas curtas, porque a estrada está toda estragada por causa da chuva. Eles só estão a andar onde tem asfalto», explica.

Os autocarros da AngoAustral e da Macon, que faziam a rota «Kinaxixi-Cacuaco», deixaram de o fazer devido às más condições das vias, o que dificulta mais ainda a vida da população.

Nas duas entradas que dão acesso ao centro da cidade de Luanda, o trânsito está caótico. Tanto para sul, como para norte. No centro da cidade, coisa que não acontecia há algum tempo atrás, já há gente a pensar em deixar o carro em casa, para fugir aos engarrafamentos infernais.

6.8 Benguela aposta na urbanização para atrair investimentos

Angolense...14-04-07

Ao esboçar um programa voltado ao desenvolvimento urbano da região norte, denominado "Programa Benguela Norte", o Governo provincial reitera o seu empenho na busca de investimentos para a revitalização da economia e, finalmente, começa a olhar para o potencial do interior com "olhos de ver".

Apresentado oficialmente em finais de Março, altura em que foram inauguradas as suas instalações, o Programa propõe-se transformar a terra em infra-estruturas e áreas urbanizadas, favoráveis à criação de pequenas e médias empresas, um verdadeiro pólo de atrado de grandes negócios, tendo como prioridade os municípios do Lobito, Bocoio e Balombo. Terá como promotor a Edurb, Empresa de Desenvolvimento Urbano, ao passo que a Odebrecht será a operadora. Estes desideratos foram avançados pelo director da Odebrecht/Benguela, o Engenheiro Luiz Bueno, para quem o "Benguela Norte" contribuirá para a melhoria das condições de vida dos cidadãos angolanos.

Disse, confiante no sucesso, ser uma enorme satisfação a participação da Odebrecht numa importante iniciativa no domínio da gestão e desenvolvimento urbano sustentável.

Certo de que oferecerá uma nova Imagem ao espaço urbano, Bueno afirmou que esta "importante" parceria público-privada impulsiona o sector da Construção Civil, o mercado imobiliário formal e criará mais postos de trabalho, tornando célere o desenvolvimento regional.

"Nós, Odebrecht, não temos dúvidas de que a parceria hoje estabelecida propiciará benefícios nos domínios das infra-estruturas das vias públicas e habitações de interesse socio-económico", reforçou o responsável.

Em nome da Eburd, empresa promotora, o director-

geral, António Miguel Nogueira, revelou que a materialização do Programa "Benguela Norte" dependerá em grande medida da experiência da operadora, ou não estivesse ela envolvida em vários projectos, sendo o de Águas o mais referenciado.

"Contamos ainda com outros parceiros privados locais que fazem investimento por conta e riscos próprios", frisou, para mais adiante observar que se impõe a determinação política do Governo em todas as etapas deste processo.

Acrescentou que os próximos passos serão decisivos na confirmação da viabilidade política, económica e técnica para a empreitada, que dará lugar a empregos directos e indirectos em grande escala, além das já mencionadas áreas que permitirão habitar, circular e trabalhar.

Estando Benguela em direcção a um crescimento urbano concentrado, a prioridade recairá para áreas mais económicas com base no binómio custo/benefício

6.9 Esperança continua moribunda nos centros de acolhimento

A capital...21-04-07

Cerca de três meses depois de o Governo da Província de Luanda ter criado centros de acolhimento em zonas como Samba, Viana e Cacucaco, para abrigar os sinistrados das enxurradas que se abateram sobre a cidade no passado dia 22 de Janeiro, os populares continuam a espera que as promessas feitas se concretizem.

Aquando da nossa primeira visita ao local, alguns acolhidos que falaram à nossa reportagem contaram que lhes tinha sido dada a garantia de que não permaneceriam nas tendas por muito tempo.

O porta-voz da Comissão Nacional de Protecção Civil, Eugénio Laborinho, anunciou, na altura, a construção de duas mil casas para albergar igual número de famílias desabrigadas em toda a província de Luanda, acrescentando que os sete campos de acolhimentos montados na capital do país eram provisórios. «Vão durar entre três a seis meses», disse na ocasião.

São passados três meses sem que as pessoas lá alojadas tivessem um único sinal que mostrasse vontade e empenho das autoridades no sentido da inversão do quadro em que, num ápice, muitos se viram mergulhados. «Já não nos falamos mais sobre isso», começou por dizer Fátima Uta, «aquí cada um se desenrasca», acrescentou.

Na nossa primeira visita, Fátima vislumbrava a curto prazo a solução do problema. Mas com o passar dos dias, as coisas complicam-se cada vez mais. Quando a

re encontramos Fátima era uma mãe visivelmente preocupada. Trazia o filho de um ano ao colo. Contou que há dias que o pequeno foi atacado de febres e diarreia. Tinha a receita médica na mão, mas por falta de dinheiro não conseguia adquirir os medicamentos recomendados. Como alternativa, decidiu dar água de arroz ao bebé. A preocupação aumenta, sobretudo, quando se lembra de que recentemente, uma das moradoras do centro faleceu de cólera.

Procuramos contactar outros dos nossos entrevistados da nossa primeira visita, mas não foi possível, fomos informados pelos moradores de que em consequência das chuvas que nos últimos tempos caem sobre a cidade de Luanda, algumas tendas foram removidas para lugares mais seguros, «quando chove aqui, temos que ficar sentadas até que a chuva passe. Depois temos que tirar a água que se acumula lá dentro e só assim conseguimos dormir».

Sem latrinas, as necessidades fisiológicas, bem com a higiene pessoal dos moradores são feitas ao redor do centro. Havia latrinas construídas, mas por falta de cuidados há muito que estão inoperantes. "As fossas entupiram e estão todas a expelir bichos. Entrar lá, é procurar doença». A energia eléctrica, só quando há reuniões. Quanto a água, apesar dos enormes recipientes disponíveis no local, dizem que têm que recorrer a vizinhança. Diante de tanto descontentamento, só mesmo Idalina parecia com algum motivo para sorrir.

Durante a nossa permanência no local, reencontramos Idalina Celestina, a mãe que durante as enxurradas perdeu a filha e uma sobrinha, e quase perdeu a vida quando tentava salvá-las. Idalina Celestino é uma nova mulher. Trazia nos braços o seu novo rebento, que por causa da situação em que vivem, decidiu baptizá-lo de Tendinha, "por ter nascido na tenda», explicou.

6.10 ONU quer maior comprometimento

A capital...21-04-07

ANGOLA, na qualidade de membro da UN-Habitat fez-se presente com uma delegação encabeçada pelo vice-ministro do Urbanismo e Ambiente, Graciano Domingos. O certame debateu estratégias de médio prazo do UN-Habitat e o plano institucional para o período 2008/ 2013, bem como o fortalecimento do fundo das Nações Unidas para o Habitat e assentamentos humanos e o seu orçamento para o biênio 2008/2009.

O debate geral sobre urbanização sustentável visa mobilizar os governos e outros associados no sentido de se comprometerem com um programa de intervenções no plano local, em apoio ao plano estratégico e

institucional de médio prazo do UN-Habitat, para o período 2008/2013, cuja adopção final deverá ocorrer em 2008, na China, durante o quarto fórum urbano mundial. Os assentamentos humanos em Angola desenvolveram-se, na sua maioria, de forma espontânea, ou seja, sem projectos ou planos de desenvolvimento previamente elaborados.

Projectos e estudos de urbanização das principais cidades surgiram depois da sua fundação. Após a independência em 1975, segundo dados oficiais recentes, em toda a extensão do território, com incidência nas cidades do litoral, verificou-se uma pressão do crescimento urbano que não só não seguiu os planos de desenvolvimento urbano elaborados antes da independência, como não mereceu a devida resposta por parte das autoridades responsáveis pelo ordenamento e desenvolvimento territorial.

Daí resultou a sobrecarga da capacidade das infra-estruturas e dos serviços básicos. O quadro habitacional existente, sem manutenção adequada, descrevem os dados, sofreu um processo de deterioração e de decadência, ao mesmo tempo que foram proliferando assentamentos habitacionais anormais, os musseques.

As cidades experimentaram os efeitos adversos do rápido crescimento e das mudanças urbanas, designadamente, congestionamento, desemprego, inadequação das infra-estruturas de saneamento, poluição, insuficiência dos serviços sociais, delinquência e outros.

Os dados contidos no Relatório Geral sobre o Estado do Ambiente em Angola, consideram ainda que existem simultaneamente, nas zonas do interior, assentamentos populacionais muito isolados com restrição significativa de movimentos, devido à falta de vias de acesso em condições razoáveis e à presença de minas. «Nestes assentamentos os resíduos são produzidos em menor escala, sendo um outro aspecto positivo destas comunidades o facto de a natureza dos resíduos aí produzidos serem na sua maioria biodegradáveis», refere o relatório, notando que nas comunidades do sul diversidade cultural é menor e os seus habitantes possuem maior espírito de cooperação no sentido de protegerem o ambiente que os rodeia.

«Os problemas ambientais que as cidades do interior enfrentam, são similares aos enfrentados pelas cidades do litoral, mas numa escala inferior. Não possuem grandes focos de lixo, nem tanta invasão de espaços livres dentro da zona urbana. As zonas periféricas são de características similares aos assentamentos rurais». O conselho de administração do UNHabitat é composto por 58 membros, dos quais 16 são Estados do continente africano, que cumprem um mandato de quatro anos.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Redução da produção depende do acesso à água

Terra Angolana...01-04-07

O comissário de Desenvolvimento da União Europeia (UE), Louis Michel, considerou "impensável" reduzir a pobreza no mundo sem facilitar o acesso à água potável, nos países mais pobres. Nessas nações, mais de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água e, a cada oito segundos, uma criança morre por essa causa.

Michel fez a advertência na abertura da primeira Assembleia Mundial da Água para Representantes Eleitos e Cidadãos no Parlamento Europeu, que tem a presença de cerca de 600 representantes de mais de 80 países, entre eles Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina, México, Peru e Equador. A reunião visa o debate e a apresentação de propostas para melhorar o acesso à água.

"Como aceitar que, no século XXI, mais de 1,1 bilhão de pessoas não tenham acesso à água potável e que milhões de crianças morram todos os anos devido a doenças vinculadas à falta dela?", perguntou o comissário. "Não há desculpa para isso", afirmou Michel, que considera "impensável reduzir a pobreza" no mundo, sem levar a água às populações mais necessitadas.

"Quantas crianças passam o dia a carregar a água para as suas famílias, ao invés de irem à escola?", perguntou o comissário, antes de afirmar que o acesso à água potável deve vir com outras medidas em prol da educação e da alimentação, entre outros âmbitos. "As soluções técnicas existem", disse Michel, mas a sua implementação enfrenta

"problemas de governo, de falta de compromisso político e de capacidade financeira", acrescentou.

Nesse sentido, Michel recordou o compromisso assumido pela União Europeia, de facilitar o acesso à água nos países em desenvolvimento, uma tarefa para a qual destina cerca de 1,4 bilhão de euros por ano, o que a torna o principal doador internacional. Michel destacou "a importância capital" de uma boa gestão regional dos recursos hídricos na prevenção de conflitos e catástrofes naturais, que podem aumentar devido às mudanças climáticas.

7.2 Chuvas já mataram 121 pessoas

Folha8...01-04-07

As chuvas que começaram a cair com maior intensidade o princípio do ano, já mataram mais de 121, pessoas em quatro províncias do país indica um relatório da Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC).

O documento a que Folha 8 teve acesso destaca a província de Luanda com 104 casos de mortes, seguindo-se o Bié e Moxico ambas com sete e o Kuando Kubango com três.

O levantamento preliminar feito pela CNPC aponta prejuízos globais na ordem de USD 85 milhões de dólares, o desabrigo de 25.373 pessoas, a destruição de 12.253 casas, a interrupção de vias rodoviárias, para além da destruição de pontes.

Entretanto, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), avisou que o fenómeno "El Niño", ainda vai continuar a provocar danos, principalmente, nestes três meses (Março, Abril e Maio), segundo o cruzamento de dados dos institutos homólogos dos EUA, Reino Unido, China, Nova Zelândia, Zimbabwe e Austrália, prevendo-se um aumento das quedas pluviométricas, principalmente nas províncias a norte, nordeste, este e centro, ultrapassando os valores normais para a época.

A situação actual exige de acordo com o relatório, um trabalho acrescido de educação comunitária, ambiental e psicossocial para a prevenção dos riscos associados às precárias condições de higiene pessoal.

O Plano de Emergência aprovado pelo Governo continua a privilegiar o reassentamento da população em zonas mais seguras, assistir os necessitados, proceder à reabilitação das infra-estruturas básicas, especialmente nos da saúde, educação, abastecimento de água potável e o incentivo das actividades económicas.

O plano aprovado na sessão extraordinária do Conselho de Ministros realizado no dia 24 de Janeiro de 2007, destina-se à gestão da presente situação de calamidade, nas regiões afectadas. Recorde-se que o Governo colocou a disposição da Coordenação da Comissão Nacional de Protecção Civil, até ao momento USD 10.000.000.00 milhões, no âmbito do Plano de Acção Imediata para acolhimento, assistência social e apoio logístico às vítimas das calamidades.

7.3 Odebrecht aumenta volume de água tratada para Benguela

Cruzeiro do Sul...01-04-07

O arranque da Estação de Tratamento (ETA), de onde sairá a água para o Centro de Distribuição de Benguela (CD), localizado na Nossa Senhora da Graça, é um avanço significativo em direcção aos objectivos gerais do Projecto de Águas de Benguela, a cargo da Odebrecht - dizem os técnicos.

Com capacidade para tratar mil 100 litros por segundo, o equivalente a mil 100 metros cúbicos por hora, a ETA recebe, por via de vários quilómetros de sub-condutas, a água bruta da Estação de bombeamento, denominada EBAB, que capta no rio Catumbela, o suporte do Projecto. Um dos vários aspectos a reter é que Benguela, a primeira cidade a beneficiar dos serviços da ETA, verá aumentado o volume de água tratada, ao passo que a Baía Farta, que aguarda pelo mês de Julho, contará com o excedente do município sede, conforme explicou o Eng. Luiz Gordilho, gerente de produção. A cidade de Benguela tem já preparados quarenta quilómetros de rede de distribuição e conta ainda com mais de duas mil ligações. Do CD até ao Largo da Peça, a partir do qual será processada a distribuição para os diferentes bairros da cidade, a dimensão da rede é de 5 quilómetros e 305 metros de cumprimento.

O Eng. Luiz Gordilho deu a conhecer que todo este trabalho, particularmente o relacionado ao comissionamento da parte electromecânica, foi impulsionado pelas melhorias registadas no fornecimento de Energia eléctrica. Acrescentou, por outro lado, que a cidade do Lobito e as vilas da Catumbela e da Baía Farta beneficiarão dos serviços da ETA dentro de três meses, em Julho, mas a vila piscatória recebe, como já o dissemos, o excedente de Benguela. Importa salientar que o cumprimento da rede que liga a Estação de Bombeamento da Água Bruta a ETA é de três quilómetros e 471 metros.

7.4 Povo compra água mais cara

Folha8...14-04-07

Torneiras secas, filas enormes em quintais, especulação e procura incessante pelo líquido precioso é o cenário mais visto, nos principais bairros periféricos de Luanda. Na comuna do Ngola Kiluanje (petrangol) no município do Sambizanga, a luta pelo líquido é frenética e chega a mobilizar os elementos de uma família inteira, no sentido de criarem uma reserva mínima, diante da indiferença das autoridades competentes, que deveriam fazer algo, para minimizar, a penalização a que estão sujeitos, pela compra, a preços especulativos,

aos camionistas privadas e ou encurtar as longas caminhadas a procura da água.

O projecto de construção de chafarizes e sanitas, sob responsabilidade da organização não governamental a Development Workshop (DW), não satisfazem já as populações em pleno século XXI, pois não estamos a ver, esta ONG, a propor na Bósnia, Kosovo ou outro país da Europa, a construção de sanitas e chafarizes, como o fazem em África, aplaudidos, também por alguns países africanos, sem nobreza, nos seus programas.

Mas o grave é que estas organizações recebem dinheiro da comunidade internacional, para fazerem este tipo de brincadeiras que ofendem a dignidade dos angolanos, independentemente da sua condição de necessitados, para meses depois deixarem de funcionar, como é o caso actual, com os chafarizes construídos por esta ONG. Mas esta é uma política também deste governo que desavergonhadamente tem na sua pauta governativa, a inauguração de chafarizes, quando estes foram uma das bandeiras de luta contra o colonialismo português, levadas a cabo pelos nacionalistas angolanos. Tivesse o ditador fascista português, António de Oliveira Salazar, natural de Santa Comba Dão, em vida e passaria a vida a rir nas fuças destes (des)governantes, pela incapacidade de mais de 30 anos depois da independência nacional, não terem conseguido dar uma vida melhor, a maioria dos angolanos.

Estes indígenas vinham adquirindo o bidão de água de 20 litros por 10 kwanzas, mas com o acentuar da crise, pagam pela mesma quantidade; Kz: 50,00. "Isto é um calvário", disse a dona Caty, acrescentando o facto de "querendo ou não, temos mesmo que pagar por este preço senão morremos de sede e ficamos sem banhar". Os revendedores de água dizem só terem aumentado "o preço porque os proprietários de sisternas o subiram igualmente"

Folha 8 apurou à 02.04, o facto de nas últimas semanas "haver inúmeras dificuldades de circulação dos camiões, para se atingir a fonte de abastecimento do Kifangondo, devido ao mau estado das estradas", explicou o camionista Manuelito.

Por este facto, vários camiões deixaram de circular por aquelas zonas, encarecendo, obviamente o preço da água.

Em condições normais, uma cisterna de 10 mil litros pode custar 8 mil kwanzas, mas com a actual carência chega a 10 mil kwanzas. David Abreu diz; "não ganho nada porque agora somos muitos com o mesmo negócio e também porque o preço da cisterna também subiu".

A situação nos demais municípios não difere muito da do Sambizanga, mas existe urna certa diferença no caso do Cazenga, onde devido a existência do tanque da

EPAL, junto da linha férrea, os municípios adquirem o líquido por preço menos elevado.

Como quem não tem cão, caça com gato, alguns arriscam a saúde usando a água da chuva para beber, por não conseguirem acompanhar a pedalada dos preços.

7.5 ENCIB cria lixeira na Mabuba

Folha8...14-04-07

A Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas básicas (ENCIB) está a ser acusada, pelos moradores do bairro Nguanhã (Sambizanga) que vivem entre as cercanias da ponte da Cadeia Central de Luanda e do Porto Pesqueiro, de estar a criar uma enorme lixeira, na zona da petrangol, com os prejuízos daí inerentes para a saúde pública.

A ENCIB, na altura das chuvas de Janeiro, terá procedido a reabertura de valas de drenagem que tinham sido inundadas pelas águas, colocando o lixo, nas suas bermas, esquecendo-se, posteriormente, de remover o lixo, para um aterro sanitário. Os moradores agastados com um quadro que se alastra quotidianamente para junto das suas residências, condenam a atitude da direcção da ENCIB, que se remeteu a um silêncio sepulcral. Recorde-se que tal como muitos outros, este bairro foi erguido, sem qualquer ordenamento urbanístico, o que dificulta a circulação de viaturas para a recolha de resíduos sólidos, para melhorias no saneamento básico, num estado deplorável, pela cumplicidade, também de alguns moradores, que na calada da noite, deitam lixo nos montes deixados pela ENCIB.

Esta situação, aliada as águas das chuvas está a provocar consequências graves, principalmente as crianças, nas suas brincadeiras diárias, contraindo diarreias e cólera, lamenta Eduardo de Jesus; "sempre que nos levantamos, deparamonos com quantidade de lixos, mesmo junto das nossas casas, por preguiça de o deitarem dentro da vala", deplorou. No entanto, o morador Ernesto dos Anjos, acha que "se a ENCIB não consegue reparar as estradas de Luanda que andam em péssimo estado e que afectam a vida de milhares de pessoas, não é de se esperar que resolva o problema de uma centena de pessoas, apesar de ser a culpada".

Assim, o lixo passou a ser o "cartão de visita" para quem se desloca para esta zona da periferia de Luanda, porquanto ninguém consegue resistir ao cheiro nauseabundo que ataca os transeuntes..

7.6 Advinha

A capital...21-04-07

Qual é a coisa, qual é ela que tem lama e águas paradas fedorentas por todos os lados, moscas e larvas a disputarem um espaço ainda cheio de lixo? A resposta óbvia seria uma pocilga. Mas a lógica, essa, exigiria um raciocínio até menos apurado e rapidamente se chegaria à conclusão de que a solução do quebra-cabeças é: a cidade de Luanda. O actual cenário de Luanda pode ser enquadrado com perfeição numa advinha. Serve muito bem para uma daquelas perguntas aparentemente difíceis de responder mas cuja resposta, afinal, se esconde por trás de um simples raciocínio lógico.

A nossa cidade vai se assumindo cada vez mais como uma gigantesca pocilga. Os cidadãos experimentam tal sensação tão logo colocam os pés na rua. O cheiro nauseabundo do lixo que cai dos contentores abarrotados não tem como passar despercebido. Sem contar, é claro, os dias em que as empresas responsáveis pela recolha adormecem durante a noite para, no dia seguinte, executarem a sua estranha coreografia de limpeza no justo momento em que os cidadãos se dispõem a sair de casa para os afazeres diários. Há ainda as fossas abertas e os dejectos humanos. De tão cheios, os canais de esgoto fazem transbordar dejectos humanos que escorrem lentos pelo asfalto ou, pelo menos, pelo que resta dele. E um martírio, logo pela manhã, suportar tanto mau cheiro: o do lixo e o das fezes transbordantes.

Se houvesse tal competição, não haveria dúvidas de - que os luandenses seriam recordistas mundiais em sustentar a respiração. São tantas as vezes que temos de levar as mãos ao nariz que qualquer um habitante de Luanda estaria suficientemente treinado para arrebatrar um troféu de uma natureza tão inusitada. Devemos, enquanto luandenses, ser bons noutras modalidades desportivas. O salto em comprimento, por exemplo, deve ser uma especialidade nacional. Quantas vezes temos de saltar para evitar um lamaçal ou então para transpor uma lagoa criada pelas águas residuais quer tenham sido espalhadas pelas chuvas incessantes quer pela atabalhoada distribuição da Epal? Várias vezes, incontáveis até. Assim como a nossa característica de exímios equilibristas vem ao de cima quando, sobre a lama, optamos por saltar de pedra em pedra ou andar em superfícies apertadas para evitar borrar as calças ou sujar o nosso par de sapatos carinhosamente lustrado por um engraxador.

De facto, Luanda de hoje se assemelha a uma pocilga ainda que a substituir os porcos estejam homens elegantemente vestidos com fatos importados da Itália,

a cheirar um igualmente caro perfume francês e que se façam transportar nas viaturas mais modernas, importadas também, que as nossas estradas conseguem suportar. No fim de tudo, acabamos todos por chafurdar neste gigantesco lamaçal do qual não parece haver fuga nem mesmo para quem pode esconder-se na sua sumptuosa vivenda ou frequentar restaurantes e clubes caríssimos erguidos algures na Ilha de Luanda, nem mesmo para quem consiga, vez ou outra, visitar paraísos turísticos a semelhança da ilha de Marbella, em Espanha. Afinal, é para aqui, para este mal cheiroso lamaçal, que acabamos por regressar, limpos e elegantemente vestidos mas a enfrentar o mesmo dilema de um porco que exhibe uma notável argola de ouro no focinho jamais deixará de ser um porco.

7.7 Um sinal claro de que ninguém mais liga a conversa fiada

A capital...21-04-07

O encontro entre o governador provincial de Luanda, Job Capapinha, e alguns proprietários de viaturas que prestam serviço de táxi na capital angolana não poderia ter decorrido da pior forma.

Na tarde de terça-feira, 17, Capapinha encontrou na sala do cinema Atlântico um número reduzido de patrões de taxistas. Os participantes não excederam os 50, um número, desde já, gritantemente inferior à quantidade de viaturas que se dedicam ao serviço de táxi em Luanda.

O próprio governador, no início da reunião, falou em perto de 20 mil viaturas que funcionam com esta categoria na capital angolana. A reunião começou, portanto, já com o espectro de fracasso. Além do número reduzido de participantes, os presentes desconheciam os pontos da agenda para o encontro com o governador.

Chegou-se, inclusive, ao ponto de Capapinha falar sobre um determinado assunto e os proprietários dos taxistas responderem sobre uma questão abismalmente diferente. Notou-se, sobretudo, que enquanto Capapinha estava mais preocupado com os motoristas que conduzem sem camisa e que consomem álcool ao volante, os taxistas queriam respostas prementes sobre o trânsito na capital, os buracos nas estradas e, inclusive, sobre o comportamento dos agentes da polícia. Assistiu-se a um verdadeiro fogo cruzado no encontro em que ninguém saiu satisfeito.

«É um desastre a actuação do Governo, estamos (nós o povo) a passar por situações incríveis», disse, interpelado pelo semanário *A Capital*, Manuel Faustino, responsável pela Associação de Taxistas de Luanda (ATL).

Manuel Faustino comentava, assim, aspectos que ele entende que deveriam ser abordados no encontro com o governador Job Capapinha mas que foram, curiosamente, relegados para plano secundário. «Eles querem organização?», questionou-se o taxista. Pois bem, continuou. «A organização tem de partir primeiro deles (do governo provincial) e depois nós apenas seguiremos o caminho».

O taxista respondia, assim, a um comentário anterior do governador Capapinha.

Ademais, a dissertação do governador cingiu-se exactamente a necessidade de maior organização na actividade dos taxistas. Falou de casos de atentado ao pudor, do alcoolismo, de músicas obscenas e, por outro lado, criticou o hábito comum de se encurtar as rotas pré estabelecidas. Os taxistas, por seu turno, não foram na conversa e consideram que o «um governador sério» jamais convocaria uma reunião dessa índole sem trazer consigo um programa concreto. «Quando o comandante é desorganizado, o seu exército também o será», ironizou Manuel Faustino para, em seguida, acrescentar: «se Luanda está como está, a culpa é deles e de mais ninguém».

Daniel Moura, um taxista de 40 anos, chateou-se por não ter ouvido de Job Castelo Pedro Capapinha a resposta a uma pergunta que colocou.

A dado passo das suas declarações, o governador reconheceu a necessidade da melhoria das infra-estruturas da cidade capital e que a situação, para a população em geral, não é boa.

O taxista Daniel Moura procurou saber, na sequência destas palavras, que soluções concretas o Governo tem para melhorar o quadro e quanto tempo esse trabalho levaria. A resposta que recebeu não o agradou, de maneira nenhuma. «Ele simplesmente disse que já era tarde para responder a esta questão e que as soluções seriam discutidas nos próximos encontros», contou um taxista. «Eu acho isso um tremendo absurdo», afirmou. «Além das estradas», segundo o secretário-geral da ATL, Manuel Faustino, há muitas coisas que devem ser vistas. «Os próprios agentes da Polícia não têm disciplina, para eles a única forma de se entenderem com o taxista é o suborno», comentou o taxista ao salientar que «não nos venham, por isso, fazer grandes exigências».

7.8 Luanda é um caso preocupante

A capital...21-04-07

Muito tem-se falado sobre a ineficiência das autoridades no que ao saneamento básico diz respeito. O que nunca se disse é que, em parte, grande porção da culpa pelo acumulo de lixo e outras indecências tem

a ver com o próprio componamento dos cidadãos. A cidade de Luanda, apesar de ser a capital, é das mais sujas do país.

A grande falta de saneamento básico repercute-se na existência de enormes volumes de lixo nas ruas e o excesso de águas pútridas provocadas, urnas pela própria população, e outras nesta época, pelas chuvas. Numa altura em que o país ainda resiste a uma teimosa epidemia de cólera, que neste momento, de acordo com dados oficiais continua a registar 45 casos diários, há que se desconinar a verdade.

A insanidade da cidade, segundo sociólogos e urbanistas, está relacionada com a densidade populacional extrema que Luanda supona, mas também tem a ver, de acordo com outros sectores, com a falta de cultura cívica de grande parte da população que, por razões diversas, emigrou das suas terras de origem para a capital. Muitas dessas pessoas são de proveniência rural e não têm uma só noção do que é a vida na cidade.

Por isso, sustentam, a par das tentativas governamentais de se incrementar as operações de recolha de lixo e de mobilização dos cidadãos para a deposição correcta de detritos em sítios apropriados, seja também desenvolvida uma campanha de sensibilização dos munícipes no sentido de mudarem a atitude. A mensagem que deve ser passada à população, defendem, é aquela que lhes actualiza de que o lixo, para além de poluente do meio e do ar, é um imponente agente de poluição visual.

«O lixo propriamente dito também é considerado um elemento de desconforto visual que contribui para a sensação de mal-estar urbano»,

sublinhou um especialista ao definir a poluição visual, considerando-a como o excesso de elementos ligados à comunicação visual, designadamente cartazes, propagandas, placas, etc., dispostos em ambientes urbanos, especialmente em centros comerciais e de serviço. Para além de promover o desconforto espacial e visual dos transeuntes, o excesso desta poluição afecta a imagem das cidades.

Por detrás do lixo estão escondidas uma série de doenças. Fala-se em mais de 100 entre as quais a cólera, amebíase, vários tipos de diarreia, peste bubônica, lepra, meningite, pólio, herpes, sarampo, hepatite, febre-amarela, gripe, malária, leptospirose e ebola. Estima-se que cada pessoa produza, em média, 1,3 kg de resíduo sólido por dia. Desta forma, partindo do pressuposto de que Luanda possui quatro milhões de habitantes, produz diariamente pouco mais de quatro milhões de toneladas de lixo por dia.

7.9 Chuva agrava estado das estradas e alivia carência de água

Angop...25-04-07

A chuva que assolou a província de Luanda na madrugada de hoje deixou alagada as estradas dificultando a circulação de viaturas e peões, e permitiu a populares recolher água para suprir a carência do líquido em várias partes da cidade. Os buracos existentes nas vias ficaram cobertos de água e lamas forçando os automobilistas a uma condução mais cuidadosa e lenta, ao mesmo tempo que condicionava a marcha de peões. Não foram notificadas vítimas, nem relatos de danos materiais.

No município do Cazenga, privado de água há cinco dias devido a uma ruptura numa conduta que forçou a paralisação do centro de distribuição, a chuva foi aproveitada para acondicionar água. O Cazenga tem cerca de um milhão e 500 mil habitantes. Estima-se que a capital com nove municípios tenha cerca de cinco milhões de pessoas. Os troços de vias piores continuam a ser a avenida Deolinda Rodrigues, da FTU à estalagem, a venida dos Comandos (da Cuca ao Imbondeiro do Cazenga) e da Cuca ao Kikolo. Ao contrário de outros dias da semana, as vias começaram a registar trânsito com alguma intensidade de peões e viaturas a partir das seis horas e 30 minutos.

7.10 Projectos vão aumentar abastecimento de água às populações de Luanda e Benguela

Jornal de Angola...26-04-07

Luanda tem três novos projectos de imacto imediato para o abastecimento de água potável às populações.

O primeiro visa garantir o abastecimento de água potável à zona Sul de Luanda, através da optimização do "Sistema 3", enquanto o segundo se reporta ao pólo industrial de Viana. O terceiro projecto de abastecimento permitirá a produção de 60 mil metros cúbicos de água por dia, a construção de 40 quilómetros de redes de distribuição primária e secundária no município de Cacuaco e de 40 chafarizes.

Reunido ontem em Conselho de Ministros na sua quarta sessão ordinária do ano, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Governo autorizou a Empresa de Águas de Luanda, EPAL, EP a celebrar com a construtora brasileira Odebrecht contratos de empreitada relativos à execução de dois, dos três projectos de abastecimento

de água na capital acima referidos.

O terceiro contrato, para a produção de 60 mil metros cúbicos de água por dia, a construção de 40 quilómetros de redes de distribuição primária e secundária no município de Cacuo e a instalação de 40 chafarizes, será celebrado entre a EPAL, EP e a China National Machinery and Equipment Import-Export Corporation (CMEC).

O ministro da Energia e Águas, Botelho de Vaz Concelos, referiu na ocasião que em Luanda cerca de três milhões e meio de habitantes vão beneficiar do projecto, avaliado em cerca de 274 milhões de dólares.

O Poder Executivo aprovou igualmente, na reunião de ontem, o contrato de empreitada para o projecto de construção da segunda parte do sistema de abastecimento integrado de água potável às cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, na província de Benguela.'

De acordo com o comunicado oficial à imprensa, a implementação desta etapa do projecto irá "garantir o funcionamento global do sistema, nos domínios da captação, adução, tratamento e distribuição de água às zonas urbanas e préurbanas das referidas cidades".

De acordo com Botelho de Vaz Concelos, cerca de 700 mil pessoas nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta vão beneficiar do projecto. A referida etapa do sistema, segundo o ministro, está estimada em 89 milhões de dólares.

O titular do Ministério da Energia e Águas referiu ainda que nas referidas cidades serão construídos centros de distribuição, com intenção de fazer chegar a água ao maior número de populares, através de redes nas zonas urbanas e de fontanários para as áreas suburbanas.

Botelho de Vaz Concelos aludiu que os referidos projectos vêm otimizar os investimentos que o Governo já fez no segmento da produção e distribuição de água potável.

Falando sobre a capital do país, o ministro da Energia e Águas reconheceu que em Luanda "há um défice muito grande em termos de centros de distribuição de água e suas respectivas redes". O crescimento da população na capital, no entender de Botelho de Vaz Concelos, "justifica um crescimento significativo na produção e captação de água".

"As restrições aparecem quando temos problemas. Há zonas que beneficiam mais do que as outras por, que ainda não conseguimos satisfazer na totalidade, mas as áreas que sofreram intervenções de recuperação de redes de distribuição têm tido água", referiu.

Segundo ele, o "Projecto Luanda Sudeste" e um outro sistema de captação de água na capital sofreram já uma intervenção em determinadas áreas fundamentais, mas que devem ser complementadas e optimizadas com as respectivas redes de distribuição e a construção de

fontanários nos Mulenvos, município de Cacuo e na zona industrial de Viana.

Em relação a Benguela, o ministro disse que houve um crescimento considerável na produção de água potável, com a recuperação de sistemas de água daquela província. "Houve, entretanto, uma intervenção que não foi abrangente e, razão pela qual precisamos de a complementar, embora já muitos populares beneficiem do investimento feito no sector das águas", disse .

Quanto às restantes províncias do país, Botelho de Vaz Concelos disse que também estão a merecer atenção do Governo no que às águas diz respeito, "mas é preciso ter em atenção que os recursos são limitados, o que não quer dizer que não haja ideia". Neste sentido, aquele governante disse haver a existência de projectos de recuperação da rede hídrica nas províncias do Uíje, Lunda Sul, Lunda Norte e Kwanza Norte .

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 FLEC quer reconhecimento internacional

Folha8..01-04-07

O secretário-geral da FLEC, Joel Batila, que esteve, na semana passada de visita a Portugal, onde manteve alguns encontros com partidos políticos e individualidades lusas identificadas com as teses independentistas, solicitou a todos, mobilização para o reconhecimento internacional da causa Ibinda, com vista a diminuição da "violação dos direitos humanos".

Na sua visão é tempo da comunidade mundial "assumir as suas responsabilidades sobre o conflito de Cabinda, apoiando uma solução internacional e democrática precedida do inevitável e necessário reconhecimento da FLEC".

Tal como Nzita Tiago, presidente da FLEC, também o seu lugar tenente vive exilado em, França, mas diz-se presente em toda a a situação do enclave. "Cabinda vive actualmente, um problema humanitário grave" devido, na opinião de Batila, aos milhares de refugiados que se encontravam na RD Congo e na República do Congo e que estão "a ser forçados" a regressar a província, depois da assinatura do Memorando de Entendimento, entre Bento Bembe e o governo, mas que não é respeitado e reconhecido, pela maioria dos habitantes da região. "Para além disso a situação em Cabinda é péssima e tem vindo a piorar", pois a população "só pode deslocar-se para os campos acompanhada pelos militares", denunciou Batila, para convidar os deputados do Parlamento Europeu e de Portugal a deslocarem-se ao enclave para ouvir a população e ver "o estado de degradação permanente dos direitos humanos". Durante a estada em Portugal, Joel Batila explicou aos políticos portugueses as razões que levaram a FLEC a rejeitar o Memorando de Entendimento assinado a 01 de Agosto de 2006 entre as autoridades angolanas e António Bento Bembe, que já havia sido exonerado do cargo de líder do FCD pelo presidente da FLEC, Henriques N'Zita Tiago. Assim, a FLEC recusa aceitar "qualquer acordo que não seja negociado com os líderes políticos cabindas", afirmou Joel Batila, acrescentando que foram excluídos do processo "a sociedade civil, a igreja e a própria FLEC".

8.2 Integração de refugiados deve ser cuidada

Folha8...01-04-07

ONU e outras agências internacionais têm estado a umpm a sua parte, no que respeita ao apoio para o regresso dos refugiados angolanos. Infelizmente o governo não tem criado condições, para recepção dos nossos compatriotas há muito distantes da terra-mãe.

E é essa situação, que na maioria das vezes frustra a expectativa criada com o regresso. "Muitos chegam ao país e depois preferem o regresso, aos campos de refugiados no estrangeiro, onde apesar de tudo vivem com mais dignidade, do que no país onde não têm, na maioria das vezes assistência", disse Manuel Kariango, ao Folha 8.

E terá sido com base nesta realidade que em declarações recentes, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados espera que o êxito da operação de regresso dos angolanos ao país se repita agora em matéria de integração, para que os problemas regista dos noutros países não aconteçam em Angola.

"Esta gente regressou para zonas muito periféricas de Angola, sobretudo quatro províncias Uíge, Zaire, Moxico e Kuando Kubango -, onde subsistem minas em número significativo e há problemas muito complexos de desenvolvimento", disse, acrescentando que "há agora um desafio fundamental que é assumir essas regiões como verdadeira prioridade e garantir que a integração destas populações se torne possível na prática através de um êxito equivalente em política de reintegração", sublinhou o Alto-Comissário. Guterres, que classificou o regresso de 409 mil refugiados angolanos como "um dos mais significativos movimentos de retorno, não só no continente africano, mas no mundo, nas últimas décadas", espera agora que o executivo de José Eduardo dos Santos possa fornecer os meios para fixar os retomados.

"Espero que a paz esteja consolidada em Angola, espero que o processo político decorra com inteira normalidade e tenho esperança de que os compromissos do governo em relação a estas regiões sejam assumidos em pleno para que não venha a ocorrer em Angola o que, infelizmente, tem ocorrido noutras partes do mundo", expressou o Alto-Comissário. Durante a cerimónia oficial de encerramento da Operação de Repatriamento Voluntário dos Refugiados, o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", garantiu que estão lança das as bases para a integração social dos retomados. "É objectivo do Governo tornar Angola num país próspero, desenvolvido e sem pobreza, em que cada angolano viva com dignidade. O povo angolano já sofreu bastante e merece um futuro melhor", afirmou o primeiro-ministro. Fernando da Piedade Dias dos

Santos pediu, no entanto, paciência aos angolanos que regressaram e desejou que "haja fé e esperança, porque melhores tempos virão para todos" os angolanos. Apesar de António Guterres garantir que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) financiou grande parte da operação de repatriamento, no relatório final da operação, divulgado pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social, o governo angolano assume quase todos os louros. "É evidente que o papel central tem de ser sempre do Estado, mas a esmagadora maioria dos meios mobilizados foi directamente feita pelo ACNUR junto dos países doadores", frisou Guterres. "O custo total desta operação andou muito perto dos 100 milhões de dólares, suportado essencialmente pela comunidade internacional. O Estado angolano participou com uma parte e houve alguns Estados africanos que deram a sua ajuda - e é muito importante sublinhar essa generosidade -, casos da África do Sul e da República do Botswana", explicou o Alto-Comissário.

8.3 22 mil ex-militares Kwachas enquadrados

Folha8...01-04-07

O processo de desmobilização dos ex-militares da UNITA tem sido dos pontos mais sensíveis entre os dois signatários dos Acordos de Luena. Se por um lado o Governo diz que está a fazer o seu melhor, por outro a UNITA queixa-se de marginalização e abandono.

Agora resta saber de que trincheira mora a verdade, numa altura, em que mais de vinte e dois mil e 29 ex-militares Kwachas, dos 30 mil e 845 controlados nos 11 municípios da província do Huambo, estão reintegrados em projectos sócio-económicas e profissionais, no âmbito do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR).

O programa iniciado em Março de 2004, tem vindo a materializar, cerca de 32 projectos, a concluir em 2008, apoiando ex-militares do Galo Negro, a ingressarem na vida civil, com base nos vários Acordos de Paz (Luena, Bicesse e Lusaka). Os 10 concluídos foram implantados com sucesso e os restantes 22, mobilizando mais de 28 mil e 500 beneficiários, nas áreas da agropecuária, construção civil, carpintaria, serralharia, sapataria, desenvolvimento comunitário, gestão de pequenos negócios e micro-créditos, esperam seguir-lhe as peúgas.

Um documento do Instituto de Reintegração Sócio-profissional dos Ex-militares (IRSEM), revela que o programa permitiu de igual modo, assistir cerca de seis mil 480 grupos vulneráveis, entre menores agregados, deficientes físicos, esposas e viúvas dos desmobilizados.

Os projectos, que estão a ser materializados com parcerias de várias ONG nacionais e estrangeiras, já consumiram USD 6.100.730,00 dos 14.345.817 dólares, previstos pela Comissão Nacional do PGDR.

Este montante serviu para a aquisição e distribuição de 976 kits profissionais para o auto emprego nas áreas de agricultura, carpintaria, pedreiro, serralharia, electricidade, corte e costura, sapataria, canalização, recauchutagem, bate chapa, mecânica de automóvel e pintura. Foram de igual modo distribuídos 116 charruas, 554 juntas de bois para tracção animal e cabeças de gado para seu repovoamento e 28 toneladas de sementes de milho, feijão e sorgo. Há necessidade de 93.2 toneladas de sementes diversas, 116 charruas para tracção animal, 232 kits profissionais para o auto emprego, 623 juntas de bois para tracção animal e cabeças de gado para o repovoamento, com vista a assistir mais de mil 875 ex-militares que aguardam por estes benefícios, com vista a reintegração nas suas áreas de reinstalação.

As verbas disponibilizadas, permitiram a construção de 13 escolas para o ensino primário nos municípios do Huambo, Bailundo, Ukuma, Kachiungo e Mungo e dois postos de saúde, sendo um no Bailundo e outro no Kachiungo.

8.4 A guerra transformou a Cáritas em agência de socorro

Cruzeiro do Sul...01-04-07

As portas do quinto aniversário da assinatura dos Acordos de Paz, 4 de Abril, o bispo de Benguela, Dom Óscar Braga, anunciou a necessidade de alterar o carácter de agência de socorro em que o conflito armado que assolou o país transformou a Caritas.

As palavras do prelado foram ouvidas na assembleia anual desta organização da Igreja Católica, decorrida na última semana na cidade de Benguela, sob o lema "A Caritas e o desafio para o desenvolvimento".

De acordo com Dom Óscar Braga, o papel da Caritas não é dirigido ao apoio a vítimas de conflitos armados, como ainda se tem verificado, embora em escala bastante reduzida, mas sim o de formar as comunidades.

Acrescentou que o clima de instabilidade que assolou o país forçou-a a virar as suas atenções para a assistência humanitária, tendo sido obrigada a transformar-se em "Agência de Socorro" às vítimas da guerra. Agora, com a paz, afiançou Óscar Braga, a aposta recairá para formação comunitária, sendo que os sectores da Educação e Saúde merecerão prioridade. É nesta ordem de ideias que, antevendo as dificuldades inerentes a qualquer iniciativa do género, solicitou aos presentes mais empenho nas suas actividades,

sublinhado que a pessoa humana deve desenvolver a sua auto-sustentabilidade e resolver os seus próprios problemas.

O Bispo endereçou uma mensagem ao Governo, organizações não governamentais e outras entidades, colectivas ou singulares, no sentido de se prestar maior atenção a assistência dos carenciados, sobretudo no interior. Apontou, por exemplo, a falta de escolaridade como estando a travar o desenvolvimento em áreas mais recônditas, onde as pessoas não usufruem dos seus direitos. Entre vários assuntos, a sétima assembleia da Caritas balanceou as actividades realizadas e traçou acções para os próximos tempos.

8.5 Ainda há armas a «cantar» em Angola

A capital...14-04-07

Especialistas consideram que um dos riscos que se corre caso não se debele, quanto antes a onda de criminalidade no país, à luz das causas eventuais que estejam na sua base ligadas aos anos de guerra que grassaram no país, é ou a retoma do conflito ou a sucessão deste pela violência social e pelo banditismo, impedindo a reintegração de refugiados e provocando novas deslocamentos da população.

Os cinco anos de paz não foram suficientes para de vez por todas fazer calar o tiritar das armas, pelo menos entre os dois beligerantes da guerra civil que durante décadas atormentaram a vida nacional. Se cinco anos são considerados poucos comparativamente com as décadas de guerra, no mínimo, podem ser qualquer coisa quanto ao processo de desarmamento.

Armas e criminalidade são dois factores que andaram sempre de mãos dadas. Angola, para além de viver já o problema da proliferação de minas, é também dos países com um número elevado de armas de fogo em mãos impróprias. Prova disso foi o balanço de uma operação designada "Sossêgo" realizada em Luanda em apenas 15 dias, pela Polícia, que se saldou na recolha de mil e três armas de calibres diversos.

Apresentado esta semana pelo comandante provincial de Luanda da Polícia nacional, sub-comissário Pedro Candela, o balanço que assinala também a detenção de 500 elementos acusados de prática de crime, ilustra o quão é urgente o aceleramento do processo de desarmamento dos civis em todo o país.

Durante algum tempo o desarmamento coercivo da população civil foi, aparentemente, visto de longe pelas autoridades que preferiram, em vez deste, adoptar a entrega voluntária das armas, que, entretanto, não resulta por factores muitas vezes relacionadas com a própria insegurança reinante. Muitos cidadãos preferem esconder as armas para, alegadamente, em caso de

agressão das suas casas por meliantes armados, reagirem, tendo em conta a dificuldade de cobertura da polícia.

Para além disso, há ainda um aspecto grave que as autoridades devem ter em conta e que tem a ver com a venda de instrumentos de guerra.

Tal como Moçambique, Angola possui uma elevada taxa de criminalidade. Só que no nosso país os reflexos começam a ser muito altos agora. Na análise de alguns especialistas, na base da maioria dos crimes estão problemas de simples sobrevivência. E o que se depreende dos casos que ocorrem. Quase todos acabam por ter como finalidade principal, apoderar-se de bens alheios.

Sujeita a carência de quase tudo, os assaltantes, roubam com alguma frequência. Entre nós é comum ver utentes de carros ficarem sem os retrovisores, que depois, o gatuno pode revender ao próprio dono. Outrossim é o roubo de material ferroviário e de iluminação pública, em prejuízo de toda a comunidade. A Polícia a quem recai institucionalmente a responsabilidade de garantir e assegurar a ordem pública, ainda não atingiu os níveis desejados, quer numéricos quanto de operacionalidade, apesar de se notarem, em abono da verdade, alguns avanços. Os salários ainda estão longe de serem os aproximadamente aceitáveis para não serem corruptos e a sua formação é débil, em muitos casos. Abusam da sua autoridade e exigem dinheiro aos cidadãos por tudo e nada.

É mister admitir que os longos anos de guerra civil estimularam, em parte, uma cultura de violência. Muitos dos que nela participaram são ainda demasiado sensíveis ao uso das armas para obterem o que desejam. Durante anos habituaram-se a saquear haveres da população, e continuam a tentar isso agora, facilitados pelo enorme número de armas que ainda se encontram espalhadas pelo país. A taxa de ocupação da população continua a ser muito reduzida, na sua maioria limita-se a lutar pela sua sobrevivência.

sobretudo dos jovens a quem recai maior parte da culpa pela prática de crimes. Instituições vocacionadas para o estabelecimento da ordem pública existem mas com a crónica falta de meios que sempre lhes caracterizou. Em alguns casos, os infractores não são punidos, ou por falta de meios e recursos das autoridades ou por serem filhos de gente grande. «Uns são prontamente punidos, outros vivem na mais completa impunidade face à Lei». A par da falta de juizes, funcionários judiciais, tribunais com condições mínimas para funcionar, vencimentos condignos, coloca-se a falta de centros de reeducação que, muitos sectores sociais já defenderam que deviam ser apetrechados de condições iguais as de escolas básicas profissionais, de onde o recluso pudesse sair com algo aprendido. Porque se as prisões existem para assegurar o cumprimento das

respectivas penas, devem também promover a posterior reinserção na sociedade dos presos.

"Como é sabido, as prisões são encaradas em qualquer parte do mundo como uma despesa inútil. A ideia mais difundida é que com criminosos não se deve gastar dinheiro que escasseia para outras coisas mais prementes e socialmente mais importantes".

Neste contexto as prisões tendem a ser encaradas como meros depósitos, para onde são atirados todos aqueles que caíram nas malhas da justiça. Neste sentido a questão da reeducação (regeneração reabilitação, recuperação, etc) da população prisional transforma-se numa miragem, ou um luxo próprio de próprios de países ricos. Em situações de escassez total de meios e recursos, as prisões tornam-se facilmente em antros de degradação de seres humanos, escolas de criminosos incorrigíveis, focos para a transmissão de doenças infecto-contagiosas, difusão da toxico dependência (droga)".

8.6 Altos riscos de uma desmobilização mal feita

A capital...14-04-07

As guerras civis envolvem normalmente um número substancial de soldados, voluntários ou recrutados. Por exemplo, quando foi celebrado o acordo de paz na Nicarágua, os exércitos do governo e das forças rebeldes integravam mais de 115.000 homens. Em Moçambique, este número rondava os 140.000 homens. Nos países com baixos rendimentos, os soldados são, normalmente, jovens, com baixos níveis de educação e falta de capacidades necessárias na vida civil. Quando a paz foi restaurada no Zimbabwe, 13% dos elementos das forças de guerrilha não tinham qualquer grau de educação formal e menos de 20% tinha chegado além do ensino primário. Um estudo na Namíbia concluiu que os membros da guerrilha se tinham tornado de tal forma dependentes do estilo de vida militar e estavam tão habituados a viver sem dinheiro, que lhes faltava a capacidade de tomar decisões pessoais, exigidas na vida civil.

A sua desmobilização e reintegração na vida civil exigem a inserção no mercado de trabalho, a atribuição de terras, bem como programas de formação e facilidades de crédito que lhe sejam especificamente dirigidos. Poderão, ainda, necessitar de tratamento físico ou psicológico. Foi o que se fez durante o programa de desmobilização do Uganda. Havia uma estimativa de que metade dos ex-combatentes eram deficientes, e, ou se encontravam gravemente doentes ou socialmente desajustados. Muitos soldados têm famílias cujas necessidades têm que ser consideradas pelos programas de desmobilização.

Uma diversidade de estratégias diferentes tem sido utilizada para ajudar excombatentes e os seus familiares a fazerem a transição da vida militar para a vida civil. Em muitos países afectados por conflitos, têm sido combinado o pagamento de subsídios em dinheiro, realizados numa só prestação ou numa base periódica, com outras formas de assistência, como foi o caso de Angola, mas que ainda há muitos antigos militares das extintas FALA e FAPLA sem benefícios.

Por exemplo, no Zimbabwe os guerrilheiros que aguardavam a sua desmobilização eram instalados em campos onde lhes era prestado o ensino básico e oferecido trabalho agrícola.

No Uganda, o Governo auxiliou os ex-combatentes, através do pagamento das propinas escolares dos seus filhos durante o primeiro ano de desmobilização. Na Nicarágua era distribuído um "cabaz" de reintegração, que incluía ferramentas e utilidades domésticas, algo que no nosso país também aconteceu, sem contudo abranger a todos os necessitados. Os programas de desmobilização são politicamente problemáticos e têm elevados custos financeiros. As guerras civis são, normalmente, resolvidas de uma forma negociada e não pela clara vitória de uma parte em relação à outra. Assim, a desmobilização tem que ser completada numa base voluntária, o que requer um nível substancial de confiança entre os antigos inimigos.

Em situações em que combatentes de forças governamentais e forças rebeldes sejam fundidas num exército nacional, surgem divergências quanto ao número relativo de soldados de cada uma das partes a incorporar no novo exército, bem como em relação à distribuição hierárquica e missões que lhes serão atribuídas. No Chade, foram gastos mais de 1.000 dólares por cada soldado e 19 milhões de dólares no total. Na Nicarágua atingiu-se um custo de 2.000 dólares por soldado e 44 milhões de dólares no total. Mesmo programas bem planeados e generosamente financiados poderão ter um sucesso limitado. Apesar de se ter gasto, com a desmobilização no Zimbabwe, um total de 230 milhões de dólares - 3.000 dólares por soldado, oito anos depois da sua desmobilização, 17% dos ex-combatentes ainda se encontravam desempregados. Contudo, os custos da inacção poderão ser ainda maiores. Na vizinha República da Namíbia não foram, inicialmente, criados quaisquer programas de reintegração para ex-combatentes. Em consequência, 16 meses depois da sua desmobilização, 80% dos ex-combatentes ainda se encontravam desempregados - segundo alguns analistas, isto reflectiu-se no aumento da taxa de criminalidade do país.

8.7 Violentar para desencorajar

Angolense...21-04-07

Violentar militantes de outros partidos tem sido a prática mais comum do MPLA na província do Huambo, de acordo com a UNITA.

Em diversas ocasiões, responsáveis do Galo Negro afirmaram que os actos de intolerância têm o objectivo de desencorajar os seus militantes em continuarem nas suas fileiras.

Por esta razão, alguns militantes não demonstram a sua cor partidária, temendo represálias.

Daquela província chegam ainda relatos de pessoas que são postas no olho da rua nos seus empregos por se identificarem com a UNITA,

Prontamente, o MPLA quer a nível central como provincial têm refutado as acusações, considerando mesmo ser mais uma estratégia dos dirigentes do Galo Negro.

Sem armas e homens como era no outro tempo, os "maninhos" tem na comunicação o meio para mostrar ao mundo os actos de que se dizem vítimas.

8.8 Huambo é um palco de disputa política

Angolense...21-04-07

Tal como nas províncias do Kuando Kubango e Bié, a província do Huambo foi uma das mais disputadas entre as forças fiéis ao MPLA e a UNITA. Terminado o conflito armado, o planalto central continua a ser disputado pelos dois partidos

Pela sua localização geográfica (centro do país), o controlo do Huambo sempre mereceu uma luta titânica entre o partido no poder e o Galo Negro, por altura da guerra que devastou o país.

Nos últimos cinco anos de paz, a situação continua a ser a mesma, pelo que a diferença está na luta política ao contrário do conflito armado, apesar da UNITA denunciar constantemente a existência de perseguição dos seus militantes.

Recentemente, em entrevista ao Angolense, o Segundo Secretário do MPLA no Huambo, Paulo Gimy, defendeu que aquela província já não é uma praça-forte da UNITA.

Isso demonstra o interesse dos "camaradas" em "desalojar" os "maninhos" da província. Na ocasião, Gimy referiu que desde que a paz foi alcançada, o seu partido fixou-se nas localidades até então controladas militarmente pela UNITA e têm encontrado a simpatia das populações.

Kuata Kanawa, Secretário para a Informação do MPLA, também é da mesma opinião. Apesar da afirmação dos dois camaradas, o que se sabe é que no Huambo existem zonas "controladas" por um e por outro partido.

Por exemplo, sabe-se que a zona baixa é "controlada"

pela UNITA, enquanto que a cidade alta pelo MPLA.

"Apesar do comité do "Eme" e dos maninhos estarem situados na baixa, é o gallo' negro que tem mais adeptos na baixa. disse uma fonte, tendo acrescido que durante o conflito armado a realidade era esta.

Se por um lado a cidade foi sempre o palco de disputa, os municípios do interior não foi sempre a UNITA quem dominou. Por causa da proximidade familiar entre os dirigentes, da língua comum, o Umbundu, ou por imposição devido o poder militar de então, o facto é que os "maninhos" tinham sobre o seu poder grande parte da população votante.

Isso se reflectiu nas urnas.

Como será nas próximas eleições? Esta é a questão.

Com efeito, preparativos vão sendo feitos pelas partes interessadas para chamarem a si o maior numero de votos no escrutínio que, eventualmente, terá lugar o próximo ano. Nas vestes de Governador, o que não lhe desassocia do cargo de Primeiro Secretário do MPLA, António Paulo Kassoma e o seu elenco tentam melhorar as condições básicas das populações, reabilitando e construindo escolas, hospitais e estradas, o que deverá servir de "cavalo de batalha" por altura da campanha eleitoral, como vaticinam entendidos no assunto. Tudo acontece perante o olhar "passivo" da Secretária Provincial da UNITA, Alda Juliana Sachiambo, por não ter o mesmo poder. Das actividades que tem realizado na sua área de jurisdição, Alda e sua equipa passam a mensagem do seu partido, distribuem brindes, ao passo que PK enquanto membro do partido no poder, bem ou mal feitas, mostra obras.

Preocupados com o "bastião" e com vista a passar a mensagem da direcção do partido e percebendo a estratégia montada pelos camaradas, altos responsáveis da UNITA deslocam-se frequentemente a província do Huambo.

Por altura da campanha eleitoral, a luta promete um virar de página. Embora dificilmente acontece em África, uma disputa pacífica é o que se espera, sobretudo no Huambo, onde a guerra sacrificou muitos filhos desta pátria .

8.9 Angola, 5 anos de paz-exitos, forças, fraquezas, riscos e oportunidades

Cruzeiro do Sul...21-04-07

Meia década se passou desde os Acordos de Paz, depois de cerca de 40 anos de conflito armado - 1961 à 2002, com curtas interrupções. Os ganhos da paz mais referidos são a manutenção da paz, e com ela a reunificação ou reencontro espontâneo dos(as) Angolanos, outrora desavindos e separados. A livre

circulação de pessoas, e com elas, a informação, as vivências e as experiências; a mobilidade e reconfiguração da geografia humana as dinâmicas de restabelecimento da vida dos deslocados, dos refugiados, ex-militares e desmobilizados. O exército nacional, o crescimento económico, a experiência de negociar com instituições internacionais; os êxitos internacionais no desporto; os esforços na recuperação e edificação de infra-estruturas e equipamentos sociais; a manutenção das instituições democráticas e a existência de forças sociais da sociedade civil.

Todavia, é também importante mencionar as coisas que faltam, as fragilidades, os riscos e as ameaças. As dificuldades que os actores políticos têm em estabelecer consensos sobre questões fundamentais do futuro do país. Os elevados índices de corrupção, que atingem proporções endémicas e institucionais. A pobreza extrema da maioria da população - material e não - material. A fragilidade das instituições face às demandas actuais. O direito à informação plural e à participação na tomada de decisões, ainda está aquém do desejado. O défice na igualdade de oportunidades e a partilha equitativa dos rendimentos da riqueza; as promessas irrealizáveis em melhorar o bem-estar após o fim da guerra, que se transformam em frustração das expectativas; as assimetrias e a centralização dos poderes e recursos no centro e nalguns grupos sociais e "económicos em detrimento das periferias e da maioria dos cidadãos.

Enfim, são as insuficiências do modelo de reconciliação centrado no compromisso político, acomodação, integração e apelo ao esquecimento e apagamento do passado e não numa reconciliação na dimensão psicológica, baseado em fundamentos da ciência, e não só, que reconhecem e lidam de forma consciente, pró-activa e institucional com os traumas de mais de 40 anos de maus tratos, abusos, privações, repressão e violência militar, física, psicológica, política, moral, que geraram perturbações do stress pós traumáticos, isto é, acontecimentos originais dos traumas e sentimentos associados. São revividos depois de anos ou gerações, através da apatia, medo, perturbações do sono, dificuldades no relacionamento com os outros, suicídio etc. Quantos irmãos nossos, líderes ou liderados estarão a passar por esse drama? A intervenção psicossocial, o apoio social, a cura na base dos sistemas ditos "tradicionais", a reconciliação baseada na verdade, na confissão, no perdão, na desculpa pública, na reparação dos danos, nas garantias de segurança humana, tudo isso com os métodos apropriados, são algumas formas de superar esta legado.

O acto de reconciliação começa por nós próprios no plano individual e colectivo. Os partidos políticos, pela sua responsabilidade acrescida, deveriam ser os primeiros, reconciliar-se a si mesmos e darem

testemunhas ao país. Esse país paradoxo entre as potencialidades em riqueza e o sofrimento e a degradação humano, pode tornar-se inviável em termos morais e ético e que está num momento crucial - estamos a moldar nosso futuro para o bem ou para o mal. Nunca é tarde e ainda vamos a tempo!

8.10 BM questiona transparência na reintegração de desmobilizados

Cruzreiro do sul...21-04-07

Por detrás do "bom andamento" do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração em curso na província de Benguela, será o descontentamento de ex-militares da UNITA, todos eles portadores de deficiência, formados no Centro de Recuperação Física da Handicap. Contra todas as expectativas iniciais, os desmobilizados, na sua maioria saídos do interior, ainda não receberam os kits que facilitarão a sua reinregração sócio-productiva. O Banco Mundial, entidade financiadora do PGDR, só agora começa a fazer chegar a segunda tranche, cujo valor não nos foi possível apurar, quando o ideal seria Fevereiro, dez meses depois do arranque das acções de formação. Fontes contactadas pelo CS disseram que um atraso verificado no meio do relatório de contas da primeira tranche, dirigida essencialmente a gastos com o pessoal técnico, professores e aquisição de material de formação, levou o Banco Mundial a questionar a transparência na gestão dos fundos e, por conseguinte, a fechar as torneiras por algum período. Não se percebe como é que os professores e técnicos estão sem salários há três meses, uma vez que foi disponibilizado dinheiro para o pagamento dos seus ordenados", salientam as nossas fontes. Como se não bastasse, segundo reveliam, a responsável do Centro de recuperação física e coordenadora do programa, Edna Palma, chegou, incompreensivelmente, a alugar uma horta com parte do Valor da primeira tranche, atropelando assim as normas previamente estabelecidas. Acontece, porém, que a engenharia financeira não terá surtido os efeitos desejados, porquanto não foi possível fazer a cobertura do buraco, daí os problemas que hoje se assissem. De acordo ainda com os nossos interlocutores, um outro aspecto que serve para ilustrar a trapalhada nesse programa piloto tem a ver com o número de desmobilizados. Conhecedores dos meandros que nortearam o processo de formação, afirmaram que a primeira tranche chegou para 250 ex-militares, mas o número de beneficiários está aquém deste. Antes do arranque dos cursos de carpintaria, serralharia, construção civil, agricultura, electricidade e outros previstos, o "reduzido" número chegou a crescer, mas

nem com este aumento foi possível atingir o ideal. "Aconteceram muitos erros nas compras, talvez por isso o envio tardio do relatório de contas que o Banco Mundial exige", afiançaram. O CS, soube, por outro lado, que alguns desmobilizados que aguardavam ansiosos pelo regresso ao interior para o começo de uma nova vida, já com os seus kits, insurgiram-se contra o Instituto de Reintegracao Social de ex-militares, exigindo as suas ferramentas de trabalho. A informação que obtivemos, todavia não confirmada pelo IRSEM, indica que alguns viram satisfeitos os seus anseios, ou seja, este organismo terá corrigido a borrada de Edna Palma, muitas vezes indagada pelos professores e técnicos, a coordenadora do centro ignorou sempre a preocupação destes, sobretudo depois de ter regressado de Luanda, onde, referem as fontes, terá sido "agraciada" com um "puxão de orelhas" das estruturas centrais por tamanha balbúrdia. Para ilustrar o que chama de "arrogância" característica de Edna Palma, uma das fontes disse que ela, uma vez abordada por ex-militares, chegou mesmo a afirmar algo muito semelhante a esta passagem: "o dinheiro não sai da minha casa". Importa salientar que o Centro seleccionou em associações que congregam portadores de deficiência três técnicos em matéria de formação para o apoio ao programa. Contactada por este jornal, Edna Palma chegou a receber o repórter, como se estivesse preparada para a reacção que se impõe, mas acabou por não emitir nenhum pronunciamento, pelo menos em relação às críticas de que é alvo. "Isto não é assunto para o jornal", disse. Também não nos foi possível trazer para esta edição a versão do Irsem, que tem responsabilidades acrescidas neste processo, pelo que contamos fazê-lo em próximos números.